



Programa

Programa: 0177 - CONTROLE DE ATIVIDADES POLUIDORAS

Objetivo do Programa: REDUZIR OS NÍVEIS DE POLUIÇÃO RESULTANTES DAS ATIVIDADES POLUIDORAS, CONTRIBUINDO PARA A QUALIDADE AMBIENTAL

Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Resp. Programa: Marcos Henrique Machado

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2006	COBERTURA DO LICENCIAMENTO	ANUAL	percentual	0	0	Não Apurado	30/12/2006
	2006	MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELO LICENCIAMENTO	ANUAL	município	69	139	139	30/12/2006

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
1.291.788,00	1.665.401,00	1.223.503,00	0,00	94,71	73,47

Objetivo Estratégico 4

Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Tendo em vista a meta proposta mensurada através do indicador previsto que seria municípios atendidos pelo licenciamento. Consideramos que os resultados alcançados atingiram a expectativa inicial do PPA. A execução do programa foi eficiente se consideramos a escassez de recursos e os resultados alcançados. Tendo em vista a emissão de 8.110 licenças ambientais (LP's, LI's e LO's) e a abrangência total de atendimento do Estado de Mato Grosso consideramos a estratégia adotada como fundamental e decisiva para o sucesso do programa, tendo em vistas que empreendimentos licenciados, monitorados e fiscalizados, muito contribuem para minimizar os impactos ambientais negativos, colaborando para a melhoria da qualidade ambiental. Principalmente aquelas que implantam um SGA (Sistema de Gestão Ambiental) e que trabalham dentro das conformidades exigidas.

A fiscalização de atividades poluidoras foi realizada pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE) por se tratar de uma nova coordenadoria dentro da SUAD (Superintendência de Ações Descentralizadas). Nesta ação foram realizadas fiscalizações em Indústrias, Serviços (Oficinas, Postos de Gasolina, Armazéns Gerais, Hospitais, Lava Jatos), Infra-Estrutura (Aterros Sanitários, Loteamentos Urbanos e outros) e Mineração (extração minérios e extração de agregados (areia, cascalhos, argila, saibro e produção de calcário corretivo) e transporte de substâncias poluidoras, sendo dividida a fiscalização entre a coordenadoria de empreendimentos, ligada a Superintendência de Ações Descentralizadas, e a Superintendência de Defesa Civil.

A fiscalização de atividades poluidoras teve como objetivo a repressão imediata aos danos ambientais provocados pelos empreendimentos, contudo, num segundo momento, exerce papel educativo e inibidor, motivando a regularização ambiental tanto do empreendimento fiscalizado como daqueles que estão instalados de forma irregular quanto daqueles que buscam iniciar uma atividade produtiva com potencial poluidor. Acredito que a fiscalização cumpriu com os seus objetivos e os resultados podem ser considerados muito bons, devido ao trabalho em conjunto com as Superintendências.

Indicadores:

Na realidade, já foi solicitado a exclusão do indicador cobertura do licenciamento (percentual), devido o mesmo não ter sido um dos estabelecidos na elaboração do PPA 2004/2007, tendo ficado em branco, sem valores iniciais ou índices desejados, o que não permite mensuração ou comparação, ou seja, sem ponto de partida. Sua presença no relatório 2006 se deu pelo equívoco da não observância do detalhamento do Programa, no relatório de 2007 este indicador não mais será utilizado. Pois o mesmo apresenta outro indicador semelhante, que é número de municípios atendidos pelo licenciamento, tendo como unidade de medida nº de municípios licenciados, que sozinho, reflete o mesmo objetivo e tem números e índices iniciais, assim como os desejados como meta, desta forma facilmente mensuráveis e comparáveis, não havendo necessidade da duplicidade em percentual. Com base neste indicador podemos afirmar que as metas foram atingidas com folga, dentro do estipulado e planejado para 2006, tendo em vista que a meta seria atingir os 139 municípios do Estado, com algum tipo de licenciamento ambiental, meta esta já alcançada, inclusive com alguns municípios com vários tipos de licenças ambientais.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:

Face ao incremento de atividades passíveis de licenciamento no Estado de Mato Grosso, em função da expansão das atividades industriais localizadas principalmente nas cidades pólos, faz-se necessário o incremento do orçamento sob pena de não atendermos no próximo ano a demanda supracitada. Também necessário se faz à realização de novo concurso no ano de 2007 para fazer frente ao incremento de serviços advindos das análises dos processos. Necessário se faz também a estruturação (espaço físico, equipamentos, veículos, etc.) das regionais que foram implantadas ou que já existiam.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1528 - DESCENTRALIZACAO DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES POLUIDORAS		Tipo de Ação: Projeto		
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: AMPLIAR A CAPAC. DE GESTAO AMBIENTAL DOS MUNC. A PARTIR DAS ATIV.DE LICENC.AMB. DE ATV.POLUIDORAS DE PEQ.PORTE				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO COM LICENCIAMENTO DESCENTRALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	163.000,00	111.733,00	111.516,00	0,00	68,41	99,81
Todas	163.000,00	111.733,00	111.516,00	0,00	68,41	99,81

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
-------------------------------	--	--	--	-------------------------	--	--

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A ação de descentralização do licenciamento ambiental de atividades poluidoras compreende capacitar os técnicos das prefeituras municipais, que através da assinatura de um termo de cooperação técnica (TCC), se dispuserem a realizar os licenciamentos ambientais das atividades poluidoras que de acordo com a legislação vigente sejam consideradas de baixo impacto ambiental. Para tanto, deveriam estar com técnicos contratados, esboço de uma legislação ambiental municipal, além da criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente. Esta capacitação, a princípio estava prevista somente para o município de Cuiabá, localizada na região sul, porém com o avanço das atividades, demais municípios encaminharam propostas para que fossem contemplados com a capacitação e consequentemente com a assinatura do TCC. Desta forma, desde o ano passado tiveram início as assinaturas dos termos, porém somente no final do primeiro semestre é que houve o curso de capacitação, realizada em Cuiabá no auditório da SINFRA, com a presença de representantes de 37 do total de 50 municípios que possuem o termo firmado até aquele momento, dando realmente os conhecimentos necessários para a análise e avaliação de impactos causados por resíduos e efluentes.
Segue relação dos municípios que assinaram o TCC até a data da capacitação.

Nº MUNICÍPIO Nº do Termo ASSINATURA PUBLICAÇÃO

- 1 ACORIZAL 33/05 05/12/2005 07/12/2005
- 2 ALTA FLORESTA 18/05 05/10/2005 03/11/2005
- 3 ALTO ARAGUAIA 10/05 06/10/2005 17/10/2005
- 4 APIACAS 37/06 01/04/2006 23/05/2006
- 5 ARAPUTANGA 36/06 01/04/2006
- 6 ARIPUANÁ 15/05 13/10/2005 03/11/2005
- 7 BARÃO DE MELGAÇO 34/05 05/12/2005 07/12/2005
- 8 BJSUS DO ARAGUAIA 55/06 01/06/2006 12/06/2006
- 09 BRASNORTE 25/05 18/10/2005 19/10/2005
- 10 CÁCERES 21/06 17/02/2006 20/02/2006
- 11 CAMPO VERDE 08/06 31/11/2006 01/02/2006
- 12 CANARANA 42/05 16/11/2005 16/11/2005
- 13 CARLINDA 29/05 24/10/2005 03/11/2005
- 14 CASTANHEIRA 24/06 01/02/2006 16/03/2006
- 15 C. DOS GUIMARÃES 35/05 05/12/2005 07/12/2005
- 16 DOM AQUINO 02/06 16/01/2006 19/01/2006
- 17 FELIZ NATAL 50/06 01/06/2006 02/06/2006
- 18 GUARANTÁ DO NORTE 05/05 29/09/2005 29/09/2005
- 19 GUIRATINGA 45/06 01/04/2006 23/05/2006
- 20 IPIRANGA DO NORTE 23/05 10/03/2006 16/03/2006
- 21 JANGADA 36/05 05/12/2005 07/12/2005
- 22 JUINA 14/06 23/01/2006 16/02/2006
- 23 JURUENA 35/06 12/04/2006 18/04/2006
- 24 LUCAS DO RIO VERDE 03/06 18/01/2006 03/02/2006
- 25 LUCIARA 51/06 01/06/2006 02/06/2006
- 26 MIRASSOL DO OESTE 04/06 23/01/2006 26/01/2006
- 27 NOBRES 37/05 05/12/2005 15/12/2005
- 28 N. SRª LIVRAMENTO 38/05 05/12/2005 07/12/2005
- 29 NOVA BANDEIRANTES 27/05 21/11/2005 12/12/2005
- 30 NOVA MARINGÁ 14/06 03/02/2006 16/02/2006
- 31 NOVO MUNDO 06/05 29/09/2005 29/09/2005
- 32 NOVO SÃO JOAQUIM 55/05 20/12/2005 21/12/2005
- 33 PARANÍTA 43/06 05/05/2006 23/05/2006



34 POCONE 24/05 18/10/2005 17/11/2005
35 PONTES E LACERDA 31/06 09/02/2006 17/02/2006
36 PORTO A. DO NORTE 09/05 04/10/2005 05/10/2005
37 PRIMAVERA DO LESTE 31/06 01/04/2006 20/04/2006
38 RESERVA DO CABACAŁ 33/06 01/04/2006 11/05/2006
39 ROSÁRIO OESTE 39/05 05/12/2005 07/12/2005
40 S. CRUZ DO XINGU 06/06 27/01/2006 03/02/2006
41 S. R. DO TRIVELATO 10/06 02/02/2006 16/02/2006
42 Sº A. DO LEVERGER 40/05 05/12/2005 07/12/2005
43 S.FÉLIX DO ARAGUAIA 12/06 02/02/2006 03/02/2006
44 SÃO JOSÉ DO POVO 18/06 15/02/2006 17/02/2006
45 S. J. DO RIO CLARO 20/06 16/02/2006 06/03/2006
46 S. J. DOS Q. MARCOS 30/06 01/04/2006 11/05/2006
47 SORRISO 13/05 20/10/2005 20/10/2005
48 TABAPORÁ 41/06 04/05/2006
49 TANGARÁ DA SERRA 29/06 03/04/2006 12/05/2006
50 VILA RICA 30/06 01/04/2006 28/04/2006

Esta ação contempla todas as regiões do Estado, sendo que para a realização da capacitação dos técnicos dessas prefeituras foram efetivados gastos com diárias na fonte própria da SEMA no valor de R\$ 8.475,00, e mais R\$ 91.516,00 da mesma fonte, gastos com combustível, perfazendo um total de R\$ 99.991,00 gastos nesta ação no primeiro semestre. Para obter como resultado os 37 municípios com técnicos capacitados para realizarem o licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo impacto ambiental. Devemos informar ainda que o recurso no valor de R\$ 40.000,00 para aquisição de equipamentos de informática, foram reduzidos R\$ 30.000,00 e R\$10.000,00 encontra-se indisponível, o que tornou impossível a estruturação do setor que atenderá os prefeitos e seus representantes o mesmo também se deu com o Valor de R\$ 20.000,00 orçado para contratação de consultoria. Desta forma, esta ação teve como saldo orçamentário para o segundo semestre R\$ 3.009,00. Após a realização da capacitação ainda houve a adesão para a assinatura de convênios com:

Nº MUNICÍPIO Nº do Termo ASSINATURA PUBLICAÇÃO
51 B. J. ARAGUAIA 55/06 01/06/2006 12/07/2006
52 GLÓRIA DO OESTE 62/06 19/06/2006 15/08/2006
53 BARRA DO GARÇAS 55/06 08/06/2006 15/08/2006

Sendo que efetivamente foram repassados os licenciamentos à 04 municípios do Estado, através de portarias, sendo:

Portaria nº 134 município de Sorriso em 09/11/06
Portaria nº 149 município de Campo Verde 01/12/06
Portaria nº 153 município de Lucas do Rio Verde 12/12/06
Portaria nº 166 município de Cuiabá 27/12/06

Informações adicionais da Superintendência de Planejamento da SEMA: Pela portaria de nº 063 constatou -se insuficiência da dotação orçamentária. Para atender a demanda de serviços administrativos(STPJ), fez-se necessário remanejamento orçamentário. Pelo processo de Nº 0863/2006 o que deu origem à insuficiência da dotação orçamentária foi o atendimento de despesas com serviços administrativos da instituição.
Pelo processo de Nº 0637 houve solicitação de crédito adicional devido à necessidade de manter a segurança da instituição, assim sendo, foi construída uma cerca no entorno do prédio da secretaria, em regime de urgência, gerando o remanejamento orçamentário.
Pela portaria de Nº 43/2006 a origem da insuficiência financeira foi devido ao reforço orçamentário para atender despesas com licenciamentos em propriedades rurais.

Ação: 1529 - IMPLANTACAO DE CENTRAL DE EMERGENCIAS PARA O COMBATE DOS ACIDENTES AMBIENTAIS		Tipo de Ação: Projeto		
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: PROVER ESTRUTURA PARA PRONTO ATENDIMENTO AOS ACIDENTES AMBIENTAIS.				
Descrição da Meta Física: CENTRAL IMPLANTADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação à Meta Física prevista	% Realizado em Relação à Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	316.986,00	43.510,00	43.495,00	0,00	13,72	99,97
260	0,00	479.350,00	71.194,00	0,00	0	14,85
Todas	316.986,00	522.860,00	114.689,00	0,00	36,18	21,93
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		



Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

A meta de construção de instalações físicas para abrigar a Central de Atendimento a Acidentes Ambientais foi reavaliada, em função da adequação da nova estrutura da Secretaria e da Superintendência de Defesa Civil, ficando para posterior a definição de novo local e estrutura.

Porém vale ressaltar que dentro desta ação foi realizada concomitantemente com a ação Prevenção e Controle de Desastres com Cargas Perigosas – 1770, do programa Prevenção e atendimento a Sinistros e Emergências – 092 a gestão do convênio celebrado entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a SEMA (processo 02000.003482/200417, convênio Nº. 134/2004-P2R2) que tem como objetivo a identificação, caracterização e mapeamento das áreas que apresentam risco de ocorrência de acidentes de contaminação ambiental, decorrentes de atividades que envolvam produtos químicos, conforme Lei 8.430, de 29/12/2005. Denominado Programa de Preparação, Prevenção e Resposta Rápida a Emergências envolvendo produtos químicos Perigosos – P2R2.

Com a priorização de 61 (sessenta e um) municípios; apresentando-se 1042 (mil e quarenta e dois) empreendimentos cadastrados, conforme se segue:

Com POLO CIDADE Nº de empreendimentos mapeadas

CUIABÁ - IV - SUL 600
Acorizal 5
Barão de Melgaço 5
Chapada dos Guimarães 20
Nova Brasilândia 5
Santo Antônio do Leverger 11
Nobres 20
Rosário Oeste 15
SUB TOTAL 81

CÁCERES - VII - SUDOESTE 700
Araputanga 19
Cáceres 105
Curvelândia 4
Figueirópolis do Oeste 5
Indiavaí 5
Lambari do Oeste 13
Porto Esperidião 78
Reserva do Cabaçal 7
Pontes e Lacerda 45
SUB TOTAL 281

RODONÓPOLIS - V - SUDESTE 500
Campo Verde 35
Dom Aquino 9
Guiratinga 20
Itiquira 13
Jaciará 62
Juscimeira 26
Pedra Preta 36
Primavera do Leste 26
Rondonópolis 154
São José do Povo 5
Alto Araguaia 10
Alto Garças 16
Alto Taquari 8
SUB TOTAL 420

SORRISO - X - CENTRO 1000
Lucas do Rio Verde 36
Nova Mutum 32
SUB TOTAL 68

TANGARÁ DA SERRA - VIII - OESTE 800

Tangará da Serra 88
Barra do Bugres 30
Denise 14
Nova Olímpia 7
SUB TOTAL 139

DIAMANTINO - IX - CENTRO OESTE 900
Alto Paraguai 13
Diamantino 40
SUB TOTAL 53



TOTAL GERAL 1042

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO: houve suplementação, no valor de R\$ 479.350,00 na fonte 260, refere-se a excedente de recursos provenientes do convênio celebrado entre o Fundo Nacional do Meio Ambiente e a SEMA (processo 02000.003482/200417, convênio Nº 134/2004-P2R2) que tem como objetivo a identificação, caracterização e mapeamento das áreas que apresentam risco de ocorrência de acidentes de contaminação ambiental, decorrentes de atividades que envolvam produtos químicos, conforme Lei 8.430, de 29/12/2005.

-Foram anulados R\$ 272.928,00 no orçamento desta ação, fonte 240, sendo R\$ 202.928,00 transferidos para o projeto 3094 (ampliação e modernização da sede da SEMA), do programa 036 (apoio administrativo), conforme processo 00507/2006 e R\$ 70.000,00 transferidos para a ação 2005 (manutenção e conservação de bens imóveis). Do programa 036, conforme processo 00637/2006. Devido contingenciamento na fonte 100 e a impossibilidade de construção da central no período, os recursos do projeto foram oferecidos.

Ação: 2333 - FISCALIZACAO E MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES POLUIDORAS **Tipo de Ação:** Atividade

Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: REDUZIR IMPACTOS CAUSADOS PELAS ATIVIDADES POLUIDORAS DO ESTADO.

Descrição da Meta Física: OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UN

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação à Meta Física após créditos
1	1	286	28.600,00	28.600,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
127	0,00	592.395,00	558.885,00	0,00	0	94,34
240	811.802,00	438.413,00	438.413,00	0,00	54,00	100,00
Todas	811.802,00	1.030.808,00	997.298,00	0,00	122,85	96,75

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	23
0200 - NORTE	50
0300 - NORDESTE	26
0400 - LESTE	9
0500 - SUDESTE	18
0600 - SUL	73
0700 - SUDOESTE	18
0800 - OESTE	17
0900 - CENTRO OESTE	16
1100 - NOROESTE II	10
1200 - CENTRO NORTE	26

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Para se evitar a degradação ambiental, no primeiro semestre de 2006, a Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos, que pertence a Superintendência de Ações Descentralizadas fiscalizou no Estado às atividades de mineração, abate de animais, frigorífico, lava jatos, limpeza de fossa, postos de combustíveis, indústrias de bebidas, graxarias, cortumes, cerâmicas, aterros sanitários (lixões), esgotamento sanitário, oficinas mecânicas, etc., totalizando 57 operações realizadas.

As operações tiveram uma maior concentração nas cidades pólos das regiões, devido à localização concentrada dos empreendimentos em questão.

Através deste trabalho foi possível a ação para melhoria da qualidade de vida das populações no entorno dos empreendimentos causadores de poluição, com ações inibidoras e educativas, tendo um ganho ambiental em todo o Estado. A redução da poluição ambiental aumenta a qualidade de vida da população, com ganho efetivo na área da saúde, pois esta atua de forma preventiva, minimizando os atendimentos nas unidades de saúde.

Para que haja ações mais eficientes com o aumento do número de atendimentos no segundo semestre, faz-se necessário o incremento de ações como o aprimoramento das pessoas envolvidas (fiscais), através de treinamentos e cursos bem como melhoria de equipamentos de trabalho e aumento do efetivo qualificado e capacitado, bem como um incremento na dotação orçamentária.

Já a ação de monitoramento e licenciamento das atividades poluidoras do estado de MT, está a cargo da superintendência denominada SUIMIS, que por sua vez está subdividida em cinco coordenadorias, quais sejam: A de indústria (CI), de mineração (CM), de infraestrutura (CIE), de atividades agropecuárias, serviços e piscicultura (CAAP) e de gerenciamento de resíduos sólidos (CGRS), desta forma os técnicos desta superintendência, de acordo com suas lotações e especialidades, desenvolveram as seguintes atividades no Estado.

-Inspeções técnicas em áreas com requerimento de licenças prévias, de instalação e de operação e respectivas elaborações de pareceres técnicos;

-Expedição de notificações e Autos de Infração para empreendimentos com problemas ambientais;

- Vistorias e monitoramento;

* em áreas destinadas a implantação de atividades de infra-estrutura, mineração, indústria, serviços e destinação de resíduos sólidos;



* para atendimento de demandas do Ministério público;
 * para atendimento de denúncias realizadas junto à SEMA;
 * de rotina em atividades com licenças em vigor;
 - participação em audiências públicas para discussão de assuntos relacionados a implantação e/ou funcionamento de empreendimentos;
 - Elaboração e revisão de leis, decretos, portarias e instruções normativas visando o aperfeiçoamento da legislação ambiental estadual;
 - Reformulação de roteiros e instruções normativas visando o melhor entendimento por parte dos empreendedores do que é necessário para a correta instrução de um projeto que visa solicitação de licença ambiental;
 - Participação no Programa Nacional de Vigilância do AR, envolvendo SEMA, SES, MMA e MS;
 - Elaboração da Regulamentação da atividade de extração mineral com uso de balsas de mergulho;
 - Estudos e formatação de modelo de autorização para dispensa do licenciamento ambiental de empreendimentos de pequeno porte;
 - Estudos para reformulação dos métodos de cálculos das taxas cobradas para licenciamento ambiental de empreendimentos minerais;
 - Orientação às Instituições e/ou Empreendedores sobre assuntos relativos ao meio ambiente e licenciamento de atividades potencialmente poluidoras;
 - Georeferenciamento das licenças ambientais emitidas;
 - Integração com banco de dados georeferenciados das outras Superintendências;
 - Descentralização de ações através do repasse da análise de processos para as regionais;
 - Implementação do "Programa de Reaproveitamento de Resíduos de Madeira";
 - Orientação aos Empreendedores que quiserem aderir ao Programa "Selo Verde" e análise de projetos que requereram a adesão ao Programa "Selo Verde" com sua competente aprovação ou reprovação;

Além das ações acima delineadas foram realizadas as seguintes atividades:

* Técnicos da CI estiveram em Rosário Oeste, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Vila Rica, Confresa, Porto Alegre do Norte, Canabrava, Colider, Carlinda, Alta Floresta, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Guarantã do Norte, Novo Mundo, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Tangará da Serra, Denise e Campo Novo do Parecis. Para vistorias técnicas em empreendimentos visando o licenciamento ambiental e no município de Itiquira para verificar o sistema de gestão da empresa MICHELIN LTDA.

* Já os técnicos da CM estiveram em Campo Verde, Paranatinga, Barra do Garças, Nova Xavantina, Nova Nazaré, Canarana, Jangada, Tangará da Serra, Nobres, Rosário Oeste, Lucas do Rio Verde, Diamantino, Jaciara, Rondonópolis, Pedra Preta, Poconé, Juscimeira, Tabaporã, Nova Mutum, Juara, P. dos Gaúchos, Vera, Feliz Natal, Cláudia, União do Sul, Marcelândia, Santa Rita do Trivelato, Sorriso, Sinop, Santa Carmem, Cáceres, Mirassol do Oeste, São José dos Quatro Marcos, Araputanga, Rio Branco, Porto Esperidião, Jauru, Pontes e Lacerda, Vila Bela, Nova Lacerda, Comodoro, Campos de Júlio e Sapezal, para atender denúncias, realizar vistorias e inspeções técnicas em dragas, cerâmicas e atividades garimpeiras visando o licenciamento ambiental.

* Técnicos da CAAP estiveram em Alta Floresta, Paranaíta, Colider, Carlinda, Nova Mutum, Itanhanga, Sorriso, Primavera do Leste, General Carneiro, Barra do Garças, Querência, São Félix do Araguaia para vistoria de piscicultura, e em Nova Mutum, para licenciamento de aviários, e ainda em Cáceres, Lambari do Oeste, Rio Branco, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal, Jauru, Figueirópolis, Indaiavai, Araputanga, São José dos Quatro Marcos Mirassol do Oeste, Glória do Oeste, Porto Esperidião, Barra do Bugres, Nova Olímpia, Tangará da Serra, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Barra do Garças, Canarana, Campinápolis, Novo São Joaquim, Nova Xavantina, Ribeirãozinho, Juara, Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Novo Horizonte do Norte, Tapurah, Nova Maringá, Aripuanã, Juína, Brasnorte, Castanheira, Cotriguaçu, Juruena, Rondolândia, Lucas do Rio Verde, Diamantino, Alto Paraguai, Arenópolis, Nortelândia, São José do Rio Claro, Nobres, Pedra Preta, Guiratinga, Alto Garças, Alto Araguaia, Alto Taquari, Primavera do Leste, Campo Verde, Poxoróo, Rondonópolis, Juscimeira, Jaciara, São Pedro da Cipa, Paranatinga, realizando vistorias em empreendimentos de serviços como postos de gasolina, hospitais e atividades agropecuárias. Sendo que somente em avicultura foram cerca de 120 licenças ambientais entre LPs e Lis.

* Também técnicos da CIE estiveram em Diamantino, São José de do Rio Claro, Tapurah, Tangará da Serra, Nova Marilândia Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, Confresa, Gaúcha do Norte, Vila Rica, Querência, São José do Xingu, Pontes e Lacerda, Jauru, Comodoro, Cáceres, Nova Lacerda, Mirassol do Oeste, Sinop, Tangará da Serra, Cáceres, Porto Esperidião, Pontes e Lacerda, Comodoro, Curvelândia, Figueirópolis do Oeste, Felix Natal, Lucas do Rio Verde, Itanhanga, Santa Rita do Trivelato, Juína, Juruena, Aripuanã, Cotriguaçu, Porto dos Gaúchos, Paranatinga, Santo Antonio do Leste, Novo São Joaquim, Campo Verde, Primavera, Poxoróo, Colniza, Cotriguaçu, Aripuanã, Juruena, Castanheira e Rondolândia, para vistorias de PCHs, licenciamento de obras da REDE CEMAT, obras de drenagens, pavimentação e esgoto sanitários, realizadas pelas prefeituras e pela SINFRA.

Técnicos da CGRS estiveram em São José do Rio Claro, Nova Maringá, Tapurah, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Jauru, Comodoro, Reserva do Cabaçal, Juara, Jaciara, Rondonópolis Guiratinga, Alto Taquari, Itiquira, Alto Garças, Alto Araguaia, Barra do Garças, Pontal do Araguaia, General Carneiro e Torixoréu, para fins de licenciamento dos aterros industriais, postos centrais de embalagens vazias triplíce lavadas de agrotóxicos, usinas de triagem de compostagem e unidades de reciclagem.

Esta ação (2333) contempla o monitoramento e licenciamento em todas as regiões do Estado, sendo que para as realizações destas vistorias foi consumido o valor de R\$ 326.245,00 em diária com recursos próprios e R\$ 16.542,34 da mesma fonte, gastos com combustível, perfazendo um total de R\$ 342.787,34 gastos nesta ação, somente no primeiro semestre. Obtendo-se como resultado a emissão de 2.305 licenças ambientais, entre licenças Previas, de Instalações e de Operação, fornecidas por esta SUIMIS até 30/06/2006. No segundo semestre estas cifras obtiveram um reforço através da fonte 127 (compensação ambiental METAMAT), com gastos de R\$ 264.785,00 com diárias e R\$ 4.400,00 com combustível e mais R\$ 289.699,92 com serviços de terceiros, além de continuar os gastos na fonte citada anteriormente, fechando o ano com R\$ 333.870,00 em diárias, R\$ 16.542,34 com combustível e R\$88.745,00 para serviços de terceiros com recursos próprios. Isto tudo perfazem um total de R\$ 129.275,23 gastos durante o ano de 2006 para monitor e licenciar as atividades poluidoras do Estado de Mato Grosso, com resultado de emissão de mais 1.059 LPs, 935 Lis e 1811 LOs, com incremento de 3.805 no segundo semestre, que somado ao anterior totalizam 6.100 licenças ambientais emitidas em 2006 nos vários municípios do Estado.

Informações da SUPLAN: De acordo com os processos nºs 1132/2006 e 1147/2006, houve solicitação de crédito adicional em razão de insuficiência orçamentária, no total de R\$ 562.841,00, na fonte 127. Conforme processos 0643/2006, 0863/2006 e 1387/2006, houve anulação orçamentária, sendo R\$ 372.800,00 da fonte 240 e R\$ 126.000,00 na fonte 127.

A Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos foi criada pelo Decreto nº 7.783 de 30 de junho de 2006. A estrutura organizacional da SEMA prevê que essa Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos (CFE) tem como missão precípua cumprir o artigo 1º do Decreto Estadual nº 7.007 de 09 de fevereiro de 2006 (Que regulamenta o § 1º do artigo 1º da Lei nº 8.418, de 28 de dezembro de 2005), ou seja, de efetuar a fiscalização de construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, e ainda, de efetuar a fiscalização em empreendimentos constantes no anexo único do mesmo



Decreto os quais estão sujeitos ao licenciamento ambiental.
 As operações fiscalizatórias iniciaram em agosto de 2006, resultando em 206 Autos de Inspeção, 23 Autos de Infração, 01 Embargo, 178 Notificações e 02 Termos de Apreensões, totalizando R\$ 1.605.740,00 (Um Milhão, Seiscentos e Cinco Mil, Setecentos e Quarenta Reais) assim descritos:

Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total	
Inspeção	99	31	45	22	09	206
Infração	06	03	03	08	03	23
Embargo	0	0	0	0	01	01
Notificação	97	32	35	08	06	178
Apreensões	02	0	0	0	02	

Esta Coordenadoria executou trabalhos junto à Superintendência de Infra-estrutura, Mineração, Indústria e Serviços no que tange a fiscalização de empreendimentos no Distrito Industrial de Cuiabá. Informamos que as Diretorias Regionais realizam fiscalização e vistorias para licenciamentos nos empreendimentos das cidades do interior do estado. Sugerimos que em 2007 esta coordenadoria receba recursos para aquisição de veículos visto que esta foi a maior dificuldade encontrada.



Programa

Programa: 0180 - GESTAO DE BIODIVERSIDADE

Objetivo do PROGRAMA: PROTEGER AREAS DOS ECOSISTEMAS MAIS EXPRESSIVOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, PROMOVENDO A

Programa: CORRETA UTILIZACAO E A

Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Resp. Programa: Marcos Henrique Machado

Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2006	UNIDADES DE CONSERVACAO COM SITUACAO FUNDIARIA REGULARI	anual	hectare	335310	957000	992.04	6/10/2006
2006	UNIDADES DE CONSERVACAO IMPLANTADAS E GERIDAS INTEGRALM	anual	percentual	0	10	4	8/3/2007

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
2.363.662,00	5.409.601,00	3.984.814,00	0,00	168,59	73,66

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Foram realizadas ações de fiscalização "in loco" visando coibir ações de degradação ambiental e invasões dentro das Unidades de Conservação e seu entorno, assegurando desta forma a conservação de amostras significativas dos principais biomas do estado. Para esta ação, as equipes foram formadas por técnicos e policiais que visitaram os locais por via terrestre, contando com apoio aéreo para identificação das áreas impactadas. Por se tratar de Unidades de Conservação muitas vezes não existem estradas, sendo difícil o acesso por terra e o deslocamento dos fiscais ao local impactado demorou alguns dias.

Muitas das ações previstas encontram-se em andamento e as que não se encontram em andamento são devido à ausência de repasse de recursos financeiros por parte dos agentes financiadores, como no Programa Pantanal, e/ou por falta de documentação de terceiros para concretização da ação, como é o caso dos processos de regularização fundiária. Outro fator relevante a destacar é a necessidade de recursos humanos, equipamentos e veículos para a realização de ações, em especial para as de fiscalização em unidades de conservação e seus entornos. Os resultados alcançados na execução do Programa tem sido satisfatórios, com um bom desempenho técnico nas atividades, atingindo assim o objetivo do Programa que é o de conservar e/ou preservar amostras significativas dos biomas do Estado.

Indicadores:

Muito embora não tenha havido um avanço quantitativo no índice dos indicadores, inúmeras ações tem sido implementadas proporcionando um avanço qualitativo visando o cumprimento das metas estabelecidas. Foram criados cargos de gerentes para 14 (quatorze) unidades de conservação fortalecendo assim a implantação e o gerenciamento destas unidades.

O encaminhamento de processos de compensação ambiental de área de reserva legal por área de unidades de conservação tem tido um fluxo de análise mais ágil, com orientação e informação aos proprietários, sendo que a efetiva conclusão dos mesmos dependem da apresentação de documentação necessária por parte daqueles, o que muitas vezes entrava o processo. Medidas legais e estratégias de encaminhamentos tem sido efetivadas para a equacionalização deste problema. A aplicação dos recursos provenientes dos processos de compensação por significativos impactos ambientais tem sido feita conforme estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação-SNUC, ou seja, na regularização fundiária de unidades de conservação. Para uma maior agilidade e análise técnica destes processos foi criada a Câmara Técnica de Compensação.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
Câmara Técnica de Compensação Ambiental	UNIDADE	1	0,00

Município (Quantidade)

Parque Estadual Cristalino, Alta Floresta e Novo Mundo - 01 (um) Gerente; Parq. Est. do Xingu, Santa Cruz do Xingu - 01 (um) Gerente; Parq. Est. do Araguaia, Novo Santo Antônio - 01 (um) Gerente; Parq. Est. da Serra Azul, Barra do Garças - 01 (um) Gerente; Parq. Est. Dom Osório Stoffel, Rondonópolis - 01 (um) Gerente; Parq. Est. Serra de Ricardo Frando e Parq. Est. Serra de Santa Bárbara, Vila Bela da Santíssima Trindade e Porto Esperidião e Pontes e Lacerda respectivamente - 01 (um) Gerente; Parq. Est. Encontro das Águas e Parq. Est. do Guirá, Rosário Oeste e Nobres e Cáceres respectivamente - 01 (um) Gerente; Parq. Est. Gruta da Lagoa Azul, Nobres - 01 (um) Gerente; Par. Est. Tucumã e Parq. Est. Igarapés do Juruena, Colniza e Cotriguaçu - 01 (um) Gerente; Reserva Extrativista Guariba Roosevelt, Aripuanã e Colniza - 01 (um) Gerente; Monumento Natural Est. Morro de Santo Antônio, Santo Antônio do Leverger - 01 (um) Gerente; Parq. Est. Massairó Okamura, Cuiabá - 01 (um) Gerente; Parq. Est. da Saúde, Cuiabá - 01 (um) Gerente; Parq. da Cidade Mãe Bonifácia, Cuiabá.

Justificativa:

A criação da Câmara Técnica de Compensação Ambiental - CCA através do Decreto nº 7.772, de 30 de junho de 2006 teve como objetivo o estabelecimento de procedimentos administrativos para o cumprimento da compensação ambiental, como condicionante da etapa do



licenciamento de empreendimentos considerados de significativo impacto ambiental. A CCA constitui-se um órgão colegiado de caráter deliberativo, sendo presidida pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente e integrada pelos titulares das seguintes unidades administrativas: Subprocuradoria – Geral de Defesa do Meio Ambiente, Fundo Estadual do Meio Ambiente, Superintendência de Biodiversidade, Superintendência de Infra-estrutura, Mineração, Indústria e serviços, Superintendência de Recursos Hídricos, Superintendência de Gestão Florestal e Superintendência de Assuntos Jurídicos. Cabe a Superintendência de Biodiversidade exercer as atribuições de Secretaria Executiva da CCA, prestando apoio técnico e administrativo ao seu funcionamento. A CCA tem como competências: aprovar anualmente o Plano de Aplicação relativo aos recursos provenientes de compensação ambiental, analisar e propor critérios de graduação de impactos ambientais derivados de empreendimentos ou ações que provoquem ou venham a provocar dano ao meio ambiente nos casos de licenciamento, analisar as propostas de compensação ambiental, verificando a adequação legal e técnica, opinar sobre o Termo de Compromisso de compensação ambiental e homologar o Parecer de Gradação e apreciar o Plano de trabalho apresentado pelo empreendedor. Os trabalhos executados pela CCA constituiriam na análise dos Termos de Compromisso e Planos de Trabalho decorrentes de Compensação Ambiental a serem cumpridos pelos seguintes empreendimentos: PCH Ponte de Pedra, PCH Canoa Quebrada, Ponte sobre o rio Araguaia – Aruanã.

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1547 - ELABORACAO DE PLANOS DE MANEJO PARA AS UCS ESTADUAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: ESTABELECEER ESTRATEGIAS NORMAS E DIRETRIZES PARA O MANEJO ADEQUADO PARA AS UNIDADES DE UCS				
Descrição da Meta Física: PLANO ELABORADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	1	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	135.176,00	65.176,00	64.975,00	0,00	48,07	99,69
174	92.596,00	0,00	0,00	0,00	0	0
240	38.450,00	18.450,00	18.430,00	0,00	47,93	99,89
Todas	266.222,00	83.626,00	83.405,00	0,00	31,33	99,74

Região de Planejamento **Qtd. Meta Física**

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

A elaboração do plano de manejo do Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, previsto no Programa Pantanal /MMA, teve seu início em março de 2006, tendo sido realizado trabalhos de campo referentes à coleta de dados e informações sobre os recursos naturais, culturais, sociais e econômicos. É importante ressaltar que a empresa contratada para execução desta ação teve dificuldades na coleta de dados e informações junto ao INCRA, INTERMAT e Prefeitura Municipal de Nobres, por não ter estas instituições as informações sistematizadas.

Após a coleta de dados, estes foram ordenados de acordo com o Roteiro Metodológico do IBAMA para a Elaboração de Plano de Manejo, com estabelecimento de um zoneamento para o parque e de normas de uso para o manejo de seus recursos naturais.

A equipe técnica da Coordenadoria de Unidades de Conservação e Coordenadoria de Ecossistemas realizou a análise do plano de manejo entregue pela contratada, tendo sido solicitados alguns ajustes no que se refere ao ordenamento de dados em tabelas e lay-outs de mapas, disponibilização de brasões e logomarcas.

Após estas correções será realizada uma apresentação do Plano de Manejo para a comunidade do município de Nobres, assentamento Coqueiral Quebô, sendo que a previsão de término desta medida é o primeiro semestre de 2007.

O plano de manejo da Estrada Parque Transpantaneira, previsto no Programa Pantanal/MMA, não foi realizado, tendo sido realizado todos os trâmites necessários para a realização de processo licitatório, porém o montante de recurso liberado foi menor que o previsto no projeto original, causando a não efetivação da medida.

Informações da SUPLAN: Através do processo n. 1391, o valor R\$ 490.056,00 (natureza 33903900/Fonte 174) foi anulado através de remanejamento orçamentário para atender trabalhos nas micro-bacias dos Rios Ararial(Rondonópolis), Taquari(Alto Taquari) e Córrego Brilhante (Jaciará), cfme DO de 26/06/06. Através do processo 858, DO 22/05/06, efetivou-se o remanejamento interno entre P/A/OE da mesma UO devido a necessidade emergencial para o monitoramento da cobertura vegetal de focos de calor com a finalidade de manutenção do helicóptero que efetuará tal monitoramento anulando-se as despesas conforme discriminado: natureza 33903000= R\$ 44.000,00/ 33903900=R\$ 26.000,00. Pelo processo 743, DO 08/08/06 e por excesso de convênio/saldo financeiro com previsão orçamentária subestimada para o exercício de 2006, referente ao convênio CV 00011/2001- Prog.Pantanal; houve suplementação de R\$ 397.460,00, natureza 33903900, fonte 174, regional 600. Através do processo n.863, DO 24/05/06, por remanejamento interno entre P/A/OE na mesma UO para atender insuficiência de saldo orçamentário com despesas administrativas, houve anulação de R\$ 20.000,00/natureza 3901400, fonte 240/ regional 600. Por necessidade de suprimento de despesas com elaboração de plano de manejo para UCS, através do processo n. 862, DO 12/05/06, houve remanejamento de despesas conforme discriminado: fonte 100, natureza: 33901400=R\$ 20.000,00 (suplementado)/ 33903000= R\$ 20.000,00(anulado).

Ação: 1549 - IMPLANTACAO DE INFRAESTRUTURA NAS UCS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DOTAR AS UNIDADES DE CONSERVACAO DE OBRAS E INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE AO SEU ADEQUADO MANEJO.				
Descrição da Meta Física: INFRA-ESTRUTURA CONSTRUIDA				
Unidade de Medida: M2				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	12	0		



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	6.550,00	6.550,00	0,00	0,00	0	0
260	230.916,00	230.916,00	0,00	0,00	0	0
Todas	237.466,00	237.466,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento **Qtd. Meta Física**

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

No âmbito do Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMAII, foi realizado (no período de 2004 e 2005) o levantamento das potencialidades turísticas da região do Araguaia. As atividades foram realizadas através de parcerias entre a SEMA/ SEDTUR, Prefeituras de 11 Municípios, UNEMAT, campus de Nova Xavantina e comunidade. Após os levantamentos em cada município foi possível realizar os 11 Planos Municipais de turismo. Em meados de 2005 este trabalho foi apresentado no Salão do Turismo - Roteiros do Brasil, em São Paulo. Em 2006 a atividade realizada foi a de conclusão do diagnóstico regional do Araguaia, elaborado por consultoria, não sendo possível realizar a tarefa prevista "divulgação das atividades e potencialidades turísticas municipais". O PNMA II foi encerrado em junho de 2006.

Embora estivesse prevista neste programa a criação de um banco de imagens (por meio da contratação dos serviços fotográficos), filmagens das atrações turísticas da região e realização de um documentário para a divulgação das ofertas turísticas do Araguaia, não foi possível realizar esta tarefa, pois houve contingenciamento dos recursos por parte do Ministério do Meio Ambiente.

Da mesma forma não foi possível realizar esta tarefa - elaboração e publicação de material promocional educativo da região - pois os recursos inicialmente previstos não foram liberados.

Foi elaborado com recursos do PNMA II o projeto do Centro de Visitação do Parque Estadual de Serra Azul (em 2004), com previsão para a construção no período de 2005 a 2006. Devido a contenção e remanejamento dos recursos não foi possível executar esta obra.

Acredita-se que, na segunda fase do PNMAII, a construção deste Centro realizar-se-á.

Concluindo, a ação 1549 ficou prejudicada na sua efetividade haja vista o contingenciamento dos recursos financeiros e orçamentários pelo Ministério do Meio Ambiente, não podendo ser executada de forma a dar suporte ao manejo adequado nas Unidades de Conservação.

Ação: 1550 - REGULARIZACAO PATRIMONIAL DOS IMOVEIS DAS UNIDADES DE CONSERVACAO ESTADUAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: ESCRITURAR AS TERRAS CONTIDAS NA UC EM NOME DA SEMA.				
Descrição da Meta Física: UNIDADE DE CONSERVACAO ESCRITURADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	24.800,00	24.200,00	24.190,00	0,00	97,54	99,96
260	550.000,00	550.000,00	0,00	0,00	0	0
282	0,00	3.662.577,00	3.045.784,00	0,00	0	83,16
Todas	574.800,00	4.236.777,00	3.069.974,00	0,00	534,09	72,46

Região de Planejamento **Qtd. Meta Física**

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

A regularização patrimonial dos imóveis contidos em unidades de conservação é realizada com recursos provenientes de compensação por significativos danos ambientais, conforme prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei nº 9985/00 e Decreto nº 4340/02.

Desta forma, conforme recurso financeiro disponível, proveniente de compensação por implantação de empreendimentos causadores de grandes impactos ambientais, foram realizadas avaliações de propriedades rurais contidas no Parque Estadual da Serra Azul e Parque Estadual Cristalino, este último não previsto, porém priorizado em detrimento do Parque Estadual do Xingu e Estação Ecológica do Rio Ronuro.

A priorização do Parque Estadual do Cristalino ocorreu pela forte pressão antrópica que vem ocorrendo no parque, queimadas, desmatamento, invasões.

Foram executadas oito avaliações fundiárias de propriedades rurais localizadas no Parque Estadual da Serra Azul com o objetivo de realizar regularização fundiária na área do parque. Foi realizada a indenização de cinco propriedades rurais, as outras três propriedades deverão ser indenizadas também com recurso de compensação por significativo impacto ambiental, com previsão para o ano de 2007, conforme a disponibilização de recurso proveniente de compensação de empreendimentos causadores de grandes impactos ambientais no Estado.

Um dos maiores entraves no andamento dos processos tem sido a não apresentação de documentação por parte dos proprietários, tais



como Certidões Negativas de Débito junto a Receita Municipal, Estadual ou Federal.
O processo de regularização fundiária do Parque Estadual do Cristalino, indenização somente de benfeitorias uma vez que se trata de posse, não se encontra em execução uma vez que se faz necessária decisão do Ministério da Justiça quanto as questões fundiárias da Gleba Divisa da qual o parque faz parte.
Informações da SUPLAN: Através do processo n. 1389, DO 28/06/06, efetuou-se o remanejamento interno entre P/A/OE da mesma UO para atender a estruturação do parque da cidade de Barra do Garças, regional 400, natureza 45906100=R\$ 460.000,00 (anulado)/44905100= R\$ 460.000,0 (suplementado). Devido à implantação de infraestrutura nas UCs, houve remanejamento interno entre P/A/OE da mesma UO através do processo n. 799, DO 03/05/06, fonte 282, natureza: 45906100=R\$ 800.000,00 (anulado)/ 44905100= R\$ 800.000,00 (suplementado). Pelo excesso de convênio/saldo em c/c advindo de recursos de compensação ambiental, houve a suplementação de R\$ 3.662.577,00= natureza 45906100/ fonte 260/ região 400, através do processo n. 506, DO 17/04/06. Por conta de superávit financeiro advindo de valores de compensação ambiental e em decorrência da necessidade de implantação de infraestrutura nas UCs, houve suplementação de R\$ 800.000,00/ natureza 44905100, fonte 282, regional 400, através do processo 644, DO03/05/06.

Ação: 2344 - MONITORAMENTO DO PROCESSO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL POR TERRAS EM UCÓ.S.				
Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CONTROLAR TODAS AS ETAPAS DE UMA AMOSTRAGEM DOS PROCESSOS DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL.				
Descrição da Meta Física: PROCESSOS MONITORADOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	10.600,00	10.275,00	10.275,00	0,00	96,93	100,00
Todas	10.600,00	10.275,00	10.275,00	0,00	96,93	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Os processos de compensação de área de reserva legal degradadas por área em unidades de conservação instituída pela Lei Nº 7.330 de 27/09/00, encontram-se em andamento, com análise pela Gerência de Regularização Fundiária e pela Gerência de Licenciamento Rural, sendo que um dos entraves para a conclusão destes processos é a inadequada e/ou insuficiente apresentação de documentos necessários (Certidão de Inteiro Teor da Matrícula da área ofertada, Certidão de Cadeia Dominial até a Origem da área ofertada, Certidão de Inteiro Teor da Matrícula em déficit, Certidão de Legitimidade de Origem Emitida pelo INTERMAT da área ofertada, Carta Imagem do Imóvel Ofertado, Planta e Memorial Descritivo do Imóvel Ofertado, caso seja parte de Imóvel maior, Comprovante de Pagamento de Taxa de Serviços da SEMA -taxa de vistoria, ART do Responsável Técnico Especifica para Compensação)para instruir os processos.
Não foi executada nenhuma vistoria técnica "in loco" das áreas apresentadas nos processos por não ter havido a efetiva conclusão dos processos de compensação, estando os processos na fase de análise através de documentação(mapas, certidões, imagens de satélite) em escritório.

Ação: 2346 - FISCALIZACAO NAS UCS E SEUS ENTORNOS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: COIBIR ACOES ILEGAIS NAS UNIDADES DE CONSERVACAO.				
Descrição da Meta Física: OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
14	2	12	85,71	600,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	1.274.574,00	841.457,00	821.160,00	0,00	64,43	97,59
Todas	1.274.574,00	841.457,00	821.160,00	0,00	64,43	97,59

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0500 - SUDESTE	1
0600 - SUL	6



0300 - NORDESTE	1
0200 - NORTE	1
0100 - NOROESTE	3

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No primeiro semestre de 2006 foram realizadas 12 operações nas regiões Sudeste, Nordeste, Noroeste, Norte e Sul, sendo fiscalizadas as seguintes Unidades de Conservação: Área de Preservação Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá, Parque Estadual do Xingu, Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt, Parque Estadual Cristalino, Parque Estadual Mãe Bonifácia, Área de Preservação Chapada do Guimarães, Parque Massairô Okamura.
As operações realizadas foram pontuais, ou seja, fiscalizaram apenas áreas pré-estabelecidas do entorno, não sendo possível fiscalizar de forma completa devido a dificuldade de acesso a algumas regiões por meio do transporte utilizado (carro), o qual não permite uma visualização do entorno de forma mais abrangente e ao reduzido número de técnicos disponíveis para atender a grande demanda de fiscalização no estado. Para que fosse feita uma fiscalização de forma mais efetiva seria necessário que se realizassem sobrevôos para a identificação de empreendimentos localizados no entorno que possam causar dano às UC's, além de verificação das condições no interior destas, evitando-se assim invasões das mesmas, com conseqüente desmatamento e degradação nos locais. Devido a estes fatos, as metas estabelecidas não foram atingidas e para que o sejam será necessária a contratação de mais técnicos, além de utilização de aviões ou helicópteros para sobrevoar as áreas, o que demanda mais verba do que a disponível para este segundo semestre.
Informações da SUPLAN: Através do processo n. 863, DO 24/05/06, houve anulação de despesa de natureza 33901400, no valor de R\$ 300.000,00, fonte 240, regional 9900, para atender insuficiência orçamentária com despesas administrativas da instituição. Para atender projeto de fomento e implantação de aterros sanitários no município de Colíder, houve remanejamento interno entre P/A/OE da mesma UO através do processo 643, DO 05/05/06, natureza 3901400= R\$ 100.000,00(anulação), fonte 240, regional 9900.

O único trabalho realizado em UC's no segundo período de 2006 foi um sobrevôo do Parque Cristalino em conjunto com a Coordenadoria de Unidade de Conservação - CUCO da Superintendência de Biodiversidade e Polícia Ambiental no mês de dezembro, o recurso utilizado foi da ARPA e do PTA, teve como finalidade a fiscalização das ações predatórias e invasões, gerando relatório técnico.
Não foi possível realizar mais operações devido a falta de técnicos e equipamentos.
Vale salientar que no mês de novembro de 2006 foi criada a Coordenadoria de Fiscalização de Unidades de Conservação - CFUC, com objetivo de estar mais presente coibindo degradações ambientais e invasões nas áreas de entorno. Esta ação esta prevista no PTA de 2007.



Programa

Programa: 0182 - GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS

Objetivo do Programa: IMPLANTACAO A GESTAO DE RECURSOS HIDRICOS NAS BACIAS HI DROGRAFICAS MATOGROSSENSIS DO RIO VERMELHO, GARCAS, CUIABA, SAO LOURENCO, TELES PIRES, COM VISTAS A DIMINUIR O USO DESSES RECURSOS

Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Resp. Programa: Marcos Henrique Machado

	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
Indicadores:	2006	NUMERO DE MUNICIPIOS PARTICIPANDO EM COMITES	anual	unidade	0	70	1	27/2/2007
	2006	NUMERO DE ORGANIZACOES DE BACIAS ATUANDO	anual	unidade	0	5	1	27/2/2007

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
3.723.693,00	2.418.397,00	1.692.324,00	0,00	45,45	69,98

Avaliação de resultados e da execução do programa:

O Programa 182 – Gestão de Recursos Hídricos atendeu as ações previstas no PTA 2006. Mas para que de fato possamos realizar a Gestão de Recursos Hídricos é necessário a implantação dos Instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos: Plano Estadual de Recursos Hídricos, Enquadramento dos Corpos de Água, Outorga, Cobrança e Sistema de Informações. Com os instrumentos implantados é que de fato estaremos realizando a Gestão de Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso.

Iniciou-se em 2006 a implantação do primeiro instrumento de gestão, que é o Plano Estadual de Recursos Hídricos, através do Programa Pantanal, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, com participação de profissionais especialistas trabalhando no levantamento de dados das três regiões hidrográficas do Estado: Amazônica, Tocantins-Araguaia e Alto Paraguai – BAP. As informações obtidas pelo PERH subsidiarão a implantação dos demais instrumentos de gestão.

A Política de Recursos Hídricos é peculiar em seu contexto, pois tem como princípio a Gestão Descentralizada e Participativa. Sua implantação depende do envolvimento da sociedade/população, nossos esforços, através de palestras e visitas aos municípios, estão centrados no convencimento de que participar do processo de decisão é muito importante, pois a população local é que de fato conhece a necessidade da região, e a mesma deve ser organizada para que em conjunto com a SEMA, gerencie de forma efetiva através da criação e funcionamento dos comitês de bacias nas questões relacionados a proteção do meio ambiente.

Os licenciamentos da obra civil do poço tubular e dos empreendimentos de irrigação fortalecem informações hídricas, superficial e subterrânea tanto em qualidade quanto em quantidade. O licenciamento do poço tubular nos dá as características hidrodinâmicas, tais como: vazão, profundidade, nível dinâmico, nível estático. O licenciamento de irrigantes nos permite conhecer a localização exata dos maiores consumidores de água, o volume retirado e o manancial utilizado para captação. Essas informações são necessárias para a Gestão de Recursos Hídricos, pois teremos o conhecimento da disponibilidade hídrica do Estado. Esse resultado além do previsto foi obtido em razão do intenso trabalho de nossos técnicos e aliada a alta credibilidade da SEMA. A equipe é formada por técnicos que visitaram os locais, inspecionando fotografando e georreferenciando através do aparelho de GPS. Dentro dos maiores impactos causados por sistema de irrigação sem o devido licenciamento ambiental, podemos numerar: 1) lixiviação dos nutrientes do solo; 2) ocorrência de erosão; 3) comprometimento da quantidade de água a ser disponibilizada aos usuários da bacia; 4) alteração ou destruição de mata ciliar. Mas com o devido Licenciamento esses impactos são minimizados, pois se provoca o ordenamento ambiental, não apenas no ponto de captação mas na área de entorno.

Em relação a poços sem o devido licenciamento ambiental, podemos numerar: 1) alteração na qualidade de águas subterrâneas; 2) rebaixamento do lençol freático por superexploração; 3) alteração de fluxo de água subterrânea.

Esta ação também foi auxiliada pela nova coordenadoria de empreendimentos, da Superintendência de Ações Descentralizadas - SUAD, que fizerem das notificações não atendidas provenientes da Coordenadoria de Recursos Hídricos o chamamento para o efetivo licenciamento com a emissão de auto de infração.

O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO cumpre seu papel de interlocutor com os demais Órgãos do Governo e também da Sociedade Civil Organizada e dos Usuários de Água. Este conselho é atuante nas questões que envolvem recursos hídricos, com reuniões bimestrais com deliberações e aprovação de resoluções que são publicados em Diário Oficial.

Indicadores:

Os índices deverão ser revistos uma vez que o PPA 2004 - 2007 para a gestão de recursos hídricos foi elaborado considerando as ações do programa pantanal, que não chegou a ser executado e que atualmente se encontra em fase de renegociação com os organismos



financiadores.

Em relação ao ano anterior tivemos um aumento considerável no número de empreendimentos usuários de recursos hídricos licenciados, principalmente de águas subterrâneas.

Esses números de licenciamentos refletem como indicadores para a população, que estão fazendo uso de um bem (água) de boa qualidade e potabilidade, influenciando na melhoria da qualidade de vida, evitando doenças ocasionadas por veiculação hídrica bem como, fazendo uso racional e proteção desses recursos hídricos para futuras gerações.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1561 - FOMENTO A CRIAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DE BACIAS	Tipo de Ação: Projeto
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE	
Objetivo Específico: OBTENÇÃO DE UMA GESTÃO COMPARTILHADA DOS RECURSOS HÍDRICOS COM BASE NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS.	
Descrição da Meta Física: EVENTO REALIZADO	
Unidade de Medida: UN	

Meta Física Prevista LOA 2006		Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista		% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
101		0	30	29,70		
Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	120.000,00	80.000,00	78.957,00	0,00	65,80	98,70
174	197.308,00	102.974,00	5.903,00	0,00	2,99	5,73
240	193.430,00	191.430,00	189.921,00	0,00	98,19	99,21
260	80.848,00	80.848,00	0,00	0,00	0	0
Todas	591.586,00	455.252,00	274.781,00	0,00	46,45	60,36

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	2
1000 - CENTRO	4
0800 - OESTE	2
0900 - CENTRO OESTE	3
0400 - LESTE	2
0500 - SUDESTE	5
1100 - NOROESTE II	3
0700 - SUDOESTE	9

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Esta ação que tem como objetivo fomentar a criação e acompanhamento de organização de bacias hidrográficas. As organizações de bacias são: Os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), O Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CEHIDRO) e o Órgão Gestor Estadual (SEMA). Estas organizações de bacia compõem o Sistema Estadual de Recurso Hídricos, conforme preconiza a legislação estadual Lei 6945 de 05 de novembro de 1997.

No ano de 2006 pode-se destacar o efetivo funcionamento do CEHIDRO que é um órgão colegiado com representação paritária de instituições governamental (SEMA, SINFRA, SEPLAN, SEDER, SEDTUR, SICME e UNEMAT) e não governamental (FIEMT, SANECAP, REDE CEMAT, ASATEC, Fórum estadual de Turismo, IPAC e CREATIO) com caráter consultivo, deliberativo e recursal, atuando na temática "recursos hídricos". As decisões do conselho pleno são publicadas no diário oficial do Estado na forma de resoluções, onde se pode citar em 2006 a resolução que institui critérios gerais para formação e funcionamento de comitês de bacias hidrográficas, a resolução que institui a divisão hidrográfica do Estado, a resolução que estabelece prazo para as licenças em atividades de irrigação que se enquadram na resolução nº 06, entre outras. Destaca-se também o funcionamento da câmara técnicas sobre barragem, que tem como objetivo propor normas de uso dos recursos hídricos.

Com relação aos comitês de bacias hidrográficas, o estado tem registrado somente um comitê, localizado nas sub-bacias dos rios Sapé e Várzea Grande, na região hidrográfica do rio Araguaia. No ano de 2006 não houve a formalização de criação de novos comitês, entretanto vale ressaltar que a criação dos comitês é de iniciativa da comunidade organizada da bacia, cabendo ao órgão gestor (SEMA) auxiliar na sua formação. Contudo existe uma crescente mobilização de usuários, sociedade civil organizada e prefeituras com intenção formar comitês como é o caso da bacia do rio Cuiabá, Sepotuba e Tenente Lira. Essa mobilização é realizada através de cursos, seminários, congressos e reuniões que a Sema promove para a comunidade (Prefeituras, representantes da sociedade civil, representantes de órgãos públicos e sociedade em geral), onde se podem citar algumas das realizações neste ano:

- Participação do 8º Congresso e Exposição Internacional sobre florestas (FOREST 2006) onde foi incluída uma programação específica de recursos hídricos, substituindo a realização do seminário Estadual de Recursos hídricos que estava previsto para acontecer no mesmo período.
- Confeção de folders, logomarca, bonés e camisetas para divulgação do projeto de revitalização do Rio Cuiabá em parceria com a educação ambiental.
- Dois cursos informativos sobre recursos hídricos com carga horária de 20 horas, nos municípios de Marcelândia onde participaram 33 pessoas e outro em Campos de Júlio com 27 participantes, executados dentro da programação do PGAI/PPG7.
- Dois cursos de gestão de recursos hídricos por bacia hidrográfica com carga horária de 40 horas, nos municípios de Sorriso com 35 participantes e outro no município de Tangará da Serra com 20 participantes.
- Cinco reuniões de sensibilização da sociedade para fomento a criação do comitê de bacia hidrográfica do rio das Garças, nos municípios de alto Garça, Guiratinga, Tesouro, General Carneiro e Barra do Garças.
- Workshop no município de Campo de Júlio para fechamento do projeto do PGAI, onde foram apresentadas as ações desenvolvidas pela



equipe da Superintendência de Recursos Hídricos dentro do projeto e onde também foi abordada a importância da criação do comitê para aquela bacia.

- Participação em reuniões ordinárias do comitê dos Ribeirões Sapé e Várzea Grande (Primavera do Leste) como representante do poder público estadual.
- Reuniões com os gestores dos municípios de Diamantino, Nortelândia, Nova Mutum, Tapurah, Itanhangá, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte, Juara, Campo Novo dos Parecis, Sapezal, Campos de Júlio, Comodoro, Nova Lacerda, Conquista do Oeste, Vila Bela da Santíssima Trindade, Vale do São Domingos, para divulgação da gestão participativa da água e fomento a criação de comitês de bacia hidrográfica.
- Participação da Feira Ambiental na Assembléia Legislativa onde foi apresentado o caderno da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai (Plano Nacional de Recursos Hídricos), onde houve apresentação do PNRH, do caderno, mostra técnica e cultural e palestras sobre a valorização da água.
- Participação do Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas.

Ação: 1562 - AVALIAÇÃO DA DISPONIBILIDADE HÍDRICA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	Tipo de Ação: Projeto			
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: ESTIMAR A OFERTA DE ÁGUA PARA OS DIFERENTES USOS NAS BACIAS HIDROGRÁFICAS MATOGROSSENSES.				
Descrição da Meta Física: BACIA AVALIADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	159.000,00	8.868,00	8.868,00	0,00	5,58	100,00
282	0,00	14.448,00	3.473,00	0,00	0	24,04
Todas	159.000,00	23.316,00	12.341,00	0,00	7,76	52,93

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A avaliação disponibilidade hídrica estava prevista para ser realizada na bacia do Rio Cuiabá e teria como objetivo dar subsídio ao processo de outorga de uso de água em uma bacia piloto que a secretaria pretendia realizar e seria executada por consultores contratados para este fim, entretanto esta ação não foi executada pela morosidade decorrente da burocracia e/ou indefinição política. Contudo no final de 2006, instituições federais (ANA e ANEEL) fortaleceram a demanda pela implantação da outorga no estado de Mato Grosso, criando uma situação política favorável à execução da presente ação, cujo termo de referência original foi modificado para contratação de uma empresa, com objetivo de implantar o sistema de outorga, onde a avaliação da oferta de recursos hídricos (disponibilidade hídrica) é um dos itens necessários desse sistema. De maneira que as medidas e tarefas desta ação não serão realizadas, pois esta contratação está sendo prevista para 2007, na ação 2358 (Monitoramento da Qualidade e Quantidade da Água), Medida 7 (Contratação de hidrólogo), pela fonte 109.

Ação: 1563 - ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS ORGÃOS ESTADUAIS PARA A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	Tipo de Ação: Projeto			
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: REALIZAR DE FORMA CONJUNTA O PLANEJAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS COM OS ORGÃOS DE GOVERNO.				
Descrição da Meta Física: SEMINÁRIO DE INTEGRAÇÃO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	22.000,00	19.456,00	18.947,00	0,00	86,12	97,38
Todas	22.000,00	19.456,00	18.947,00	0,00	86,12	97,38

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A ação 1563 não foi executada conforme o planejado, no entanto a integração entre as secretarias de estado para gestão dos recursos



Govorno do Estado de Mato Grosso

hídricos vem acontecendo dentro do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, através de seus membros representantes, na qual fazem parte deste conselho as principais secretarias que têm relação com os recursos hídricos (SEMA, SINFRA, SEPLAN, SEDER, SEDTUR e SICME), cujas reuniões são realizadas bimestralmente e as decisões desse conselho são publicadas em diário oficial.

Ação: 1564 - ADMINISTRACAO DE RECURSOS HIDRICOS - PANTANAL Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: PROMOVER A GESTAO DAS AGUAS NA BACIA DO ALTO PARAGUAI-BAP, AFIM DE MINIMIZAR OS IMPACTOS NO PANTANAL.				
Descrição da Meta Física: SUB BACIA GERENCIADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
174	256.100,00	305.970,00	52.628,00	0,00	20,55	17,20
240	28.400,00	28.400,00	28.385,00	0,00	99,95	99,95
260	32.000,00	32.000,00	7.635,00	0,00	23,86	23,86
Todas	316.500,00	366.370,00	88.648,00	0,00	28,01	24,20

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
-------------------------------	-------------------------

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Nesta ação, o cumprimento das metas estabelecidas ficou abaixo do esperado, devido ao corte dos recursos da fonte 174 proveniente do Programa Pantanal; entretanto algumas tarefas foram contempladas mesmo que parcialmente, tais como: reunião da comissão executiva regional para acompanhamento do Plano Nacional de Recursos Hídricos (região hidrográfica do Rio Paraguai); Estudos para definição da política de uso e ocupação do Pantanal; Confeção/Publicação do relatório de monitoramento de qualidade da água do rio Cuiabá do ano 2005; e Confeção/Publicação do relatório de Balneabilidade 2006.
 Outras tarefas mesmo não estando previstas no PTA 2006 foram executadas em função de demandas internas necessárias:
 - Projeto de Revitalização do Rio Cuiabá, onde foram realizadas 3 campanhas para vistorias em loco com objetivo de promover a regularização e adequação das atividades potencialmente poluidoras no seguintes trecho: Cuiabá-Santo Antonio do Leveger; Santo Antônio-Barão de Melgaço e Cuiabá-Distrito da Guia, onde foram realizados um levantamento de dragas de extração de areia, lançamentos de efluentes domésticos/industriais, degradação das matas ciliares, construções irregulares na área de APP, etc. Nesta tarefa foram visitadas mais de 200 propriedades/empreendimentos onde foram realizadas os respectivos autos de inspeção e notificação das propriedades irregulares ao longo do rio.
 - Realização da Divisão Hidrográfica do Estado em 27 Unidades de Planejamento e Gestão de Recursos hídricos, tomando por base a Bacia Hidrográfica, conforme preconizado pela Lei Estadual 6945 de 05 de Novembro de 1997 e oficializado pela resolução nº 5 do CEHIDRO.
 - Reestruturação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos através de publicação do decreto de regulamentação do CEHIDRO; processo de eleição; noneação dos membros e realização de 4 reuniões ordinárias.
 - Elaboração dos Termos de Referências e respectiva seleção de 12 consultores que irão trabalhar nos estudos sobre Recursos Hídricos do estado de Mato Grosso, que está sendo realizado pelo Ministério do Meio através do Programa Pantanal, cabendo a Sema coordenar/acompanhar os estudos além de articular politicamente com objetivo de integrar as secretarias de estado, órgãos não governamentais e a própria população para definição do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A fase coleta de dados iniciou em Janeiro de 2007. Esta atividade não esta prevista no PTA 2006, devido contratação direta Ministério do Meio Ambiente através da SRH/OEA/Programa Pantanal.

Ação: 1565 - FORTALECIMENTO DO SANEAMENTO BASICO AGUA/ESGOTO Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: APOIAR A ESTRUT. DO SANEAMENTO BASICO NO ESTADO, PRIORIZANDO AS BACIAS DOS RIOS CUIABA, SAO LOURENCO E MANSO.				
Descrição da Meta Física: BACIA ATENDIDA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
100	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
-------	--------------------------	----------------------------------	-----------------	----------------------	---	--



Govorno do Estado de Mato Grosso

100	1.000.000,00	435.000,00	435.000,00	0,00	43,50	100,00
174	285.500,00	310.500,00	94.848,00	0,00	33,22	30,55
240	11.000,00	10.590,00	10.590,00	0,00	96,27	100,00
Todas	1.296.500,00	756.090,00	540.438,00	0,00	41,68	71,48

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
-------------------------------	-------------------------

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 A atividade não foi realizada porque os recursos eram provenientes do Programa Pantanal e não foram disponibilizados. Informações adicionais da Superintendência de Planejamento da SEMA: Foi feita a abertura de crédito adicional de acordo com o processo 0486/2006 para atender despesas de passagens que não estavam previstas, sem alteração da meta física.

Ação: 1567 - IDENTIFICACAO E CARACTERIZACAO DE AQUIFEROS E RECURSOS MINERAIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 17501 - COMPANHIA MATOGROSSENSE DE MINERACAO				
Objetivo Específico: DAR SUPORTE TECNICO ESP. EM AGUAS SUBT. PERFURACAO DE POÇOS TUBULARES PROFUNDOS E HIDROGEOLOGIA				
Descrição da Meta Física: REQUERIMENTOS ATENDIDOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	14	8	16,00	57,14

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
127	790.297,00	314.327,00	313.803,00	0,00	39,71	99,83
Todas	790.297,00	314.327,00	313.803,00	0,00	39,71	99,83

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0700 - SUDOESTE	3
0600 - SUL	5

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 De modo geral, para todas as regiões previstas a execução física, orçamentária e financeira estão sendo executadas após o primeiro semestre deste ano de acordo com o previsto na LOA 2006. Isto devido ao parecer da auditoria nº 076/2006, que trata da distribuição dos recursos da fonte 127, oriunda da compensação financeira pela exploração de recursos hídricos e pela exploração mineral, conforme Lei complementar Estadual nº 232, de 21/12/2005, artigo 9º, inciso V, que anulou o orçamento de projetos desta Companhia para suplementarem ações da FEMAMN (FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE). Diante do exposto, R\$ 459.570,00 foi reduzido do orçamento e suplementado para a FEMAM e 90.000,00 para Manutenção de Serviços Administrativos gerais da própria Companhia que ficou zerado. O valor empenhado atendeu parte da meta física prevista na loa 2006.
 A perfuração desses 8(oito) poços tubular beneficiará aproximadamente 200 famílias, escolas e postos de saúde com abastecimento de água de boa qualidade, evitando assim doenças transmissíveis por águas contaminadas. Foram assinados convênios com a SINFRA para realização do processo licitatório referente à construção desses poços tubulares nas localidades: Nova Lacerda (Comunidade santa Amélia) e (Comunidade Gleba Sararé), Acorizal (Comunidade Cabeceira do Alferes) e (Comunidade Sítio Guanandi), Santo Antônio do Leveger (Comunidade Arruda Pinto) e (Parque dos Piquizeiros), Cuiabá (Cinturão verde) e Mirassol D´Oeste (Vila Fitoterápica). Com as informações técnicas obtidas através dos relatórios hidrogeológicos desses poços tubulares alimentaremos o nosso banco de dados. A dotação final após os créditos foi suplementada com recursos de outros projetos da área técnica e suplementação por excesso na Dotação Inicial LOA 2006 para atender as necessidades do projeto, R\$ 58.600,00 suplementado do projeto 3657 (metalogenético) e R\$15.000,00 suplementado por excesso, cujo valor empenhado foi de R\$ 313.803,00.

Ação: 2356 - LICENCIAMENTO EFETIVO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CONTROLAR O USO DA AGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE.				
Descrição da Meta Física: EMPREENDIMENTO LICENCIADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	864	86.400,00	86.400,00



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	16.400,00	8.360,00	5.960,00	0,00	36,34	71,29
Todas	16.400,00	8.360,00	5.960,00	0,00	36,34	71,29

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0800 - OESTE	21
1000 - CENTRO	42
0600 - SUL	636
0700 - SUDOESTE	20
0900 - CENTRO OESTE	16
1200 - CENTRO NORTE	30
0200 - NORTE	7
0100 - NOROESTE	13
0300 - NORDESTE	8
0400 - LESTE	15
0500 - SUDESTE	56

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
O incremento no resultado da ação foi devido ao trabalho de vistoria intensiva na região VI por não demandar recursos para diárias e por ser próximo à sede. O cumprimento das ações nas demais regiões do Estado não foi intensificado devido à indisponibilidade de diárias e veículos em data programada. Houve uma diminuição significativa na solicitação de licenciamento para irrigação, principalmente pela queda da rentabilidade da agricultura de exportação em decorrências do cambio desfavorável.

Ação: 2357 - FISCALIZACAO DE EMPREENDIMENTOS USUARIOS DE AGUA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: VERIFICAR O CUMPRIMENTO DA LEGISLACAO AMBIENTAL REFERENTE A RECURSOS HIDRICOS POR PARTE DOS EMPREENDIMENTOS.				
Descrição da Meta Física: EMPREENDIMENTO FISCALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	0	74	616,67	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	52.200,00	48.425,00	48.156,00	0,00	92,25	99,44
Todas	52.200,00	48.425,00	48.156,00	0,00	92,25	99,44

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0700 - SUDOESTE	2
1100 - NOROESTE II	1
0200 - NORTE	3
0400 - LESTE	6
0500 - SUDESTE	4
0800 - OESTE	1
0100 - NOROESTE	2
0600 - SUL	55

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No ano de 2006, foram realizadas 64 operações visando a preservação dos Recursos Hídricos tanto superficial, sub-superficial e subterrâneos. A degradação dos Recursos Hídricos superficiais acontece através do desmatamento das nascentes, cursos d águas lançamentos de dejetos (esgotos domésticos, industriais, etc.), atividades garimpeiras em leitos de córregos extração d água para abastecimento público, irrigação, agrotóxicos, e empreendimentos que utilizam o leiteo natural (piscicultura, Hidrelétricas, represamentos, dragagem, etc.) afetando o leiteo e a biodiversidade etc. já o subterrâneo da se através da percolação de líquidos contaminados, (chourumes, óleos lubrificantes, produtos químicos, etc.). As regiões contempladas foram: Noroeste, Norte, Leste, Sudeste, Sul, Sudoeste, Oeste, Noroeste II. Através destas ações é possível utilizar o recurso de forma sustentável garantido assim a qualidade para gerações futuras, mantendo a quantidade e qualidade dos recursos hídricos bem como a biodiversidade aquática.
No decorrer destas ações encontramos algumas dificuldades, pois faltava o conhecimento de alguns procedimentos, o efetivo humano é insuficiente para atender a demanda, fazendo se necessário a contratação de pessoas habilitadas e melhorias no sistema de transporte e



equipamentos.
Com a criação da Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimentos conforme decreto nº 7.783 de 30JUN06 foram realizados trabalhos em indústrias, frigoríficos, hidrelétricas, laticínios, curtiúmes, mineração, garimpo, postos de abastecimento de combustível, armazéns gerais e ainda no saneamento básico (estações de tratamento), o qual fora verificado a qualidade da água e o lançamento dos efluentes. Vale ressaltar que através do trabalho de fiscalização houve um chamamento para o empreendimento se licenciar.

Ação: 2358 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E QUANTIDADE DE AGUA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DISPONIBILIZAR INFORMACOES DE QUALIDADE E QUANTID. DOS RECURSOS HIDRICOS.				
Descrição da Meta Física: BACIA MONITORADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	1	7	140,00	700,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	383.290,00	330.881,00	322.365,00	0,00	84,10	97,43
260	95.920,00	95.920,00	66.885,00	0,00	69,73	69,73
Todas	479.210,00	426.801,00	389.250,00	0,00	81,23	91,20

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0200 - NORTE	1
0400 - LESTE	1
0700 - SUDOESTE	2
0500 - SUDESTE	2
0600 - SUL	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
O monitoramento da qualidade e quantidade das águas superficiais e subterrâneas são ferramentas primordiais para um gerenciamento eficiente dos recursos hídricos. Os dados gerados pelo Monitoramento subsidiaram outras ferramentas de gestão, como os Planos de Bacia, a outorga de direito de uso e a fiscalização. Além de produzir séries históricas que possibilitam analisar com maior precisão as modificações de quantidade e de qualidade em decorrência dos fatores climáticos, antrópicos e geológicos. Assim como contribuir com as informações hidrológicas para projetos hídricos.
Atualmente a Sema monitora a qualidade da água das seguintes bacias hidrográficas: Cuiabá, Paraguai, São Lourenço, Garças, Mortes, Juruena e Teles Pires, totalizando 84 estações de amostragem, com uma frequência de trimestral (2 campanhas na época de chuvas e 2 na época de seca), onde são realizadas aproximadamente 20 análises de cada amostra, compreendendo parâmetros físicos, químicos e bacteriológicos.

No ano de 2006 foram realizadas 6835 determinações analíticas em 305 amostras de monitoramento de qualidade da água em bacias hidrográficas. Os resultados estão disponibilizados na Internet no site da Agência Nacional de Águas (ANA) www.ana.gov.br no banco de dados sobre informações Hidrológicas (Hidroweb), cujos relatórios estão sendo confeccionados e serão publicados em breve. Além do MQA nas bacias hidrográficas, foi realizado um estudo sobre as condições da água para balneabilidade em algumas fluviais/balneários que são frequentados pela população em geral, onde foram avaliadas 24 praias/balneários. Os resultados desse estudo foram amplamente divulgados pela imprensa, com objetivo de informar a população sobre os locais próprios e impróprios para recreação e os riscos de contrair doença de veiculação hídrica em locais considerados impróprios para banho. Como resultado deste estudo a SEMA publicou um relatório de "Balneabilidade das Praias do Estado de Mato Grosso - 2006".
Dentro desta ação pode-se registrar aproximadamente 1500 análises realizadas por solicitações interna na Sema, que serviram para tomadas de decisões referentes processos de licenciamentos e fiscalização de empreendimentos potencialmente poluidores, demonstrando que as decisões são tomadas a partir de dados concretos e confiáveis, extraídos da realidade, melhorando o serviço técnico e a eficiência do órgão.
Em 2006 contabilizou-se 792 determinações analíticas, solicitadas por clientes externos com Secretarias de Estado, Prefeituras, Escolas e Ministério Público, onde a Sema contribuiu como parceira na resolução de problemas ambientais, de saúde, de abastecimento público de água, entre outros. Atuando na amostragem, análises laboratoriais e na confecção de laudos e pareceres técnicos.



Programa

Programa: 0179 - GESTAO DE AREAS DEGRADADAS							
Objetivo do Programa: PROMOVER A RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS ATRAVES DE ACOES INTEGRADAS VISANDO O							
Programa: DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL							
Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE							
Resp. Programa: Marcos Henrique Machado							
Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2006	MICROBACIAS DEGRADADAS IDENTIFICADAS	ANUAL	unidade	0	250	50	19/12/2006
2006	MICROBACIAS RECUPERADAS	ANUAL	unidade	0	37	5	19/12/2006

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
652.484,00	1.831.589,00	883.714,00	0,00	135,44	48,25

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Em 2006 este programa foi reavaliado com objetivo de melhor alinhar com o objetivo estratégico de Governo segundo o PPA 2004-2007 - para isso as ações dos Projetos 1545 e 3070 para o ano de 2007 foram revistos pois, os mesmos foram reestruturados com o objetivo da inclusão também da região da Bacia do Alto Paraguai (BAP) - ampliando a área de atuação da SEMA. Com a reestruturação dos projetos os recursos serão otimizados, o que virá a atender o objetivo da criação do Programa - Recuperação da Área Degradadas.

A reestruturação feita em 2007 foi possível devido a análise e reuniões de reflexão, em 2006, coordenadas pela equipe da Superintendência de Planejamento da SEMA, onde participaram as Equipes envolvidas na execução e avaliação do Programa de Áreas Degradadas durante o ano.

Esperamos com a reformulação alcançarmos maior eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos destinados a este Programa.

Indicadores:

Os indicadores que medem o programa teve sua apuração no período normal e tem atendido a análise de evolução do programa.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1540 - LEVANTAMENTO E AVALIACAO DAS AREAS DEGRADADAS NO ESTADO Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: IDENTIFICAR AREAS DEGRADADAS POR SUB-BACIA E AVALIA-LAS QUANTO AO TIPO DE DEGRADACAO.				
Descrição da Meta Física: LEVANTAMENTO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
31	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	131.000,00	98.285,00	98.275,00	0,00	75,02	99,99
174	6.260,00	6.260,00	625,00	0,00	9,98	9,98
240	52.720,00	176.966,00	175.673,00	0,00	333,22	99,27
Todas	189.980,00	281.511,00	274.573,00	0,00	144,53	97,54

Região de Planejamento

Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

A pedido da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso foi realizado levantamento técnico (Processo nº 60718/2006), com o objetivo de reconhecimento das áreas degradadas no Distrito de Botas, município de Araputanga, visando à elaboração de projetos de recuperação. Nesse levantamento diagnosticou-se a ocorrência de erosões de grande porte que necessita de projetos específicos voltados para a concepção e implantação de obras de grande porte, em especial adequação e locação de estradas. Esse levantamento teve como produto um relatório técnico onde se evidenciou a urgência do controle imediato dos processos erosivos na região além da necessidade de se formalizar parcerias para elaboração e execução do projeto.

Foram realizados levantamento de áreas degradadas do Parque Serra Azul em Barra do Garças - Mt, das áreas desapropriadas e indenizadas visando sua recuperação e teve como produto parecer técnico com proposições para recuperação.

Em Chapada dos Guimarães foi realizado levantamento das áreas degradadas para identificação da origem e causa dos processos erosivos instalados na cabeceira do rio Coxipozinho. Foi elaborado parecer técnico identificando os processos erosivos e os responsáveis pela sua defratação, além de indicar quais as medidas para minimização e mesmo recuperação dos processos erosivos.

Foram visitados os municípios de Pontes e Lacerda e Nova Mutum para identificação de processos erosivos em áreas urbanas, visando orientação das prefeituras para recuperação das áreas degradadas.

Participação no levantamento das áreas degradadas de mata ciliar ao longo do rio Cuiabá, sendo realizada três campanhas, em conjunto com a Superintendência de Recursos Hídricos, envolvendo os municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Acorzal, Santo Antonio e Barão de Melgaço onde foram vistoriadas e notificadas cerca de 200 propriedades/empreendimentos.

Foram celebrados convênios com seis prefeituras nos seguintes municípios: Santa Cruz do Xingu, Acorzal, Tangará da Serra, Poxoréo, Jangada, Nova Marilandia. para construção de viveiros de mudas e estes se encontram em fase de implantação, foi repassado aos referidos municípios a primeira parcela do recurso sendo que segunda parcela será repassada no ano de 2007. A implantação do viveiros deverão ser concluída em 2007.

Ação:

1541 - GESTAO DE ATIVOS AMBIENTAIS **Tipo de Ação:** Projeto

Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL E CONSERVACAO DOS RECURSOS NATURAIS NA REGIAO DO ARAGUAIA.				
Descrição da Meta Física: PROCESSOS EROSIVOS CORRIGIDOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	12	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	205.370,00	205.370,00	2.981,00	0,00	1,45	1,45
Todas	205.370,00	205.370,00	2.981,00	0,00	1,45	1,45



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:	
A meta física desta ação foi concluída em 2005 sendo que as despesas pagas referem-se a conclusão de atividades executadas no ano anterior, os recursos são oriundos do convênio PNMA II e este convênio foi concluído em 2005. Nesta ação foram produzidas aproximadamente 30.000 mudas de espécies nativas no viveiro de Alto Taquari; -Plantio de 8000 mudas na micro-bacia Ipiranga; - Marcação de 3.200 m de murunduns na micro-bacia Ipiranga; -Isolamento de voçoroca da microbacia Ipiranga, através da construção de 1760 m de cercas; -Plantio de 2000 mudas, na microbacia "Roda Viva"; -Readequação de 1000 m de estradas na "Microbacia Aninha"; - Construção de murunduns na microbacia do Bandeira e MT-100, realizado pela Secretaria de Infra- Estrutura de Mato Grosso- SINFRA; - Realizado, no município do Alto Taquari, o "II Encontro Regional de adequação de Estradas Rurais". Contou com 92 participantes: Técnicos da Sema/MT, EMPAER/MT, SINFRA/MT, MMA, Produtores Rurais e técnicos (Secretários de Obras e Operadores de Máquinas) das Prefeituras de sete municípios de Mato Grosso - Alto Araguaia, Dom Aquino, Jaciara, Itiquira, Rondonópolis, Cuiabá e Nova Brasilândia, quatro municípios de Goiás: Santa Rita do Araguaia, Mineiros, Jataí, Alcinópolis e o município de Costa Rica de Mato Grosso do Sul. A carga horária foi dividida em aulas teóricas e práticas sendo readequado um trecho de aproximadamente 800 m de uma estrada vicinal. -Encontro de Adequação de Estradas Rurais: realizado no município de Alcinópolis-MS - a participação se deu através dos técnicos da EMPAER-MT - José Claudenir Fabri e Ilton Batista Camilo - como instrutores no evento e divulgadores das ações desenvolvidas no âmbito do PNMA II; -Realizado mini curso em Cuiabá/MT - com participação aproximada de 30 técnicos das regionais da Secretaria de Estado de infra-estrutura - SINFRA, referente a técnicas de readequação de estradas rurais, ministrado pelo técnico da EMPAER/MT, Ilton Batista Camilo no mês de outubro em Cuiabá-MT; -Manutenção e monitoramento dos plantios efetuados nos anos anteriores, através da construção de aceiros, coroamento e combate a formigas cortadeiras; -Monitoramento dos terraços e murunduns, assim como, verificação da estabilização das encostas das voçorocas, através de estacas de monitoramento.	

Ação: 1543 - REGULARIZACAO DAS ATIVIDADES MINERADORAS NA BAP - PANTANAL Tipo de Ação: Projeto										
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE										
Objetivo Específico: ESTIMULAR A UTILIZACAO DE TECNOLOGIAS ADEQUADAS,MINIMIZANDO O NIVEL DE DEGRADACAO E DILAPIDACAO DOS JAZIMENTOS										
Descrição da Meta Física: ATIVIDADE MINERADORA REGULARIZADA										
Unidade de Medida: UN										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Meta Física Prevista LOA 2006</th> <th>Meta Física Prevista Após Créditos</th> <th>Meta Física da Ação Realizada</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12</td> <td>12</td> <td>12</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> </tbody> </table>	Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	12	12	12	100,00	100,00
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos						
12	12	12	100,00	100,00						

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
174	8.036,00	8.036,00	0,00	0,00	0	0
Todas	8.036,00	8.036,00	0,00	0,00	0	0
Região de Planejamento					Qtd. Meta Física	
0600 - SUL					12	
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
Embora não tenha havido repasse da fonte 174 (Programa Pantanal), devido ao não fechamento deste convênio, foram realizadas pela Coordenadoria de Mineração, algumas atividades nos municípios que fazem parte da Bacia do Pantanal: Poconé, Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Santo Antônio de Leverger, etc, sendo efetuados licenciamentos de alguns empreendimentos através de vistoria "in loco". Essas atividades foram fomentadas pela ação 2333 (Fiscalização e Monitoramento de Atividades Poluidoras), que são atividades desenvolvidas pela SUJIMS. Desta forma foram utilizados recursos oriundos da suplementação da fonte 127, que são oriundos de Compensação Financeira -RECURSOS ORIUNDOS DE COMPENSAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS. Ao todo foram emitidos 30 autos de inspeção, 10 notificações, algumas delas sugerindo a recuperação de áreas degradadas. Os autos de inspeções resultaram pareceres técnicos para emissão de licenças de Operação, Prévia e de Instalação, bem como a renovação de algumas licenças. Houve também atendimento ao Ministério Público, no município de Poconé. As atividades minerais que mais ocorrem na região é a extração e beneficiamento de minério aurífero, argila e algumas areeiras.						

Ação: 1545 - RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS NAS NASCENTES DO RIO CUIABA - TNC Tipo de Ação: Projeto										
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE										
Objetivo Específico: PROMOVER A CONSERVACAO DO SOLO E RECUPERAR SUA CAPACIDADE DE PRODUTIVA EM AREAS PILOTO NA CABECEIRA DO RIO CUIAB										
Descrição da Meta Física: AREAS DEMONSTRATIVAS INSTALADAS E MANTIDAS										
Unidade de Medida: UN										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Meta Física Prevista LOA 2006</th> <th>Meta Física Prevista Após Créditos</th> <th>Meta Física da Ação Realizada</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1</td> <td>1</td> <td>0</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	1	1	0		
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos						
1	1	0								



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
127	0,00	304.446,00	274.058,00	0,00	0	90,02
240	22.910,00	22.910,00	22.857,00	0,00	99,77	99,77
282	0,00	73.450,00	10.344,00	0,00	0	14,08
Todas	22.910,00	400.806,00	307.259,00	0,00	1.341,16	76,66
Região de Planejamento					Qtd. Meta Física	
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
Foram feitos o remanescente para atender a conclusão de levantamento e diagnóstico da bacia do córrego Arareal em Rondonópolis e da Bacia do Brilhante em Jaciara, para conclusão da ação houve gastos no valor R\$ 39.205,16 com material de consumo de informática, R\$ 10.240,84 aquisição de combustível, R\$ 72.811,17 com diárias, R\$ 100.000,00 com locação de veículos, e foi feito o recolhimento de PASEP no valor de R\$ 32.336,44. O produto final da ação foi o diagnóstico das duas Bacias. E em 2007 este projeto foi ampliado tendo como objeto toda a bacia da BAP. Não foi cumprido a meta física devido a estratégia de concluir o primeiramente diagnóstico das duas bacias.						

Ação: 2048 - RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS Tipo de Ação: Atividade										
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE										
Objetivo Específico: PROMOVER A RESTAURACAO DOS BENS NATURAIS LESADOS.										
Descrição da Meta Física: PLANO DE APLICACAO ATENDIDO										
Unidade de Medida: UN										
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Meta Física Prevista LOA 2006</th> <th>Meta Física Prevista Após Créditos</th> <th>Meta Física da Ação Realizada</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física prevista</th> <th>% Realizado em Relação a Meta Física após créditos</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>12</td> <td>0</td> <td>0</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	12	0	0		
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos						
12	0	0								

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	159.388,00	129.276,00	129.276,00	0,00	81,11	100,00
Todas	159.388,00	129.276,00	129.276,00	0,00	81,11	100,00
Região de Planejamento					Qtd. Meta Física	
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
TRABALHOS REALIZADOS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2007:						
Como prioridade para restauração de bens naturais lesados, foi escolhida a sub-bacia do Córrego Pau Grosso, afluente de importantes tributários do Rio Paraguai. Esta drenagem foi intensamente impactada pela atividade garimpeira pretérita para extração de diamantes. Atualmente nesta sub-bacia foi realizado um assentamento, cuja principal fonte de renda é a avicultura, sendo extremamente importante a intervenção positiva na região.						
Dentre as ações executadas para a reabilitação do Córrego Pau Grosso neste semestre, temos:						
- visita ao local para reconhecimento da área e levantamentos prévios;						
- reunião com a Prefeitura de Nova Marilândia (Prefeito, Secretários de Agricultura e Meio Ambiente e de Obras e técnico local da EMPAER);						
- contatos com técnicos da METAMAT e EMPAER para formalização de parceria na realização da restauração da área;						
- levantamentos dos principais pontos causadores dos processos erosivos para cálculo dos custos dos serviços de adequação topográfica, demarcação/construção de terraços, adequação de estradas, movimentação de cercas. Estes trabalhos foram realizados em parceria com a EMPAER;						
- levantamento de dados secundários da área e obtenção de fotografias aéreas de 1967/USAF;						
- elaboração do projeto com custos de intervenção para restauração da área (em fase final de elaboração).						
TRABALHOS REALIZADOS NO SEGUNDO SEMESTRE:						
1- Finalização do projeto com custos de intervenção para restauração da área contendo cálculos dos custos dos serviços de adequação topográfica, demarcação/construção de terraços, adequação de estradas, movimentação de cercas. Estes trabalhos foram realizados em parceria com o técnico Ilton Camilo da EMPAER.						
2-Foram iniciados levantamentos fitossociológico dos remanescentes vegetais assim como levantamento geológico e pedológico pelos técnicos da SEMA, para elaboração do diagnóstico prévio e plano de trabalho visando a recuperação das áreas degradadas da sub bacia do córrego Pau Grosso.						
3- Foram realizadas duas campanhas uma em outubro e outra em dezembro para coleta de água e medição de vazão. Foram analisados 22 (vinte e dois) parâmetros de qualidade de água estudos estes realizados pelo laboratório da SEMA;						
4- Elaboração de Termo de Referência e Contratação de um profissional habilitado na área de hidrossedimentologia, com aquisição e instalação de um pluviômetro, instalação de réguas para medição de vazão e treinamento dos técnicos da SEMA e representante da comunidade. Além do treinamento, como produto final do Termo de referência foram realizadas de coletas de água para análise de sedimento em suspensão e material de fundo para análise de sedimentos de arraste. A partir desse treinamento tais coletas e análises de						



sedimentos passarão a ser realizadas pelo laboratório da SEMA.
5- Foram notificadas quinze propriedades no entorno da sub-bacia do Pau Grosso para que os mesmos providenciem ao Licenciamento Ambiental Único - LAU visando a recuperação de áreas degradadas na região.
Devido ao período político não foi possível iniciar os trabalhos de readequação topográfica antes do período chuvoso sendo previsto para abril de 2007. Esse foi um dos maiores impedimentos para início das atividades prevista para recuperação.

Ação: 3070 - PROJETO DE PRESERVAÇÃO ESTRATÉGICA DA MATA CILIAR(PEPE) Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: APOIAR OS MUNICÍPIOS PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DE MATAS CILIARES.				
Descrição da Meta Física: MUNICÍPIO ATENDIDO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	1	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
174	43.800,00	788.190,00	153.605,00	0,00	350,70	19,49
240	23.000,00	18.400,00	16.020,00	0,00	69,65	87,07
Todas	66.800,00	806.590,00	169.625,00	0,00	253,93	21,03

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Foram feitas aquisições de dois veículos com recursos do programa m Pantanal para auxiliar a equipe técnica nos levantamentos de áreas degradadas nos municípios da BAP, da cabeceira do Alto Paraguai, exemplo Sete Lagoas nos municípios de Diamantino e Alto Paraguai, Levantamento do córrego Do Pau Grosso, no município de Nova Marilandia, para isso houve uma despesa de R\$ 11.605,00 com diária para os técnicos da SEMA, R\$ 4.000,00 com combustível, e R\$ 2.000,00 com serviço de manutenção de veículo. Esta ação em 2007 será contemplada dentro da Ação 1545, que foi formulada para contemplar as duas ações. O produto entregue nesta ação foi o levantamento dessas áreas degradadas e o diagnóstico e o projeto para suas recuperação.



Programa

Programa: 0178 - EDUCACAO AMBIENTAL INTEGRADA							
Objetivo do Programa: INTERNALIZAR CONCEITOS AMBIENTAIS NA SOCIEDADE, VISANDO CONTRIBUIR PARA QUE O DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONOMICO SEJA BASEADO NO USO ORDENADO DOS RECURSOS NATURAIS E COMPATIVEL COM A QUALIDADE AMBIENTAL							
Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE							
Resp. Programa: Marcos Henrique Machado							
Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2006	DESMATAMENTOS ILEGAIS ACIMA DE 30HA, OCORRIDOS EM MT	anual	hectare	128765	103012	ñ apurado	30/12/2006
2006	No. DE FOCOS DE CALOR EM MT NO PERIODO DE PROIBICAO DE QUEIMADA	anual	unidade	36209	28968	15004	30/12/2006
2006	PROFISSIONAIS DA EDUCACAO FORMAL CAPACITADOS NA ED.AMBI	anual	unidade	0	16233	9771	30/12/2006

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
4.514.640,00	3.307.807,00	2.146.039,00	921.853,00	47,54	89,94

Avaliação de resultados e da execução do programa:
Este Programa vem se desenvolvendo de forma irregular, apresentando prejuízo em sua análise por conta de algumas dificuldades administrativas como a falta de comunicação e monitoramento entre os setores de orçamento e financeiro com o setor operacional. Conseqüentemente, com o acompanhamento da Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN -, foi proposto um redesenho do Programa de Educação Ambiental no PPA 2004-2007, o qual foi aprovado pela Lei Estadual n. 8.618, de 26/12/06, com o objetivo de: Promover, acompanhar e fornecer diretrizes de Educação Ambiental nos programas, projetos e atividades que visem o uso ordenado dos recursos naturais através da democracia, inclusão social e justiça ambiental, contendo os seguintes indicadores: profissionais da educação formal capacitados na educação ambiental; proporção de gestores públicos ambientais capacitados nos municípios, por regiões de planejamento, no estado de MT; proporção de multiplicadores ambientais capacitados nos municípios por regiões de planejamento, no estado de MT; proporção de instituições de ensino atendidas nos municípios, por regiões de planejamento, no estado de MT; número de instituições públicas e privadas envolvidas nos eventos nos municípios, por regiões de planejamento; número de pessoas envolvidas por evento nos municípios, por regiões de planejamento, no estado de MT; número de material didático produzido por evento nos municípios, por regiões de planejamento; proporção de servidores da SEMA aderidos ao projeto Consumo Consciente e Ambiente Saudável. A ferramenta FIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso) ainda se mostra limitada para fins gerenciais no que se refere a emissão de matrizes de monitoria e avaliação havendo necessidade de ser mais desenvolvida junto ao CEPROMAT para atender ao termo de adesão da SEMA à GESPÚBLICA (Gestão Pública).

Indicadores:
Número de focos de calor em Mato Grosso no período de proibição de queimadas informado pela Defesa Civil foi de 15.004, apurado no período de 15 de julho a 15 de setembro pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Este período é definido pela Lei Complementar Nº 233, datada de 21/12/2005.
Indicador: Desmatamentos ilegais acima de 300ha ocorridos em MT: segundo as conclusões do 5º boletim do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON) e do Instituto Centro de Vida (ICV), em novembro de 2006, Mato Grosso perdeu 426 Km² de florestas e, no mês seguinte, foram derrubados mais 42Km². Isso significa uma redução, respectivamente, 45 e 78% em relação aos mesmos períodos de 2005. Em comparação ao boletim anterior, referente a outubro, o perfil do desmatamento no estado não mudou. Concentrou-se 85% dentro de propriedades rurais e 14% em assentamentos e nos últimos dois meses de 2006 (que não costumam apresentar grande pressão de desmatamento) as unidades de conservação mato-grossenses foram de fato poupadas. Não houve registro de derrubadas dentro delas. Nas terras indígenas o corte representou 1% do total medido no estado, sendo a Terra Indígena Batelão a mais afetada, com 1,4Km² a menos de florestas. Fazendas não cadastradas no Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais(SLAPR) de Mato Grosso tiveram um desmatamento de 264Km² em novembro e 22Km² em dezembro. (Fonte: <http://arruda.rits.org.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation>)

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor
Avaliação da bacia do Rio Cuiabá realizada	UNIDADE	12	4305,00
Município (Quantidade)			
Campanhas realizadas com o objetivo de preservação e recuperação do Rio Cuiabá, referentes ao Projeto de Recuperação da Bacia do			



Governo do Estado de Mato Grosso

Rio Cuiabá, mobilizando as comunidades dos municípios de Acorizal, Jangada(Vaquejador e Ribeirão das Pedras Abaixo), distrito da Guia e comunidades adjacentes. As doze campanhas foram cumpridas através de apresentações culturais, palestras, reuniões com autoridades locais e comunidades da região, oficinas, divulgação nas rádios locais e plantio de mudas atingindo mais de 2.000 pessoas das áreas urbana e rural. As atividades obtiveram êxito na medida em que, a partir das oficinas de reaproveitamento de resíduos, as comunidades passaram a ter uma fonte de renda alternativa para as famílias locais e houve disseminação das mudas de plantas para o plantio nas áreas degradadas junto ao Rio Cuiabá.

Justificativa:

Foram realizadas campanhas de educação ambiental voltadas para a preservação e conservação do Rio Cuiabá nos municípios acima citados através de reuniões com autoridades, representantes de sindicatos de pequenos produtores rurais, professores, estudantes, diretores e comunidade em geral. A atividade obteve grande receptividade nos locais em que foi aplicada, ocorrendo dificuldades no Distrito da Guia por conta do nível do Rio Cuiabá que se encontrava muito elevado.

Campanha realizada	UNIDADE	21	44630,00
--------------------	---------	----	----------

Município (Quantidade)

Viagens realizadas para efetivação de campanhas com a finalidade de redução do desmatamento ilegal e das queimadas, bem como para promover ações de ed. ambiental para recuperação de matas ciliares nos mun. de: Colniza, Aripuanã, Brasnorte, Juruena, Cotriguaçu, Campos de Júlio, Peixoto de Azevedo, Novo Mundo, Juara, Nova Maringá, Itanhangá, Nova Bandeirante, Apiacás, Paranaíta, Vila Rica, Santa Cruz do Xingú, São José do Xingú, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Marcelândia, Cláudia, Feliz Natal, Nova Ubiratã, Sorriso, Boa Esperança, Acorizal, São Félix do Araguaia, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Novo Santo Antônio, Nova Marilândia e em comunidades entorno deles. Foram realizadas visitas, palestras, reuniões, oficinas, seminários, debates em TV e rádios locais com representantes da sociedade civil organizada, colonos, assentados, acampados, prefeituras, EMPAER, Secretarias Municipais e estudantes, tanto de escolas rurais quanto urbanas atingindo mais de 4.000 pessoas apesar das seguintes dificuldades enfrentadas: recursos financeiros liberados fora do prazo previsto e dificuldades na liberação de veículos e de diárias.

Justificativa:

Apesar das dificuldades o cronograma das campanhas/viagens foi cumprido conforme o planejamento e os resultados obtidos foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos pela Superintendência de Educação Ambiental/Coordenadoria de Educação Ambiental/SEMA.

Capacitação realizada	UNIDADE	9	2295,00
-----------------------	---------	---	---------

Município (Quantidade)

Capacitação para atendimento de 270 pessoas no município de São José do Povo, incluindo professores, alunos, produtores, técnicos da EMPAER e comunidade local interessada, havendo plantio de mudas de plantas nativas às margens do Rio Tadarimana. As atividades obtiveram sucesso demonstrado pelo interesse dos participantes nos temas tratados nas capacitações. Atendimento de 280 pessoas nos municípios de Cáceres, Tangará da Serra e Sinop para formação de agentes ambientais.

Justificativa:

Houve reuniões com autoridades representativas locais, estudantes, pequenos produtores rurais, técnicos da EMPAER e comunidade em geral que participaram ativamente nas atividades propostas além de discutirem meios adequados para preservação e conservação dos cursos de água do entorno dos municípios.

Divulgação da temática ambiental	PESSOA	10000	34085,00
----------------------------------	--------	-------	----------

Município (Quantidade)

Eventos realizados nos municípios: Nova Xavantina, Jangada, Peixoto de Azevedo, Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubiratã, Sorriso, Novo Mundo, Aripuanã, Brasnorte, Mapos de Júlio, Colniza, Cotriguaçu, Juruena, Juara, Nova Maringá, Itanhangá, Nova Bandeirante, Apiacás, Paranaíta, Cocalinho, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Vila Rica, Novo Santo Antônio, São Félix do Araguaia, Boa Esperança, Santa Cruz do Xingu, São José do Xingu, Porto Alegre do Norte

Justificativa:

Esta atividade foi desenvolvida através de palestras sobre meio ambiente, oficinas de origami, campanhas da piracema e distribuição de material educativo referente aos três biomas do estado, Programa de Arborização Urbana "Plante sua Árvore" e campanhas contra o desmatamento e queimadas ilegais.

Eventos	UNIDADE	11	12055,00
---------	---------	----	----------

Município (Quantidade)

Foram realizadas atividades de educação ambiental quando da realização de Festival de Pesca nos seguintes municípios: Juara, Barão de Melgaço, Nova Xavantina, Comodoro, Guarantã do Norte, Pontes e Lacerda, Cáceres e Luciara com distribuição de material educativo referente às leis de pesca e de recursos hídricos.

Justificativa:

As atividades desenvolvidas pelos técnicos nestas ações foram: palestras nas escolas das redes oficiais enfocando a educação ambiental; reuniões com autoridades locais; mobilização junto às comunidades através das rádios locais; montagem de stands nos locais dos encontros, oficinas de origami e campeonatos de dominó ecológico.

Mobilização realizada	PESSOA	2000	16500,00
-----------------------	--------	------	----------

Município (Quantidade)

A mobilização foi realizada das 08 às 17h, por vários dias, no município de Acorizal onde foram distribuídos 2000 bonés e camisetas a produtores rurais, estudantes das redes oficiais e comunidade envolvida na mobilização para o plantio de mudas nativas na margem esquerda do Rio Cuiabá com a finalidade de recuperação de áreas degradadas.

Justificativa:

Esta atividade trouxe integração na comunidade, o que tornou o ambiente mais favorável ao desenvolvimento das ações de educação ambiental contribuindo para o êxito dos trabalhos realizados.

Participação em eventos	UNIDADE	3	2415,00
-------------------------	---------	---	---------

Município (Quantidade)

Participação no XIX Simpósio de Plantas Medicinais do Brasil, em Salvador (BA), resultando na apresentação do projeto do Jardim Botânico de MT; participação no V Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental em Joinville (SC) e participação no curso Oficinas de Origami em Parques e Eventos, em São Paulo (SP).

Justificativa:

A participação de técnicos em educação ambiental nos simpósios trouxe qualificação para a atuação na área, além de proporcionar a divulgação do nome do estado em outras regiões através da apresentação de trabalhos desenvolvidos aqui como: A Rede da Vida entrelaçada pelas plantas medicinais - possíveis convergências; O mosaico de ações do Jardim Botânico de Mato Grosso - contribuições



Governo do Estado de Mato Grosso

para o ecoturismo no estado e Plantas medicinais - o remédio no seu quintal.

Visita técnica	UNIDADE	1	465,00
----------------	---------	---	--------

Município (Quantidade)

Foi realizada visita técnica ao município de Sinop para avaliação de área de implantação de um Jardim Botânico no município, resultando em indicativos favoráveis para que o mesmo seja estabelecido na área visitada desde que haja um plano de manejo adequado bem como o desenvolvimento de um projeto arquitetônico e paisagístico.

Justificativa:

Nesta visita estabeleceu-se que a área tem potencial para a criação de uma unidade de conservação municipal, entretanto foram sugeridas que algumas medidas de cunho ambiental fossem tomadas, tais como: contenção ao desmatamento ilegal e às queimadas, redução da degradação das matas ciliares e a destinação correta aos resíduos produzidos pelo município.

Recomendações:

Recomenda-se:

- o desenvolvimento das Ferramentas SIGPLAN(Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual) e FIPLAN tendo em vista as Matrizes de Monitoramento e Avaliação com o objetivo de tornar a prática de gerenciamento mais eficaz e mais efetiva;
- a definição de um programa de monitoria e avaliação no SIGAF, SIGPLAN e SIDORF durante a execução físico- financeira nos próximos anos;
- o desenvolvimento de seminários técnicos para integração e interação entre programas de responsabilidade da SEMA com vistas a atingir o objetivo estratégico do governo que é: - Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental e o objetivo deste programa que é: Promover, acompanhar e fornecer diretrizes de Educação Ambiental nos programas, projetos e atividades que visam o uso ordenado dos recursos naturais através da democracia, inclusão social e justiça ambiental;
- que a SEMA gerencie a prática de reuniões mensais com SEDUC, INDEA e Secretaria Extraordinária de Apoio às Políticas Educacionais para juntos estudarem a condução das ações de educação ambiental de forma integrada e consensual;
- que se dê mais atenção e priorização aos municípios que assinaram termos de cooperação técnica com a SEMA para receberem mais capacitações de educação ambiental.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1530 - DESCENTRALIZACAO DA GESTAO AMBIENTAL A NIVEL MUNICIPAL - PGAI Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DIVULGAR O PROCESSO DE DESCENTR. DA GESTAO AMBIENTAL REALIZADA PELO ESTADO DE MT, BUSCANDO A ADESAO DOS MUNIC.				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO ATENDIDO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
10	0	12	120,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	311.000,00	278.642,00	278.308,00	0,00	89,49	99,88
161	73.600,00	73.600,00	32.615,00	0,00	44,31	44,31
240	1.100,00	470,00	470,00	0,00	42,73	100,00
Todas	385.700,00	352.712,00	311.393,00	0,00	80,73	88,29

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	1
0200 - NORTE	1
0300 - NORDESTE	1
0400 - LESTE	1
0500 - SUDESTE	1
0600 - SUL	1
0700 - SUDOESTE	1
0800 - OESTE	1
0900 - CENTRO OESTE	1
1000 - CENTRO	1
1100 - NOROESTE II	1
1200 - CENTRO NORTE	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Segundo a coordenadoria financeira, o desembolso efetuado no período de janeiro a junho/2006 na fonte 161 resultou na aquisição de equipamento de hidrossedimentologia fluvial no valor de R\$ 19.600,00 para o laboratório físico-químico da SEMA; aquisição de material de escritório no valor de R\$ 5.820,00 e diárias para o desenvolvimento das tarefas no valor de R\$ 9.815,00. Na fonte 100 foi desembolsado o valor de R\$ 11.580,00 referente a diárias.
 MEDIDA 1: Divulgar o processo de descentralização da gestão ambiental.
 TAREFA 1: Realizar reuniões com superintendentes, assessores da SEMA e representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios. Embora esta ação esteja prevista no Plano de Trabalho Anual 2006 da Superintendência de Educação Ambiental, foi executada através de três reuniões ocorridas na Assessoria do Gabinete do Secretário.
 TAREFA 2: Apresentar em seminário resultados do levantamento das ações que poderão ser repassadas aos municípios.
 Foi realizado um seminário, na sede da Associação Mato-grossense dos Municípios, em Cuiabá, para divulgar as ações a ser descentralizadas pelos municípios. Desse seminário resultou a assinatura de 53 Termos de Cooperação Técnica firmados entre a SEMA e as Prefeituras Municipais citadas abaixo, por Regiões de Planejamento:
 Região de Planejamento nº. 100
 Aripuanã - Termo nº15/05, assinado em 13/10 /2005; Castanheira - Termo nº24/06, assinado em 01/02 /2006;
 Juína - Termo nº14/06, assinado em 26/ 01/2006; Juruena - Termo nº35/06, assinado em 12/ 04/2006;
 Região de Planejamento nº. 200
 Alta Floresta - Termo nº18/05, assinado em 05/10 /2005; Apiacás - Termo nº37/06, assinado em 01/ 04/2006;
 Carlinda - Termo nº29/05, assinado em 24 /10 /2005; Guarantã do Norte - Termo nº05/05, assinado em 29/09 /2005; Nova Bandeirantes - Termo nº27/05, assinado em 21/11/2005; Novo Mundo - Termo nº06/05, assinado em 29/09/2005; Paranaita - Termo nº43/06, assinado em 05/05/2006;
 Região de Planejamento nº. 300
 Bom Jesus do Araguaia - Termo nº55/06, assinado em 01/06/2006; Luciara - Termo nº51/06, assinado em 01/ 06/2006; Porto Alegre do Norte - Termo nº09/05, assinado em 04/10/2005; Santa Cruz do Xingu - Termo nº06/06, assinado em 27/01/2006; São Félix do Araguaia - Termo nº12/06, assinado em 02/02/2006; Vila Rica - Termo nº30/06, assinado em 01/04/2006;
 Região de Planejamento nº. 400
 Barra do Gargas - Termo nº52/06, assinado em 08/06/2006; Canarana - Termo nº42/05, assinado em 16/11 /2005; Novo São Joaquim - Termo nº55/05, assinado em 20/12/2005;
 Região de Planejamento nº. 500



Alto Araguaia - Termo nº10/05, assinado em 06/10/2005; Campo Verde - Termo nº08/06, assinado em 31/01/2006; Guiratinga - Termo nº45/06, assinado em 01/04/2006; Dom Aquino - Termo nº02/06, assinado em 16/01/2006; Primavera do Leste - Termo nº31/06, assinado em 01/04/2006; São José do Povo - Termo nº18/06, assinado em 15/02/2006;
 Região de Planejamento nº. 600
 Acorizal - Termo nº33/05, assinado em 05/12/2005; Barão de Melgaço - Termo nº34/05, assinado em 18/08/2006; Chapada dos Guimarães - Termo nº35/05, assinado em 05/12/2005; Jangada - Termo nº36/05, assinado em 05/12/2005; Nobres - Termo nº37/05, assinado em 05/12/2006; Nossa Sra. do Livramento - Termo nº38/05, assinado em 05/12/2005; Poconé - Termo nº24/05, assinado em 18/10/2005; Rosário Oeste - Termo nº39/05, assinado em 05/12/2005; Santo Antônio de Leverger - Termo nº40/05, assinado em 05/12/2005;
 Região de Planejamento nº. 700
 Cáceres - Termo nº21/06, assinado em 17/02/2006; Glória d'Oeste - Termo nº62/06, assinado em 29/09/2005;
 Mirassol D'Oeste - Termo nº04/06; Araputanga - Termo nº36/06, assinado em 01/04/2006;
 Pontes e Lacerda - Termo nº31/06, assinado em 09/02/2006; Reserva do Cabaçal - Termo nº33/06, assinado em 01/06/2006; São José dos Quatro Marcos - Termo nº34/06, assinado em 01/04/2006;
 Região de Planejamento nº. 800
 Brasnorte - Termo nº25/05, assinado em 18/10/2005; Barra do Bugres - Termo nº63/06, assinado em 18/08/2006; Tangará da Serra - Termo nº29/06, assinado em 03/04/2006;
 Região de Planejamento nº. 900
 Nova Maringá - Termo nº14/06, assinado em 03/02/2006; São José do Rio Claro - Termo nº20/06, assinado em 16/02/2006;
 Região de Planejamento nº. 1000
 Ipiranga do Norte - Termo nº23/05, assinado em 10/03/2006; Lucas do Rio Verde - Termo nº03/06, assinado em 18/01/2006; Santa Rita do Trivelato - Termo nº10/06, assinado em 02/02/2006; Sorriso - Termo nº13/05, assinado em 20/10/2005;
 Região de Planejamento nº. 1.100
 Tabaporã - Termo nº41/06, assinado em 04/05/2006;
 Região de Planejamento nº. 1.200
 Feliz Natal - Termo nº50/06, assinado em 01/06/2006;
 TAREFA 3: Realizar viagens aos municípios considerados qualificados para descentralização de discussão e mobilização.
 Foram feitas três viagens para discussão e mobilização das Prefeituras e um Curso de Capacitação para 32 delas, as quais assinaram o Termo de Cooperação Técnica. Esta tarefa não foi coordenada por este setor, apesar de ter havido a participação de três técnicos que se atenderam à elaboração do capítulo da Educação Ambiental e à apresentação das atividades desenvolvidas.

Ação: 1531 - ARTICULACAO DE PRODUTORES RURAIS PARA A RECUPERACAO DE AREAS DEGRADADAS - PGAI Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: INC.A ART. DOS PROD. RURAIS,VISANDO A ORG. P/ REC. DE AREAS DE PRESERV.PERM.E DE RESERVA LEGAL DEGRADADA.				
Descrição da Meta Física: ORGANIZACAO CRIADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	0	13	650,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	16.000,00	16.000,00	15.435,00	0,00	96,47	96,47
240	229,00	70,00	70,00	0,00	30,57	100,00
Todas	16.229,00	16.070,00	15.505,00	0,00	95,54	96,48

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	1
0800 - OESTE	1
0700 - SUDOESTE	1
1100 - NOROESTE II	1
0900 - CENTRO OESTE	1
1000 - CENTRO	1
0200 - NORTE	1
0300 - NORDESTE	2
0400 - LESTE	2
0500 - SUDESTE	2

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Foram empenhados e pagos o valor de R\$ 2.145,00 na fonte 161 com diárias para realizar atividades da ação 2334 e 2335 referentes às campanhas de redução de desmatamento e queimada nos municípios: Aripuanã, Brasnorte, Campos de Júlio, Colniza, Cotriguaçu e Juruena conforme relatório técnico final do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7, no Sub-programa de Política de Recursos Naturais - SPRN - Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado de Mato Grosso/PGAI/MT período março a junho/2006. Observação: o técnico que acompanhou esta atividade teve suas diárias empenhadas e pagas no projeto atividade 2335,



onde serão lançadas.Foi empenhado e pago o valor de R\$ 2.475,00 + 2025,00 = 4500,00, fonte 161 referente a diárias para realizar campanhas de redução de desmatamento e queimada da ação 2334 e 2335 (PGAÍ) nos municípios: Peixoto de Azevedo, Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubitatã, Sorriso e Novo Mundo. 1 – Diretriz: 01.01.01.05.01.-Implementação de iniciativas inovadoras de controle e monitoramento de desmatamento e queimada associados ao desenvolvimento de ações voltadas a valorização da floresta. ATIVIDADE 01.01.01.05.01.06 – Realizar ações de educação ambiental visando à prevenção dos desmatamentos e das queimadas. TAREFA 01.01.01.05.01.06.03 – Realizar ações de educação ambiental nos assentamentos rurais.

2 - AÇÕES PREVISTAS: Realizar ações de Educação Ambiental visando à prevenção dos desmatamentos e das queimadas.

3 - AÇÕES PREVISTAS: Realizar ações de Educação Ambiental visando à prevenção dos desmatamentos e das queimadas.

4 – AÇÕES EXECUTADAS/ INFORMES/ ENCAMINHAMENTOS: a) As ações executadas: palestras, reuniões, oficinas, seminários, visitas às comunidades, viveiros e reflorestamentos. Estas atividades fazem parte da dinâmica da Educação Ambiental para a definição das atividades nos próximos 2 (dois) meses e que já tinham sido programadas pela Superintendência de Educação Ambiental – SUEA através de sua Coordenadoria, a qual elaborou o plano de ação sobre a campanha educativa de redução do desmatamento e queimada /2006, a fim de ser executada nas regiões NORTE, CENTRO NORTE e CENTRO deste Estado, com ênfase nas áreas prioritárias do PPG7/PGAÍ. > 0214 – II - NORTE – PEIXOTO DE AZEVEDO. Numa reunião que contou com representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Associação dos Trabalhadores Rurais, EMPAER, INCRA, entre outros, ficou definido que as atividades deverão ser desenvolvidas nos dias 03 a 10.05.06 nos assentamentos: Vida Nova II, Cachimbo I, Cachimbo II, Padovani, São José União, São Luiz / Santo Antonio, União do Norte e na cidade de Peixoto de Azevedo. A responsabilidade de mobilização ficou sob a incumbência da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Fotos: 01, 02, 07, 08, 09, 12, 13, 14, 19, 20 . > 0211 – II – NORTE – MUNDO NOVO. Nesse município a Secretaria Municipal de Educação ficou responsável pela mobilização das comunidades rurais e pela divulgação do evento. Estão agendadas para os dias 12 a 20.05.06, para participar deste processo, os seguintes assentamentos: Schimit/ Linha 40, 13 de Maio, 5.000 (Cinco Mil), Bela Vista, Nhandu, Zanfonato, Rochedo e Novo Mundo. Foto: 05, 06.13, 14, 16, 21, 22. > 1209 XII – CENTRO NORTE – MARCELÂNDIA – A reunião contou com a participação do Secretário Municipal de Meio Ambiente, Secretária de Planejamento, vereadores, demais técnicos da Prefeitura Municipal e professores. Ficando a Secretária de Meio Ambiente responsável pela mobilização das comunidades rurais para participar das ações educativas e pela divulgação do evento. Os seminários acontecerão nos dias 09 e 10.06.06 nas seguintes localidades: Assentamento Bonjaguar e Marcelândia. Foto: 03, 15, 18 >1206 – XII – CENTRO- NORTE –CLÁUDIA – A reunião aconteceu na Câmara Municipal e contou com a participação de vereadores, da ONG GAPA e assessores do Prefeito. O período de trabalho será de 12 a 14 de junho de 2006 nos assentamentos Zumbi dos Palmares, Canudos (RODENORTE) e Cláudia. É prioridade da Secretaria Municipal de Educação e da Assessoria Pedagógica da SEDUC que seja dado um tratamento efetivo às atividades educativas nas Escolas. Foto: 17 . >1203 – XII – CENTRO- NORTE – FELIZ NATAL – Foi feito o contato com o presidente da câmara de vereadores que ficou responsável pela organização do evento no município, pela mobilização das comunidades rurais e pela divulgação do mesmo. Os seminários acontecerão dias 16 e 17.06.06 nas seguintes localidades: Assentamento ENA e Feliz Natal. >1202 – XII – CENTRO-NORTE – NOVA UBIRATÃ – O contato feito no município foi com o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente e com uma técnica da EMPAER. Ficando a cargo do Secretário a responsabilidade da mobilização das comunidades rurais e pela divulgação do evento. Os seminários acontecerão nos dias 19 a 25.06.06 nas seguintes localidades : Assentamento Boa Esperança I, II e III (Entre Rios) 408 lotes – Santa Terezinha II - Cedro Rosa – Piratininga e Nova Ubitatã. Foto: 04, 10, 15, >1001 – X – CENTRO - SORRISO- (Boa Esperança) - O contato feito no município foi com os técnicos da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, ficando a cargo do município a responsabilidade pela mobilização das comunidades rurais e pela divulgação do evento. Os seminários acontecerão nos dias 27,28 e 29.06.06 nas seguintes localidades: Boa Esperança (Assentamento Santa Rosa I e II), Sorriso e no assentamento Jonas Pinheiro. b) INFORMES: Todos os trabalhos desenvolvidos nos municípios acima foram em conjunto com a prefeitura, na maioria das vezes com a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, Grupos de Trabalho, EMPAER e em União do Norte, distrito de Peixoto de Azevedo, com o INCRA. Foi programada a utilização de todos os meios possíveis para atender a agenda para os meses de maio e junho, como: programas de rádio; convites; serviço de telefonia; recados anotados nos cadernos dos alunos; contatos mantidos diretamente nas propriedades, nas casas de comércio e nos encontros casuais, distribuição de kits contendo folder de queimadas e Leis de Crimes Ambientais. c) LOCAIS VISITADOS: Nos municípios foram visitadas Escolas, Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Viveiros Florestais, Sindicatos, Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, assentamentos e acampamentos rurais. d) INFORMES DA REALIDADE LOCAL: Os municípios do Estado de Mato Grosso são, em geral, muito carentes em informações ambientais devido a sua localização e as estradas de difícil acesso, mesmo com a criação de algumas diretorias regionais. A burocracia para liberação das atividades ambientais é muito complexa. e) ATUAÇÕES FUTURAS: A descontinuidade nos trabalhos junto às comunidades é um fator que prejudica, não só as atividades educativas, mas a atuação de outros setores da SEMA. Com o encerramento do PGAÍ há a preocupação de como continuar o processo de educação ambiental nos municípios mais carentes. f) EXPERIÊNCIAS OU SITUAÇÕES VIVENCIADAS: Embora Mato Grosso seja considerado o campeão das derrubadas e das queimadas, observou-se um número considerado de propriedades rurais com uma visão diferenciada sobre atividade sustentável. As pessoas já têm consciência das consequências negativas do desmatamento e das queimadas e sabem que é necessário regularizar-se com o órgão ambiental, licenciando suas propriedades. g) CONCLUSÕES: As atividades planejadas para 18 meses dificilmente terão os mesmos resultados quando desenvolvidas em 03 meses. Estamos fazendo o possível e o impossível para alcançar os objetivos propostos pela Superintendência de Educação Ambiental. h) RECOMENDAÇÕES/SUGESTÕES: A SEMA / SEDER/ EMPAER/ EMBRAPA/ INCRA/ IBAMA/ INTERMAT e INDEA, através dos programas de governo deverão contribuir na busca de alternativas sustentáveis como: recuperação de áreas degradadas; aquisição de sementes de espécies nativas; uso do solo e outras. A urgência nas questões fundiárias é uma necessidade de segurança para a permanência da população nos assentamentos rurais. A situação atual vivida pelas pessoas é crítica, tendo em vista sua fragilidade econômica e social. Processos contínuos de desenvolvimento devem ser implantados para que a colônia possa crescer mantendo a integridade das áreas. INCRA e INTERMAT devem procurar regularizar a documentação dos ocupantes das áreas para que os mesmos possam buscar incentivos financeiros nos setores competentes. Foi empenhado e pago o valor de R\$ 2.145,00 + 2.145,00 = 4.290,00, fonte 161 referente a diárias de dois técnicos para realizar campanhas de redução de desmatamento e queimada da ação 2334 e 2335, nos municípios: Juara, Nova Maringá, Itanhagá, Nova Bandeirantes, Apiacás e Paranaitá conforme relatório final do programa . Foi empenhado e pago o valor de R\$ 2.025,00, fonte 161 referente a diárias para realizar campanhas de redução de desmatamento e queimada da ação 2334 e 2335, nos municípios: Cocalinho, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Vila Rica e Novo Santo Antônio conforme relatório final do programa PPG7. Foi empenhado e pago o valor de R\$ 2.475,00, fonte 161 referente a diárias para realizar campanhas de desmatamento e queimada da ação 2334 e 2335 nos municípios: Cocalinho, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Vila Rica e Novo Santo Antônio, conforme relatório final do programa PPG7. O somatório desses valores (R\$ 2.145,00 + 4.500,00 + 4.290,00 + 2.025,00 + 2.475,00 = 15.435,00) confere com o valor de R\$ 15.435,00, na fonte 161, empenhado e pago, registrado pelo CIA 613 com diárias.Segundo a Coordenadoria Financeira o valor de R\$ 70,00 se refere a contrapartida do PPG7/PGAÍ gasto com encargos.



Ação: 1532 - CAPACITACAO EM RECUPERACAO DE APP E RL DEGRADADAS-PGAÍ Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: CAPACITAR TECNICOS DA EMPAER EM RECUPERACAO DE APP E RL DEGRADADAS.				
Descrição da Meta Física: CURSO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	21.160,00	21.160,00	9.410,00	0,00	44,47	44,47
Todas	21.160,00	21.160,00	9.410,00	0,00	44,47	44,47
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação: Segundo o relatório SIA 613 foi empenhado e pago o valor de R\$ 9.410,00 com diárias para a realização desta ação.						

Ação: 1534 - ACoes DE EDUCACAO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVACAO ESTADUAIS - GEF/PROGRAMA PANTANAL Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: CONSCIENTIZAR COMUNIDADES DE REGIOES DE ENTORNO DAS UCs SOBRE A IMPORT.DA SUA PARTIC. NA CONSERV. DA MESMA				
Descrição da Meta Física: ACAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	0	1	33,33	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	2.799.257,00	1.738.391,00	755.601,00	921.853,00	26,99	92,54
240	24.000,00	24.000,00	23.331,00	0,00	97,21	97,21
Todas	2.823.257,00	1.762.391,00	778.932,00	921.853,00	27,59	92,67
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
0100 - NOROESTE				1		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação: Segundo a coordenadoria financeira ocorreu alteração do elemento de despesa 339039 para 449052 no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) da fonte 100 com a finalidade de aquisição de veículos. Quanto ao ordenamento de despesa referente ao valor de R\$ 13.135,43 (fonte 100) refere-se a contrapartida do PGAÍ destinada a contratação de serviços de terceiros, pessoa jurídica no apoio logístico, organização e infra-estrutura no curso de Aprimoramento Tecnológico para Processamento de Produtos Extrativistas realizado na Resex - Reserva Extrativista - Guariba - Roosevelt. A fonte 240 apresenta o valor empenhado de R\$ 18.000,05 (dezoito mil reais e cinco centavos), que até a data de 30.06.2006 encontrava-se em processo de licitação. Fonte relatório SIA 613. Informações da SUPLAN: Através do processo n. 1549, Diário Oficial de 04/07/06,processou-se o remanejamento orçamentário para atender a aquisição de veículos para ações de fiscalização e desmatamento nas regiões do estado/ regional 9900/ fonte 100/ natureza 33903700 (anulação) e 44905200(suplementação) no valor de R\$ 400.000,00. Através do processo n. 1862, Diário Oficial de 03/08/06, efetivou-se o remanejamento de valores deste projeto devido a previsão insuficiente de saldo para a realização do concurso da instituição, com as seguintes características:fonte 100/ natureza:31909200= R\$ 30.829,00/ 3190400= R\$ 30.623,00/ 31901600= R\$ 272,00/ 31901900= R\$ 2.272,00, totalizando R\$ 63.996,00 em anulação de valor. Através do processo n.645, Diário Oficial de 03/05/06, houve um remanejamento interno entre Projeto/Atividade/OE da mesma Unidade Orçamentária para atender contrapartida do convênio Ministério do Meio Ambiente/SDS/SPRN n. 2005CV00018/SDS-PPG7, assinado em dezembro/2005, em caráter de urgência, para o projeto 2349- fiscalização de desmatamento, assim discriminado: fonte 100/região 600/ natureza 44905100= R\$ 858.565,00/ anulação. Por necessidade de suprimento de despesas com elaboração de plano de manejo para as Unidades de Conservação, por meio do processo n. 862, Diário Oficial de 12/05/06, houve remanejamento de despesas da fonte 100, conforme discriminado:natureza 33901400=R\$ 20.000,00(suplementado)/ 33903000= R\$ 20.000,00 (anulado). Para atender demanda com despesas de serviços administrativos, através do processo n. 1414, Diário Oficial de 26/06/06, houve remanejamento de despesas conforme discriminado: natureza 33903000= R\$ 12.000,00 (anulado)/ 33903900= R\$ 12.000,00(suplementado), fonte 240, regional 9900. Ação nova desenvolvida em virtude da necessidade apresentada na região, comprovada pela visita de técnicos da Superintendência.						



Ação: 1535 - CAMPANHAS DE EDUCACAO AMBIENTAL PARA A IMPLEMENTACAO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS - PNMA II Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: IMPLEMENTAR PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS NOS MUNIC. DA BACIA HIDROGRAFICA DO RIO ARAGUAIA.				
Descrição da Meta Física: PLANO IMPLEMENTADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	4	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	8.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No ano de 2006 não foram realizadas atividades referentes ao projeto porque não houve dotação orçamentária para esta ação.

Ação: 1536 - CAMPANHAS DE EDUCACAO AMBIENTAL VOLTADAS PARA O GERENC/ ESTRATEGICO DOS RESID/SOLIDOS URBANOS-PROGR/PANTANAL Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: REDUZIR OS IMPACTOS AMB. DECORRENTES DA COLETA,DO TRAT. E DISP. FINAL INADEQUADA DOS RESIDUOS SOLIDOS URBANOS				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO ATENDIDO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	5	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Esta atividade não foi desenvolvida por haver sido priorizadas outras ações deste programa pela Coordenadoria de Educação Ambiental.

Ação: 1537 - CAMPANHAS DE EDUCAC/AMB/ P/ PRESER/RECUPER/DE NASCENTES E MATAS CILIARES NA BACIA DO ALTO PARAGUAI-PROG/PANTANA Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: SENSIBILIZAR PRODUTORES RURAIS PARA PRESERVACAO E RECUPDE MATAS CILIARES E NASCENTES NA BACIA DO ALTO PARAGUAI				
Descrição da Meta Física: CAMPANHA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	0		



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
174	10.000,00	10.000,00	5.100,00	0,00	51,00	51,00
Todas	10.000,00	10.000,00	5.100,00	0,00	51,00	51,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 405,00, fonte 174, com diárias para um técnico da EMPAER efetivar esta ação, segundo o termo de cooperação técnica entre a SEMA e EMPAER, com a coordenadoria de Biodiversidade, porém o objetivo desta atividade não foi plenamente alcançado.

Ação: 1539 - FORMACAO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO B ASICA EM EDUCACAO AMBIENTAL. Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 14101 - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO				
Objetivo Especifico: CAPACITAR OS PROFISSIONAIS PARA OFERECER A EDUCACAO AMBIENTAL.				
Descrição da Meta Física: PROFISSIONAL CAPACITADO				
Unidade de Medida: PES				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4413	4413	709	16,07	16,07

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
115	0,00	657.116,00	616.346,00	0,00	0	93,80
164	0,00	3.315,00	0,00	0,00	0	0
Todas	0,00	660.431,00	616.346,00	0,00	0	93,32

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	40
0900 - CENTRO OESTE	61
0400 - LESTE	111
0800 - OESTE	76
1200 - CENTRO NORTE	54
1000 - CENTRO	35
0500 - SUDESTE	167
0700 - SUDOESTE	165

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No primeiro semestre de 2006, organizamos e realizamos a Semana do Meio Ambiente nas unidades escolares dos doze pólos de Planejamento, por meio de programações educativas diversas, subsidiadas por um fascículo (material pedagógico) com a temática de Educação ambiental produzido pela SEDUC e distribuído para as 634 escolas com subsídio para as atividades que foram realizadas nas escolas. Realizamos ainda o planejamento e o agendamento das formações continuadas em educação ambiental a serem realizadas nos pólos: Leste, Sudoeste, Sudeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro-Noroeste e Centro-Norte.
Segundo Semestre 2006 realizamos a formação continuada nos pólos Leste, Sudoeste, Sudeste, Oeste, Centro-Oeste, Centro-Noroeste e Centro-Norte, cumprindo assim com a meta prevista.
Outras atividades foram desenvolvidas: Realização da Ação Sócio Educativa em Comemoração ao Dia Mundial da Água - Palestra para Professores SEDUC Sede, - Realização do Evento Preparatório para a II Conferência Nacional Infante Juvenil pelo Meio Ambiente,- Produção de material pedagógico para as 634 unidades escolares: Fascículos em Educação ambiental, com sugestões de atividades para o desenvolvimento da Educação Ambiental, - Realização das Ações Sócio Educativa: Semana do Meio Ambiente - Escolas Estaduais, - Monitoramento dos Projetos de Educação Ambiental Comunitários em Cuiabá e Várzea Grande. Adquirir materiais de consumo para a realização da formação continuada em Educação ambiental, -Aquisição de materiais específicos (Livros) para completar os 710 Kits do Projeto de Educação Ambiental, - Qualificação dos técnicos da equipe através de participação em congressos, conferências, seminários dentre outros eventos dentro ou fora do estado.-Contratação de Consultoria para o desenvolvimento e acompanhamento do Projeto de Educação Ambiental. Com as ações acima descritas e realizamos a Disseminação da Política de Educação Ambiental, bem como a Inserção da Educação Ambiental nos currículos escolares por meio da formação continuada.
Através dos excelentes resultados obtidos, consideramos que no ano de 2007, faz-se necessário um acompanhamento pedagógico substancial nas unidades escolares que irão desenvolver os Projetos ambientais Escolares e Comunitários com vistas a assegurar a continuidade das ações de educação ambiental nas unidades escolares do estado de Mato Grosso.
Trabalhamos com a metodologia de multiplicadores (disseminadores) assim atendemos no ano de 2006 a 9771 professores indiretamente, e que converte a 249.731 alunos indiretamente atendidos.



Ação: 1539 - FORMACAO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO B ASICA EM EDUCACAO AMBIENTAL. Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 14301 - FUNDO ESTADUAL DE EDUCACAO				
Objetivo Específico: CAPACITAR OS PROFISSIONAIS PARA OFERECER A EDUCACAO AMBIENTAL.				
Descrição da Meta Física:				
Unidade de Medida:				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4413	4413	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
115	934.718,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Todas	934.718,00	0,00	0,00	0,00	0	0
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:				COM A EXTINÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ATRAVÉS DA LEI 8.417 DE 28/12/05 TODAS AS AÇÕES FORAM TRANSFERIDAS PARA A UNIDADE 14101(SEDUC) - DECRETO 7.142 DE 02/01/2006		

Ação: 1781 - ESTIMULO A DESTINACAO CORRETA DAS EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS E AFINS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: PROMOVER A DUPLICACAO, OPERACIONALIZ.E OTIMIZACAO DAS UNID. DE RECEB.DE EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS(URES)				
Descrição da Meta Física: URES APOIADAS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
17	17	17	100,00	100,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	15.366,00	14.156,00	14.080,00	0,00	91,63	99,46
Todas	15.366,00	14.156,00	14.080,00	0,00	91,63	99,46
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
9900 - ESTADO				17		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
A meta física foi concluída com sucesso através das visitas periódicas às URES . Quanto a execução orçamentária e financeira apontada pelo %PPD e % COFD acabou dentro do esperado, devido a execução na atividade das suas despesas administrativas, bem como da disponibilização do excedente da dotação para atender os serviços administrativos gerais.						

Ação: 2334 - CAMPANHAS PARA A REDUCAO DOS DESMATAMENTOS ILEGAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO - PGAI Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: REDUZIR A TAXA DE DESMATAMENTOS ILEGAIS NOS MUNIC. QUE RESP. POR 70% DOS DESMATAMENTOS OCORRIDOS NO ESTADO				
Descrição da Meta Física: CAMPANHA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	0	3	15,00	



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	14.200,00	14.200,00	3.985,00	0,00	28,06	28,06
240	16.200,00	9.042,00	8.806,00	0,00	54,36	97,39
Todas	30.400,00	23.242,00	12.791,00	0,00	42,08	55,03

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
1200 - CENTRO NORTE				1		
1000 - CENTRO				1		
0200 - NORTE				1		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 495,00, fonte 240, com diárias para motorista conduzir equipe técnica para realização de campanha de Festival de Pesca no município de Comodoro.						
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 1.170,00, fonte 161, com diárias para motorista conduzir equipe técnica na realização de campanha de redução de desmatamento e queimada nos municípios: Peixoto de Azevedo, Cláudia, Feliz Natal, Marcelândia, Nova Ubiratã, Sorriso e Novo Mundo, conforme relatório técnico final do Programa PPG7/PGAI. Fonte SIA680.						
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 1.889,04, fonte 161, para aquisição de material de consumo. Fonte SIA 613.						
Segundo a coordenadoria financeira, foi empenhado e pago o valor de R\$ 400,00, fonte 240, para aquisição de material de consumo em contrapartida com o PPG7/PGAI e o valor de R\$ 855,00 com diárias de contrapartida do PPG7/PGAI. Fonte SIA 613.						
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 385,00, fonte 240, com diárias para analistas desenvolverem capacitação de multiplicadores em Educação Ambiental, através de: dinâmica de construção de um corpo humano e oficina de Educação Ambiental para sustentabilidade dos mananciais hídricos. Resultado obtido: participaram das oficinas 47 pessoas representando 10 municípios do pólo de Rondonópolis. Órgãos envolvidos: SEMA, SEDUC e Prefeitura Municipal de Rondonópolis. Fonte: Relatório de Prestação de contas, emitido em 19/10/06.						
Foi empenhado e pago o valor R\$ 385,00, fonte 240, com diárias para o analista desenvolver a atividade de capacitação para multiplicadores em educação ambiental. Resultado obtido: capacitação de sessenta e uma pessoas, representantes de quatorze municípios da grande Cáceres. Órgãos envolvidos: SEMA, SEDUC, Prefeitura Municipal de Cáceres. Fonte Relatório de prestação de contas emitido em 12/09/06.						

Ação: 2335 - CAMPANHAS PARA A REDUCAO DAS QUEIMADAS ILEGAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO - PGAI Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: REDUZIR O NUMERO DE FOCOS DE CALOR NO PERIODO DE PROIBICAO DE QUEIMADAS; ONDE HOUVER OCOR.DE INCENDIOS FLOREST				
Descrição da Meta Física: CAMPANHA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	11.800,00	11.800,00	8.235,00	0,00	69,79	69,79
240	20.806,00	8.800,00	8.806,00	0,00	41,36	97,80
Todas	32.606,00	20.600,00	16.841,00	0,00	51,65	81,75

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:				Foi efetuado o ordenamento financeiro no valor de R\$ 1.755,00 + 1.755,00 = 3.510,00, fonte 161, referente a diárias de técnico e motorista para realização de campanha de redução de desmatamento e queimada nos municípios: Aripuanã, Brasnorte, Campos de Júlio, Colniza, Cotriguaçu e Juruena. Fonte SIA 680.		
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 225,00, fonte 240, com diárias. Fonte SIA 680.						



Ação: 2336 - CAMPANHAS DE DIVULGACAO DE ALTERNATIVAS DE USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS NATURAIS-PGAI/PROGRAMA PANTANAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DIVULGAR AS ALTERNATIVAS DE USO SUSTENTAVEL DOS RECURSOS NATURAIS JUNTO AOS PRODUTORES RURAIS.				
Descrição da Meta Física: CAMPANHA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
4	4	3	75,00	75,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	22.600,00	22.600,00	8.525,00	0,00	37,72	37,72
Todas	22.600,00	22.600,00	8.525,00	0,00	37,72	37,72
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
0100 - NOROESTE				1		
0800 - OESTE				1		
0700 - SUDOESTE				1		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
Foi empenhado e pago o valor de R\$ 3.145,00, fonte 161, referente a diárias para realizar campanhas de redução de desmatamento e queimada da ação 2334 e 2335 nos municípios: Colniza, Aripuanã, Brasnorte, Juruena, Cotriguaçu e Campos de Júlio, conforme relatório técnico - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 - Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN - Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado de Mato Grosso/PGAI/MT. Fonte SIA 680, cruzado com solicitação de diárias. Segundo SIA 613 foram gastos com diárias R\$ 8.535,00, fonte 161.						

Ação: 2337 - DIVULGACAO DA TEMATICA AMBIENTAL - PROGRAMA PANTANAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DIVULGAR DATAS E INFOR. S/ MEIO AMBIENTE, CRIANDO CONSCIENCIA CRITICA NA POPULACAO.				
Descrição da Meta Física: CAMPANHA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	0	1	20,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
127	0,00	200.000,00	199.000,00	0,00	0	99,50
240	91.500,00	81.398,00	81.398,00	0,00	88,96	100,00
Todas	91.500,00	281.398,00	280.398,00	0,00	306,45	99,64
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
0400 - LESTE				1		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:						
Segundo a coordenadoria financeira, na fonte 240 foi desembolsado o valor de R\$ 7.922,00 com serviço de terceiros para limpeza do Parque Estadual Serra Azul no período de janeiro a junho/2006, fonte SIA613. Informações da SUPLAN: Através do processo n. 1132, Diário Oficial de 31/05/06, foram suplementados os seguintes valores: natureza: 33901400= R\$ 50.000,00/ 33903000= R\$ 50.000,00/ 33903900= R\$ 50.000,00/ 44905200= R\$ 50.000,00, fonte 127, por transposição de recursos entre Unidades Orçamentárias diferentes para atender saldo de compensação financeira, conforme Lei Complementar 232, de 21/12/05 e parecer da Auditoria Geral do Estado 076, de 18/04/06. Pela mesma justificativa, porém através do processo n. 1147, Diário Oficial 31/05/06, houve suplementação conforme discriminado: natureza 33901400= R\$ 50.000,00/ 33903000= R\$ 5.124,00, fonte 127, regional 9900. Foi empenhado e pago o valor de R\$ 165,00, fonte 127, para complementação de diárias da viagem efetuada na ação 2341 - Capacitação de Multiplicadores Ambientais referente à 02 campanhas, uma em Barra do Garças e outra em São Félix do Araguaia. Foi empenhado e pago o valor de R\$ 1.045,00, fonte 127 com diárias para analistas desenvolverem atividades de visitas a todas as propriedades ao longo do Rio Cuiabá, no município de Acorizal, onde foram vistoriadas todas as atividades antrópicas nas áreas de preservação permanente (APP), numa distância de 100m do rio. Foi entregue a cada proprietário um auto de inspeção e um de notificação, dando prazo até o mês de dezembro para recuperação das áreas degradadas e reflorestamento das APPs. Foi repassado a						



estes moradores a importância da vegetação ciliar na proteção dos recursos hídricos. Resultados obtidos: foram visitadas 75 propriedades nas margens esquerda e direita do Rio Cuiabá no sentido Acorizal, sendo expedidos 75 autos de inspeção e 75 notificações. Órgãos envolvidos: SEMA/SUEA/CEA/SURH e Corpo de Bombeiros. Fonte Relatório de Prestação de Contas emitido em 03/10/06.

Ação: 2338 - DIVULGACAO DO SELO VERDE Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: ESTIMULAR O CUMPR. DA LEGISLACAO E NORMAS AMBIENTAIS PELOS EMPREE. PASSIVEIS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL.				
Descrição da Meta Física: EMPREENDIMENTO PARTICIPANTE				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
20	0	5	25,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	7.460,00	7.120,00	5.629,00	0,00	75,46	79,06
Todas	7.460,00	7.120,00	5.629,00	0,00	75,46	79,06
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
0600 - SUL				2		
0500 - SUDESTE				1		
0400 - LESTE				1		
1000 - CENTRO				1		

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
No período de janeiro a julho/2006 ocorreram avanços processuais com a elaboração da minuta do Decreto do Selo Verde e sua divulgação em 15 de fevereiro do mesmo ano. Em seguida foram encaminhados para as empresas interessadas 09 requerimentos para a concorrência ao selo e apenas 5 empresas (Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV, Plantações & Michellin LTDA, Agrícola e Pecúria Morro Azul LTDA, AMAGGI Exportação e Importação LTDA, SEMSA CERVEJA Brasil) conseguiram a sua obtenção em 05 de junho deste ano. No momento, o Manual com as normas para se conseguir o Selo Verde e o Decreto passam por uma revisão em virtude de mudanças na ISO 14000. Pretende-se, até dezembro deste ano, a elaboração da cartilha " Certificação de Qualidade" para editoração e divulgação em 2007. Portanto, observam-se avanços importantes sem desembolso financeiro quanto ao estímulo ao cumprimento da legislação ambiental.

Ação: 2339 - OPERACIONALIZACAO DOS GTS MUNICIPAIS DE EDUCACAO AMBIENTAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: INCENTIVAR A PARTICIPACAO DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NAO GOVERNAMENTAIS NOS GTS MUNICIPAIS.				
Descrição da Meta Física: REUNIAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
21	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	24.996,00	24.382,00	22.795,00	0,00	91,19	93,49
Todas	24.996,00	24.382,00	22.795,00	0,00	91,19	93,49
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:				Segundo a coordenadoria financeira, no período de janeiro a julho foram efetuados desembolsos financeiros no valor de R\$ 225,00 com diárias, fonte 240. Fonte SIA 680. Foi empenhado e pago o valor (495,00 + 495,00 + 495,00)R\$ 1.485,00, fonte 240 com diárias para técnico realizar, no Festival de Pesca, no município de Porto dos Gaúchos, as atividades: visita ao parque Ricardo Franco, ação de Educação Ambiental no Parque com a comunidade local (mutirão de limpeza e separação de resíduos sólidos deixados no Parque); reunião com os coordenadores do evento; divulgação do "spot" referente a pesca; registros fotográficos; acompanhamento da largada e chegada do campeonato junto com a fiscalização. Resultados obtidos: sensibilização e envolvimento da comunidade no Campeonato Estadual de Pesca. Fonte relatório de prestação de contas emitidos em 29/08/06.		



Govorno do Estado de Mato Grosso

Foi empenhado e pago o valor (405,00 + 405,00) R\$ 810,00, fonte 240 com diárias para técnicos desenvolverem atividades de educação ambiental no festival de pesca no município de Primavera do Leste.Relatório SIA 680.

Ação: 2341 - CAPACITACAO DE MULTIPLICADORES EM EDUCACAO AMBIENTAL Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CAPACITAR MEMBROS DO GTS MUNIC. E DA POL. AMBIENTAL PAR A ATUAREM COMO MULTIPLICADORES EM EDUC. AMBIENTAL.				
Descrição da Meta Física: CURSO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
5	0	4	80,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	25.008,00	24.260,00	20.760,00	0,00	83,01	85,57
Todas	25.008,00	24.260,00	20.760,00	0,00	83,01	85,57
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		
0400 - LESTE				1		
1200 - CENTRO NORTE				1		
0800 - OESTE				1		
0500 - SUDESTE				1		

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Foi empenhado e pago o valor de (1.265,00 + 1.265,00) R\$ 2.530,00, fonte 240 referente a diárias para aplicação do curso de capacitação para agentes ambientais comissionados e voluntários nos municípios de Tangará da Serra, Sinop, Rondonópolis e Barra do Garças, para atender Lei Ordinária N° 8.367, de 13 de novembro de 2005, que criou o Serviço de Proteção Ambiental Comissionado e Voluntário, no âmbito da SEMA e deu outras providências. Este curso teve a carga horária de 40h aplicada a 150 Agentes Ambientais, estruturado por 7 módulos: I - Estrutura Organizacional da SEMA; II - Educação Ambiental; III - Unidades de Conservação; IV Legislação Ambiental; V - Fiscalização Ambiental; VI - Licenciamento Ambiental; VII - Defesa Civil.
 Foi empenhado e pago o valor de R\$ 300,00, fonte 240, referente a diárias para o superintendente tratar de assuntos técnicos com o Ministério do Meio Ambiente em Brasília.Fonte SIA680.
 Foi empenhado e pago o valor de R\$ 935,00, na fonte 240, com diárias para a participação de um técnico de nível médio no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental em Joinville (SC).Fonte SIA 680.
 Foi levantado no SIA 613 o valor de R\$ 4.190,00 empenhado e pago com diária na fonte 240.
 Foi empenhado e pago o valor de R\$ 825,00, fonte 240, com diárias para técnica desenvolver 02 oficinas, uma em Barra do Garças e outra em São Félix do Araguaia, envolvendo diversas instituições públicas, privadas, organizações sociais, governamentais e não-governamentais. Resultado: formação do coletivo educadores 300, formação da equipe de articulação das instituições e da equipe para construção de projeto para encaminhamento ao MMA até 30 de setembro de 2006. Fonte: relatório de Prestação de Contas impresso em 06/09/06.
 Foi empenhado e pago o valor de R\$ 385,00, fonte 240, com diárias para efetuar capacitação de multiplicadores em Educação Ambiental. Resultado obtido: participação de 61 (sessenta e uma) pessoas, representando 14(quatorze) municípios da região da Grande Cáceres.Órgãos envolvidos: SEMA, SEDUC, Prefeituras Municipais. Fonte: relatório de prestação de contas emitido em 12/09/2006.
 Foi empenhado e pago o valor de R\$ 385,00, fonte 240, com diárias para analistas desenvolverem capacitação de multiplicadores em Educação Ambiental, através de: dinâmica de construção de um corpo humano e oficina de Educação Ambiental para a sustentabilidade dos mananciais hídricos. Resultado obtido: participaram das oficinas 47 pessoas representando 10 municípios do pólo de Rondonópolis.Órgãos envolvidos: SEMA, SEDUC e Prefeitura Municipal de Rondonópolis. Observação: um analista viajou por este projeto atividade e outro viajou pela ação 2334 - Campanha para a Redução dos Desmatamentos Ilegais no Estado de Mato Grosso.Fonte: relatório de prestação de contas emitido em 30/10/06.
 Foi empenhado e pago o valor R\$ 715,00, fonte 240, com diárias para analista realizar curso de capacitação para multiplicadores em Educação Ambiental. Resultados obtidos:o curso foi satisfatório, 48 pessoas participaram representando as cidades de Colíder, Terra Nova, Marcelândia e Santa Helena. Órgãos envolvidos: Escritório Regional da SEMA, Prefeituras municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e SINTEP. Fonte: relatório de prestação de contas emitido em 29/11/06.
 Foi empenhado e pago o valor R\$ 385,00, fonte 240, com diárias para analista desenvolver atividades de capacitação de multiplicadores em Educação Ambiental. Fonte: relatório de prestação de contas emitido em 16/08/06.
 Podemos considerar satisfatório o resultado alcançado pela aplicação dos cursos.

Ação: 2653 - CAPACITACAO EM ALTERNATIVAS DE USO SUSTENTAVEL DOS RE- CURSOS NATURAIS (PGA) Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CAPACITAR PROD.RURAIS, TEC.DA EMPAER E DAS SEC. MUNIC.EM MEIO AMB. EM ALTERN.DE USO SUST.DOS RECURSOS NATURAIS				
Descrição da Meta Física: CURSO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos



Govorno do Estado de Mato Grosso

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	11.700,00	11.700,00	0,00	0,00	0	0
240	3.300,00	550,00	550,00	0,00	16,67	100,00
Todas	15.000,00	12.250,00	550,00	0,00	3,67	4,49
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Por problemas de ordem administrativa e financeira da Unidade Executora do PGA, assim como o curto espaço de tempo para a execução das ações com os recursos do PGA, esta ação não foi levada a efeito, prejudicando sensivelmente as comunidades rurais e os técnicos da EMPAER, parceiros nesta causa.

Ação: 2654 - ACOMPANHAMENTO E AVALIACAO DE PROJETOS DE GESTAO AMBIEN TAL INTEGRADA Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: AVALIAR AS ACOES DO PGA/MT PELOS MEMBROS DO GT/MT/SPRN				
Descrição da Meta Física: REUNIAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	2	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0	0
Região de Planejamento				Qtd. Meta Física		

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Não houve desembolso financeiro nesta ação, porém deu-se início a avaliação processual do Programa 178, resultando na proposta de seu redesenho. A pré-sistematização desta tarefa teve como documento de apoio: Lei 7.888, de 09 de janeiro de 2003, que "Dispõe sobre a educação ambiental, a política estadual de educação ambiental e dá outras providências"; Programa Mato-grossense de Educação Ambiental - ProMEA; Árvore do Problema criada em 2003, com a participação de diferentes segmentos da sociedade para construção do 4º objetivo estratégico de governo que é: "Garantir o uso ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental" e as Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso referentes a análise do exercício 2005. O objetivo desta ação foi plenamente atingido e, conseqüentemente, a conclusão de um novo PTA aumentou as expectativas quanto a disseminação da Educação Ambiental em Mato Grosso.

Ação: 3672 - IMPLEMENTACAO DE PROJETOS DE EDUCACAO AMBIENTAL COMO MEDIDAS COMPENSATORIAS DE IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DAR SUPORTE INFORMACIONAL A COMUNIDADE LOCAL PARA O EXERCICIO DO CONTROLE SOCIAL DOS EMPREENDIMENTOS POLUIDORES				
Descrição da Meta Física: PROJETO IMPLANTADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	0	0		



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	30.640,00	27.035,00	26.984,00	0,00	88,07	99,81
Todas	30.640,00	27.035,00	26.984,00	0,00	88,07	99,81

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
-------------------------------	-------------------------

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Segundo a coordenadoria financeira, no período de janeiro a junho/2006, na fonte 240, foi desembolsado o valor de R\$ 19.995,00 com serviços de terceiros/pessoa jurídica para a locação de carro em um total de 111 dias com a finalidade de viabilizar a ida da equipe técnica para as atividades de campo para o cumprimento de ações deste PTA. Fonte: SIA 613.
 Foi empenhado e pago o valor de (R\$ 1045,00 + R\$ 1045,00 = R\$ 2090,00) na fonte 240, com diárias para analistas desenvolverem a atividade Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental. Resultado obtido: Em Diamantino foram capacitadas 23 pessoas representantes dos municípios de: Diamantino, Alto Paraguai, Nova Maringá e Nortelândia.
 Em Cáceres participaram 570 pessoas das escolas públicas em ciclos de palestras sobre vários temas.
 Em Acorizal foram feitas reuniões com representantes da sociedade civil organizada para discutir e planejar atividades que deverão ser realizadas em novembro/2006. Órgãos envolvidos: SEDUC, Escritório Regional de Cáceres, Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Fonte: relatório de prestação de contas emitido em 29/09/06.



Programa

Programa: 0181 - GESTAO DE RECURSOS DA FAUNA E FLORA							
Objetivo do Programa: PROMOVER O USO ORDENADO DOS RECURSOS DA FAUNA E FLORA							
Und.Resp.Programa: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE							
Resp. Programa: Marcos Henrique Machado							
Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2006	FOCOS DE CALOR NO PERIODO DE PROIBICAO DE QUEIMA	informar	unidade	21362	14953	25.175	
2006	INCREMENTO DO DESMAT. ILEGAL EM AREAS DE DESMATES >200H	informar	hectare	128765	42182	informar	

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
4.913.211,00	10.112.233,00	8.292.553,00	0,00	168,78	82,01

Avaliação de resultados e da execução do programa:
 GESTÃO DOS RECURSOS DA FLORA

O Programa 0181- Gestão do Programa de Fauna e Flora possui como objetivo estratégico consiste em garantir o uso de ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental no Estado de Mato Grosso para um público alvo composto por população rural, populações tradicionais, indústrias de beneficiamento e consumo de matéria prima florestal, recursos pesqueiros, turistas e transformação da madeira. O programa 181 foi proposto em 2003, época da construção do Plano Plurianual 2004-2007, segundo uma conjuntura caracterizada pelo uso desordenado dos recursos de flora e fauna. Esta conjuntura ocasiona-se por uma série de fatores, dessa forma o presente relatório sobre a implementação do Programa será discutido em virtude destes fatores elencados segundo SEPLAN, 2006 de forma a realizar uma retrospectiva de sua implementação frente ao diagnóstico situacional do uso dos recursos da flora e da fauna.

CONJUNTURA EM 2003:

- Órgãos responsáveis pela gestão da fauna e flora com atuação conflitante e extrapolção das competências que culminam na desarticulação do desenvolvimento das ações. De uma maneira geral todos os órgãos enfrentavam as seguintes deficiências:
 - 1-Preparação técnica insuficiente;
 - 2-Estrutura logística insuficiente;
 - 3-As informações sobre o uso dos recursos da fauna e flora dispersas dentro da mesma instituição e entre as instituições;
 - 4-Legislação dispersa, inconstante e sem regulamentação cujas modificações ocasionam freqüente descumprimento da lei;
 - 5-Alto custo do licenciamento com procedimentos burocráticos onerosos e pouco operacionais caracterizados pela morosidade dos processos administrativos e judiciais;
 - 6-Ação de controle e fiscalização insuficientes geralmente sem a devida responsabilização dos infratores pelos delitos cometidos;
 - 7-Alto custo de manutenção e fiscalização das áreas protegidas.
- Altos custos para o cumprimento da lei e desconhecimento de alternativas de uso para a reserva legal segundo o manejo florestal sustentável de usos múltiplos;
- As alternativas de manejo sustentado dos recursos ainda em desenvolvimento e as metodologias convalidadas usadas em pequena escala com poucas unidades demonstrativas bem sucedidas. Tal fato decorre dos altos custos e falta de incentivos fiscais e de fomento pra a sua adoção, somado a um serviço incipiente de extensão e difusão de tecnologias para uso sustentado dos recursos florestais;
- Reposição florestal com poucas experiências de sucesso no Estado e carente do desenvolvimento de ações conjuntas entre os as Instituições relativamente ao licenciamento, assistência técnica, fomento e monitoramento para garantir o abastecimento contínuo de matéria-prima ao setor de base florestal e atender às questões ambientais. O excesso de normas e controles sobre o setor florestal desincentivam ao plantio de florestas e o manejo florestal sustentável. As exigências burocráticas, falta de assistência técnica e fomento terminam por afastar no âmbito das pequenas e médias propriedades rurais o "produtor de florestas";

Para enfrentar este quadro destaca-se o processo de descentralização administrativa, financeira e política dos estados nacionais para níveis de governo mais abaixo na esfera territorial iniciado na América Latina desde os anos 90 e que atingiu expressão no Brasil devido a um conjunto de condições favoráveis para a descentralização da gestão de recursos naturais. Entre estas condições destaca-se a relativa autonomia fiscal e financeira dos estados e municípios no sistema federalista e a competência concorrente entre União, Estados e Municípios para legislar e atuar nas áreas florestais e ambientais. O Estado de Mato Grosso possui um papel de destaque neste processo através da descentralização do licenciamento de atividades florestais da esfera federal para a estadual iniciado no ano de 2000 quando foi celebrado o "Pacto Federativo de Gestão Ambiental Descentralizada e Compartilhada", que estabeleceu diretrizes de atuação das diversas instâncias envolvidas, o Ministério de Meio Ambiente, o IBAMA e do Governo do Estado de Mato Grosso, representado pela



extinta Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMa, visando um sistema de cooperação técnica e administrativa, para o desempenho das competências constitucionais de proteção do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis. A partir do Pacto Federativo foi implantado no Estado de Mato Grosso o Sistema de Controle Ambiental em Propriedades Rurais – SLAPR baseado em um novo modelo de controle ambiental em propriedades rurais. O SLAPR consiste na integração de atividades de monitoramento de desmatamentos por imagens de satélite, atividades de fiscalização florestal e de licenciamento ambiental de imóveis rurais para realizar o controle das atividades de desmatamento e a regularização das propriedades segundo a legislação florestal por meio da localização exata para definição de conservação ou recuperação das áreas de preservação permanente (margens de rios, lagos e nascentes) e de reservas legais (percentual do imóvel rural onde é proibido o corte raso, sendo apenas permitido manejo florestal sustentável de usos múltiplos). Segundo os dados apostos na tabela 01 a primeira experiência com a descentralização de atribuições para o licenciamento de propriedades rurais obteve os menores índices de incremento anual de desmatamento em relação à área total do Estado nos dois primeiros anos de implantação do SLAPR, porém, estes índices aumentaram nos anos de 2003, 2004 e 2005.

Tabela 01: Dinâmica do desmatamento no Estado de Mato Grosso.

Ano	IAA2000	IARAT2000	ÁREA TOTAL DESMATADA	%ATE	
Área-ha	1999	25.820.689,34	28,58%	25.820.689,34	28,58%
Área-ha	2000/2001	1.226.912,16	1,90%	27.047.601,50	29,94%
Área-ha	2002	795.965,86	1,23%	27.843.567,35	30,82%
Área-ha	2003	1.859.459,20	2,88%	29.703.026,55	32,88%
Área-ha	2004	1.815.128,38	2,81%	31.518.154,93	34,89%
Área-ha	2005	1.543.084,05	2,39%	33.061.238,98	36,59%

Fonte: SEMA/2006; Onde: IAA2000=Incremento anual a partir do ano 2000, IARAT2000=Incremento anual em relação a área total do Estado a partir do ano 2000, %ATE=% da área total do Estado(90.345.960,05 ha).

Entretanto é importante diferenciar os desmatamentos legais em áreas permissíveis para uso alternativo do solo com as devidas autorizações expedidas pelo órgão competente do desmatamento ilegal. Segundo um estudo realizado pelo Instituto Sócioambiental (2005) sobre o licenciamento das propriedades rurais integradas ao SLAPR entre 2001 e 2004 constatou-se que o desmatamento em reservas legais no período representou 31% de todo o desmatamento efetuado em propriedades integrantes do SLAPR, e 8% de todo o desmatamento detectado no Mato Grosso. Além disso, o estudo aponta que o percentual de desmatamento no interior de propriedades licenciadas pela FEMa foi de 3,21% ou seja, maior do que o índice de desmatamento calculado para fora das propriedades, das áreas protegidas e assentamentos. Um índice alto, principalmente se comparado com o percentual de desmatamento em áreas protegidas de 0,30%. Ou seja, o total bruto desmatado em reserva legal (85.283 ha) representou mais de três vezes o desmatamento ocorrido em áreas protegidas (27.961 ha). Estes dados podem ser visualizados na Tabela 02.

Tabela 02: Distribuição dos desmatamentos 2003-2004 no Estado de Mato Grosso

Área total (ha)	%Desmatamento	área avaliada	% total desmatado	
Áreas protegidas	9.302,1	27,9	0,3	2,7
Assentamentos	2.359,3	72,7	3,0	7,0
Área total fora slapr	30.501,0	657,2	2,1	63,8
Propriedades slapr	8.471,0	272,2	3,2	26,4
Uso alternativo	3.605,2	186,9	5,1	18,1
área da reserva legal	4.865,8	85,2	1,7	8,2
TOTAL (2003/2004)	50.633,6	1.030,2	2,0	100,0

Fonte: Instituto Sócioambiental / 2005

O estudo demonstra que o sistema é fundamental para o monitoramento e a análise das dinâmicas dos desmatamentos nas propriedades licenciadas com vistas à identificação de estratégias de conservação e políticas agrícolas e ambientais adequadas à realidade. Entretanto, ficou comprovado que o sistema não tem atingido seu principal objetivo que é o controle e a redução efetiva dos desmatamentos ilegais em propriedades integradas ao SLAPR devido a dois principais fatores:

1. Os dados comprovam que após a obtenção da Licença Ambiental Única os proprietários não se intimidaram com a possibilidade de detecção automática das irregularidades e efetiva aplicação das penalidades previstas na legislação.
2. Se o ritmo de ingresso de novas propriedades no SLAPR em floresta permanecer como em 2004 (1,64 milhão de hectares) serão necessários mais 16 anos para o SLAPR cobrir todo território de floresta no Estado do MT. O SLAPR tem avançado em ritmo muito lento em comparação com o ritmo do desmatamento.

Segundo RODRIGUES (2004) apud (CAPELLI, (2002) embora a doutrina jurídico-ambiental brasileira seja unânime em afirmar a modernidade e adequação da legislação nacional para a proteção do meio ambiente observa-se pelos índices de desmatamento que a legislação ambiental brasileira não tem sido suficiente para a melhoria da qualidade ambiental no País, o que revela a dissonância entre a lei e a real aplicação do direito e responsabilização dos delitos cometidos. O autor cita um dado revelador fornecido por COSTA et al. (2002), que observou que a fiscalização aplicou mais de trezentos milhões de reais em multas na Amazônia entre 1999 e 2000, embora a arrecadação esperada fosse menos de 10% deste montante, com resultados ambientais muito modestos. Em resumo, quem infringe a lei não paga a multa nem recupera o dano feito. Isto mostra que as forças políticas e econômicas locais ainda são mais fortes do que a lei. Não se teme a lei porque se sabe de antemão que não será aplicada na maioria das vezes. Esta seria uma das principais causas do desflorestamento. De acordo com RODRIGUES (2004) apud LEROY & SILVESTRE (2003), sobre a grilagem de terras e exploração predatória da madeira na Terra do Meio (situada ao longo da BR 163, no Sudoeste do Pará), a ilegalidade e a impunidade reinam nesta região de fronteira e são acobertadas por diferentes setores do poder público (legislativo, executivo e judiciário), seja por morosidade, seja por cumplicidade tácita, que criam um clima de enfraquecimento da democracia e abrem caminho para o fortalecimento das práticas ilegais e mesmo mafiosas, bem como favorecem a penetração destas no estado.

Em virtude desta conjuntura o Governo Federal deflagrou em junho de 2005 a "Operação Curupira" uma operação conjunta entre a Polícia Federal e Ministério Público realizada em cinco estados entre os quais o Estado de Mato Grosso para desmontar um esquema de fraudes e corrupção composto por madeireiros e despachantes especializados na extração e transporte ilegal de madeira, mediante corrupção de servidores públicos do IBAMA através da venda e falsificação de Autorizações para Transporte de Produtos Florestais (ATPFs). No Estado de Mato Grosso também foi ajuizada uma ação civil pública contra a antiga Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEMa devido à autorização de desmatamentos considerando uma reserva legal de apenas 50% em propriedades rurais situadas em áreas



de transição entre cerrado e florestas. A ação é parte da implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia, lançado pela Casa Civil em março de 2004.

Em resposta imediata aos ilícitos detectados na Operação Curupira o Governo de Mato Grosso determinou a extinção da FEMa e criou segundo a Lei Complementar Nº 214, de 23 de Junho de 2005 a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, com o objetivo de criar uma política ambiental efetiva, reduzir as elevadas taxas de desmatamento e estruturar o aparato institucional para dar continuidade das ações de descentralização do licenciamento florestal. Em seguida foi publicado no DOU Nº. 174, de 9 de setembro de 2005 o Termo de Cooperação Técnica visando à gestão compartilhada dos recursos florestais e o desenvolvimento sustentável no Estado do Mato Grosso celebrado pelo Ministério do Meio Ambiente por intermédio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas-SBF, da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável-SDS, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA com o Estado do Mato Grosso por intermédio da Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA/MT com prazo de vigência de três anos prorrogáveis por termos aditivos. A estruturação da SEMA para implementação das ações de gestão compartilhada dos recursos florestais foi fundamentada da seguinte maneira:

- Estruturação da base administrativa interna da SEMA: O organograma da SEMA foi estruturado em superintendências de forma a abranger as questões administrativas do planejamento, contabilidade, finanças e temas ambientais específicos. Os setores fundamentais para as ações de gestão compartilhada dos recursos florestais criados segundo a Lei Complementar Nº. 214, de 23 de junho de 2005 e a Lei Complementar Nº. 220, de 29 de Setembro de 2005 - D.O. 29.09.05 são os seguintes:
 - o Superintendência de Gestão Florestal – SGF: Relativamente ao Programa 181 as seguintes ações são de responsabilidade direta da SGF: Ação (P/A/OE): 1554 Construção e estruturação logística da nova sede da diretoria de recursos florestais da FEMa (atualmente esta ação refere-se à construção de um novo prédio para abrigar a SGF); Ação (P/A/OE): 1557 Homologação da base cartográfica 1:100.000 do estado ; Ação (P/A/OE): 2348 Licenciamento de propriedades rurais; e, conjuntamente com a Superintendência de Defesa Civil, a Ação (P/A/OE): 2352 Monitoramento da cobertura vegetal e dos focos de calor.
 - o Superintendência de Defesa Civil – SUDEC: Relativamente ao Programa 181 a SDC realiza um trabalho conjunto com a SGF na ação (P/A/OE): 2352 Monitoramento da cobertura vegetal e dos focos de calor, e com a SUAD no desenvolvimento da Ação (P/A/OE): 2350: Fiscalização de focos de calor ilegais.
 - o Superintendência de Ações Descentralizadas – SUAD: Relativamente ao Programa 181 as seguintes ações são de responsabilidade direta da SUAD: Ação (P/A/OE): 2349: Fiscalização de desmatamento; Ação (P/A/OE): 2350: Fiscalização de focos de calor ilegais e Ação (P/A/OE): 2354: - Fiscalização da pesca.
 - o Superintendência de Biodiversidade – SUBIO: Relativamente ao Programa 181 as seguintes ações são de responsabilidade direta da SUBIO: Ação (P/A/OE): 1558 -; Revisão da política de gerenciamento dos recursos pesqueiros; Ação (P/A/OE): 1559 -.; (Realização de pesquisas sobre os recursos pesqueiros do estado; Ação (P/A/OE): 1560 -.); Gerenciamento dos recursos pesqueiros da bacia do Alto Paraguai (Programa Pantanal).

- Estruturação da base legal: para viabilizar a transição do sistema de licenciamento do IBAMA para a SEMA foram realizadas adequações no Código Estadual de Meio Ambiente (Lei Complementar Nº 232, de 21 de Dezembro de 2005) e promulgada a Lei de Política Florestal do Estado de Mato Grosso (Lei Complementar Nº 233, de 21 de Dezembro de 2005). Atualmente o licenciamento ambiental das atividades utilizadoras dos recursos florestais tais como florestamento, reflorestamento, manejo florestal, reposição florestal, desmatamento para agricultura e pecuária, e queima controlada está sendo regulamentado por decretos e portarias que visam atender às especificidades técnicas de cada atividade.
- Estruturação da base administrativa do Estado: A implementação da política florestal e a execução da Lei Complementar Nº 232 estão a cargo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA sem prejuízo da atuação dos demais órgãos estaduais com atribuições ligadas, direta ou indiretamente, às atividades agrícola e florestal tais como: (1) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural com competência para criar programas que estimulem a produção de matéria-prima através de reflorestamento de forma a alcançar a sustentabilidade econômica da atividade industrial de base floresta; (2) a Secretaria de Estado da Indústria Comércio, Minas e Energia à qual incumbe criar programas que estimulem a produtividade e a verticalização da produção, de base florestal; (3) a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia à qual incumbe fomentar a realização de pesquisas florestais, visando o incremento da atividade florestal e sua sustentabilidade, assegurando a difusão de informações oriundas dessas pesquisas à sociedade mato-grossense.

IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA 181 EM 2006

É importante esclarecer sobre a estruturação legal e administrativa da SEMA e do Estado para gestão dos recursos florestais e recursos faunísticos, pois, conforme exposto o às ações do programa 181 são desenvolvidas por diferentes setores administrativos. O alcance dos resultados do programa depende do entendimento da sinergia entre os setores para desempenho das ações programadas. No âmbito da SEMA a gestão ambiental ampara-se sobre o tripé licenciamento – fiscalização – monitoramento. Especificamente quanto à gestão florestal o licenciamento de propriedades rurais (SLAPR), recuperação de áreas degradadas, planos de manejo florestal, reposição florestal, cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais é realizado pela Superintendência de Gestão Florestal. As ações de fiscalização estão a cargo da Coordenadoria de Fiscalização Florestal da Superintendência de Ações Descentralizadas. Dessa forma cada superintendência age sobre o setor rural e florestal sob diferentes enfoques que se complementam para realizar o monitoramento dos recursos florestais do Estado.

O enfoque do licenciamento quanto à análise técnica dos estudos ambientais constitui um procedimento para estabelecimento de uma linha de partida (baseline) para fixação de desempenho futuro desejado segundo padrões e indicadores ambientais pré-estabelecidos (responsabilização ex ante). Na fiscalização as ações são realizadas pelo agente fiscalizador dotado de poder de polícia para verificação da "responsabilização por atos lesivos ao patrimônio natural já acontecidos e avaliados contra requisitos da legislação" o que caracteriza uma abordagem do desempenho legal, no passado e, portanto, passível de multas e outras penalidades jurídicas (responsabilização ex post). Pelo exposto, ressalta-se um ponto crucial da diferenciação das ações do licenciamento e das ações de fiscalização: a abordagem em relação ao público alvo segundo o nível de responsabilização cabível. No licenciamento a abordagem em relação ao público alvo é o estabelecimento do diálogo preliminarmente orientativo, porém, com extrema observância à legislação e indicadores estabelecidos, pois, caso sejam desrespeitados deverão ser tomadas medidas enérgicas cujas infrações sejam devidamente punidas segundo o julgamento jurídico cabível. As ações de fiscalização são realizadas através de duas abordagens caracterizadas por uma postura mais enérgica para com o público alvo. A primeira é realizada através da identificação prévia das contravenções ambientais como o atendimento a denúncias ou, por exemplo, dados de desmatamentos identificados através de imagens de sensoriamento remoto, cujo trabalho em campo destina-se para confirmar os ilícitos e aplicar punições cabíveis segundo a legislação. Outra abordagem é caracterizada pelo serviço rotineiro de fiscalização para identificar eventuais contravenções a serem detectadas em campo e que também possuem a característica de vigilância contra os ilícitos ambientais em potencial ou já realizados.

No âmbito do programa 181 a execução das ações foi organizadas de acordo com a competência das superintendências que compõem o organograma da SEMA. A Ação (P/A/OE): 2348: Licenciamento de propriedades rurais é desenvolvida pela SGF, pois, esta



superintendência possui a competência para o licenciamento de propriedades rurais e das atividades florestais. A execução desta ação atinge diretamente a questão do desmatamento e da cobertura florestal, pois, através do licenciamento a SGF realiza o ordenamento do uso dos recursos florestais, e constitui o setor responsável pelos dados e informações sobre os fatores que influenciam no estado de conservação, preservação, degradação e recuperação dos recursos nas áreas licenciadas no Estado, bem como, as informações de quais áreas não possuem dados disponíveis para o controle e avaliação ambiental. Estas informações também subsidiarão o desenvolvimento da Ação (P/A/OE): 2352: Monitoramento da cobertura vegetal e dos focos de calor sob execução conjunta da SUDEC e da SGF, e também, a execução da Ação (P/A/OE): 2349: Fiscalização de desmatamento e da Ação (P/A/OE): 2350: Fiscalização de focos de calor ilegais pela SUAD, setor responsável pelas atividades de fiscalização ambiental. Portanto, o licenciamento e a fiscalização realizados pela SGF, SUDEC e SUAD, segundo as competências específicas de cada superintendência através das ações citadas possuem caráter complementar e sinérgico para o ordenamento e gestão dos recursos florestais.

As atividades de licenciamento e fiscalização complementam-se para ser possível realizar o controle do uso dos recursos naturais e requerem recursos financeiros para operações de campo e análise em escritório. Apesar do programa 181 ter sido considerado prioritário pelo Governo os recursos foram insuficientes para as necessidades das três superintendências para as seguintes despesas: (1) diárias, combustível e outras despesas de viagem; (2) equipamentos para realizar os trabalhos de campo: GPS, máquinas digitais, notebooks, telefone, veículos, trenas, hipsômetros, (3) Necessidade de treinamentos para georreferenciamento de imóveis rurais, (4) Necessidade de seguros de viagem para os servidores, (5) Necessidade do adicional de insalubridade a ser pago nos salários dos servidores. Ressalta-se, ainda que a insuficiência dos recursos para pagamentos dessas despesas foi dimensionada segundo o quadro atual de servidores que também é insuficiente para atender todas as demandas do licenciamento e da fiscalização. Especialmente quanto à concessão de diária o Decreto Nº. 7.631, de 24/05/2006 estabelece em seu artigo 5º o limite máximo de 10 (dez) diárias, fora ou dentro do Estado somadas ou não, dentro do mesmo mês para cada servidor. Tal determinação inviabiliza o planejamento para realização de vistorias técnicas no sentido de otimizar o deslocamento dos técnicos para regiões distantes e de difícil acesso com o intuito de vistoriar uma quantidade maior de processos de licenciamento ou realizar ações de fiscalização mais efetivas. Por exemplo, uma viagem para o município de Colniza no noroeste de Mato Grosso, distante cerca de 1.500 km de Cuiabá dos quais a metade não possui estradas asfaltadas, requer cerca de seis dias para ida e retorno restando apenas quatro dias efetivos para realização de vistorias técnicas ou para apuração de ilícitos ambientais através de fiscalizações. Ressalta-se que no caso do licenciamento para a LAU, planos de manejo florestal sustentável e reposição florestal é cobrada pela SEMA as taxas para realização da análise dos processos cujos prazos devem ser respeitados. Estes empreendimentos para serem realizados devem obedecer ao um cronograma de atividades decorrentes das diversas exigências técnicas das atividades que abrangem desde condições climáticas e biofísicas como requisitos de caráter sócio-econômico. Dessa forma, o licenciamento constitui a primeira etapa do cronograma desses empreendimentos e seu atraso pode, inclusive, implicar na sua inviabilização. Tais problemas podem desestimular o licenciamento pelos empreendedores, e, abrir margem para atividades ilegais, com consequências nefastas aos objetivos do Programa 181 quanto a garantir o uso de ordenado dos recursos naturais visando o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental no Estado de Mato Grosso.

Apesar de todas as dificuldades a SEMA através das três superintendências e demais setores administrativos têm envidado esforços para garantir a gestão ambiental do Estado com o objetivo de reverter a conjuntura de exploração predatória dos recursos florestais conforme diagnosticado em 2003 época da concepção do PPA 2004-2007. Após a extinção da FEMA para garantir a gestão dos recursos florestais priorizou-se os recursos para dar continuidade ao licenciamento de propriedades rurais através do SLAPR, e com a descentralização da gestão florestal também se incentivou o licenciamento dos planos de manejo florestal sustentável, reposição florestal, cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais. Todas estas atividades foram incorporadas na Ação (P/A/OE): 2348: Licenciamento de propriedades rurais executadas em 2006. Somente no PTA 2007 foi possível desmembrar estas atividades para serem executadas na Ação (P/A/OE): Licenciamento de Projetos de Manejo Florestal Sustentável e na Ação (P/A/OE): Cadastro de empreendedor de produtos ambientais.

Em virtude da priorização das ações diretamente relacionadas ao licenciamento e fiscalização a Ação (P/A/OE): 1554: Construção e estruturação logística da nova sede da diretoria de recursos florestais da FEMA (atualmente SGF-SEMA) não foi realizada em virtude da insuficiência de recursos financeiros. Dessa forma a construção da nova sede da SGF foi prorrogada para o ano de 2007, devido à necessidade de adequações ao seu projeto inicial para dimensionamento mais condizente à realidade atual quanto ao organograma dos diferentes setores responsáveis pelo desempenho das novas atribuições de licenciamento pela SEMA. Ressalta-se, porém, ser extremamente necessária a realização desta ação devido a estrutura física inadequada para abrigar o quadro funcional da SGF para a realização das atividades de licenciamento. O prédio onde estão instalados os escritórios das diversas divisões da SGF foi projetado para funcionar como almoxarifado e constitui um ambiente insalubre devido às instalações inadequadas. Embora tenham sido realizadas algumas reformas de maneira paliativa para continuidade dos trabalhos, planeja-se sanar este problema com a construção de um prédio anexo ao atual da SGF em 2007 conforme descrito na análise qualitativa e da execução física, orçamentária e financeira ação 1554.

A implementação do Programa 181 em 2006 consistiu basicamente na estruturação da SEMA para dar continuidade às ações de licenciamento e fiscalização e consolidar a Secretaria como órgão gestor dos recursos florestais possibilitada pelo processo de descentralização administrativa e pelo arcabouço da legislação que passou a vigorar a partir de 2005. Tal esforço visou modificar a conjuntura dos anos anteriores caracterizada por ações conflitantes e desarticuladas entre os órgãos gestores dos recursos florestais. Para reforçar a articulação da SEMA com outras instituições representantes do setor florestal criou-se através da Portaria Nº. 080 de 23/08/2006 a Câmara Técnica de Gestão Florestal composta por representantes de entidades públicas, da sociedade organizada e do setor produtivo e foi instituída para aperfeiçoar o sistema eletrônico que controla a comercialização e transporte de madeira em Mato Grosso e para discutir assunto técnicos pertinentes ao licenciamento e à gestão florestal no Estado. Esta é uma das medidas adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), como parte do acordo feito com representantes do setor madeireiro para dar celeridade ao atendimento aos empreendedores e buscar a regularização das empresas que atuam neste ramo. Fazem parte da câmara técnica representantes da Fiemt, Secretaria de Desenvolvimento Rural (Seder), UFMT, Unemat, Secretaria de Indústria, comércio e Mineração (Sicm), Associação dos Engenheiros Florestais (Amef) e Associação das Empresas Reflorestadoras (Arefloresta).

A gestão ambiental ampara-se sobre as três arestas licenciamento – fiscalização – monitoramento. Conjuntamente o licenciamento e a fiscalização subsidiarão o monitoramento dos recursos naturais, ou seja, as atividades de licenciamento e fiscalização também são fontes de dados a serem transformados em informações para, estudo e acompanhamento contínuo e sistemático das variáveis ambientais, visando identificar e avaliar qualitativa e quantitativamente as condições dos recursos naturais em um determinado momento, assim como as tendências ao longo do tempo (variações temporais). Embora durante o ano de 2006 os recursos financeiros tenham sido prioritariamente direcionados para custeio das atividades de licenciamento e fiscalização, administrativamente, é reconhecido na SEMA que as ações de monitoramento são imprescindíveis para conhecer o estado e as tendências qualitativas e quantitativas dos recursos naturais e as influências exercidas pelas atividades humanas e por fatores naturais sobre o meio ambiente.

Relativamente à execução da Ação 2352: Monitoramento da cobertura vegetal e dos focos de calor no ano de 2006 o monitoramento dos focos de calor foi executado pela SUDEC com o apoio logístico da Coordenadoria de Geoprocessamento da SGF através da confecção de mapas temáticos e disponibilização da Base Cartográfica Digital do SLAPR, para subsidiar ações de autorização de queima controlada e fiscalização dos focos de calor no período proibitivo. A maior dificuldade para realização do monitoramento consiste no pequeno número



de propriedades licenciadas dentro do banco de dados, fator que não permite uma avaliação de todos os responsáveis pelos focos de calor. Para fortalecer ainda mais esta atividade é intenção da Superintendência inserir as informações sobre as Autorizações de Queimada Controlada, atribuição assumida pela SEMA no início do ano de 2006 através da Coordenadoria de Atendimento a Acidentes Ambientais da SUDEC. O cruzamento de dados permitirá a verificação da localização dos focos de calor em áreas autorizadas ou não. Porém, para a realização da atividade, até o momento, não foram adquiridos imagens de satélite e equipamentos suplementares à atual estrutura. O monitoramento da Cobertura Vegetal não foi realizado por falta de quadro técnico e recursos financeiros. Os 13 relatórios da cobertura vegetal previstos no PTA de 2006 serão remodelados e ajustados para o PTA de 2007. Para execução dessa ação planeja-se o treinamento dos novos servidores contratados e realização de termos de cooperação técnica com instituições de ensino nas áreas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e tecnologia da informação para permitir a contratação de estagiários.

Em virtude da falta de recursos financeiros a execução da Ação 1557: Homologação da base cartográfica 1:100.000 do Estado também não pode ser executada. Ressalta-se, porém, que sua execução é imprescindível para a continuidade do SLAPR, pois, atualmente, em virtude do Termo de Cooperação Técnica DOU Nº. 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente, o licenciamento de propriedades rurais também passou a ser realizado em propriedade com área abaixo de 200 ha, sendo necessário realizar o ajuste da base cartográfica para atender a todas as especificidades do licenciamento das atividades florestais. Dessa forma será necessário realizar a conversão e atualização das Bases Cartográficas do Estado de Mato Grosso na escala 1:100 000, em caráter oficial, uma vez que sua elaboração deve estar em conformidade com a metodologia adotada pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Cartografia. A homologação da base cartográfica do Estado, portanto, é imprescindível não somente para o licenciamento das propriedades rurais como para a realização das ações de fiscalização e monitoramento da cobertura vegetal e dos focos de calor. Ressalta-se que embora esta ação do Programa 181 seja de responsabilidade da SEMA, na realidade os benefícios da sua realização extrapolam as necessidades da gestão ambiental e possui caráter estratégico para implementação de ações governamentais para toda a estrutura administrativa do Estado e para o desenvolvimento de estudos científicos.

Além das atividades rotineiras do licenciamento também merecem destaque a criação do Programa de Transparência Florestal, que permite o monitoramento do licenciamento pela sociedade. Através do Programa de Transparência Florestal é acompanhar a execução da gestão florestal, além de disponibilizar no site da SEMA as imagens e informações sobre desmatamentos e planos de manejo florestal sustentável licenciados. Para garantir tal objetivo faz-se necessário o aperfeiçoamento constante das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento dos recursos naturais através dos setores competentes da SEMA. Em 2006 priorizou-se a continuidade das atividades de licenciamento e fiscalização, porém, o monitoramento dos recursos florestais também é de vital importância pois, subsidia medidas de planejamento, controle, recuperação, preservação e conservação do ambiente em estudo, bem como auxilia na definição das políticas ambientais. As ações de monitoramento refletem a relação de ações antrópicas e fatores naturais sobre o meio ambiente, bem como o resultado da atuação das Instituições por meio de planos, programas, projetos, instrumentos legais e financeiros capazes de manter as condições ideais dos recursos naturais. Neste sentido, o PTA 2007 foi delineado para consolidar o trabalho já realizado para a continuidade do licenciamento e fiscalização e aperfeiçoar a estratégia de monitoramento da SEMA na condução da gestão florestal do Estado.

Em virtude deste relato sobre a evolução do processo de descentralização do licenciamento de atividades florestais da esfera federal para a estadual, verifica-se que embora não tenha sido atingido o percentual máximo para a realização das ações do Programa 181, a execução das atividades de licenciamento de propriedades rurais, recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente, manejo florestal sustentável, monitoramento e controle e da reposição florestal obrigatória, e instituição do cadastro de consumidores florestais pela SEMA pensam e até superaram o planejamento das metas para atingir o indicador do Programa 181 que consiste na redução de desmatamentos no Estado. Todo o esforço realizado até o momento visa modificar a conjuntura existente na época da concepção do Programa 181 para redução de desmatamentos ilegais, promoção do manejo florestal sustentável, e ordenamento das atividades econômicas e formas de uso das florestas através de sistemas de aproveitamento em bases sustentáveis para garantir o uso múltiplos e maiores benefícios sociais.

Indicadores:

Não foi realizado o estudo da dinâmica do desmatamento para o Estado durante o ano de 2006, pois se planeja realizá-lo segundo o previsto no PTA-2007. O atual indicador do programa referente aos desmatamentos não reflete adequadamente o objetivo a ser atingido quanto a redução dos desmatamentos no Estado, pois na época de sua proposição somente eram licenciadas pelo SLAPR as propriedades rurais com área superior a 200 ha e atualmente são licenciadas propriedades rurais sem a delimitação para o tamanho de sua área.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:

Dessa forma, sugere-se os seguintes indicadores para verificar a efetividade das ações do programa:

- 1) Relativamente ao objetivo de reduzir os desmatamentos ilegais no Estado, deve-se controlar o uso de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente em propriedades rurais do Estado:
Indicador 1: Aumento da responsabilização de desmatamentos ilegais em área de reserva legal em propriedades licenciadas pelo SLAPR, através de Notificações, Autos de Infrações, Multas arrecadadas e recuperação da área irregularmente explorada, através de Termos de Ajustamento de Conduta para Recuperação de Áreas Degradadas e Termos de Ajustamento de Conduta para Compensação de Reserva Legal Degradada.
Unidade Medida: hectare.
- Indicador 2: Aumento da responsabilização de desmatamentos ilegais em área de preservação permanente em propriedades licenciadas pelo SLAPR através de Notificações, Autos de Infrações, Multas arrecadadas e recuperação da área irregularmente explorada, através de Termos de Ajustamento de Conduta para Recuperação de Áreas Degradadas.
Unidade Medida: hectare.
- Indicador 3: Aumento do desmatamento em áreas permitidas para uso alternativo do solo em propriedades licenciadas pelo SLAPR em relação a áreas não licenciadas pelo SLAPR (TI, UC e propriedades rurais não licenciadas).
Unidade Medida: hectare.



2) Alem do indicador do desmatamento é importante estabelecer um indicador que reflita o incremento de florestas manejadas sustentavelmente no Estado:
Indicador: Número de propriedades rurais e respectivas áreas averbadas para projetos de manejo florestal sustentável.

Relativamente ao número de focos de calor no Estado, são fornecidos pelo PROARCO os seguintes dados para o período de janeiro a junho de 2006:

Tabela 02: Focos de calor no Estado de Mato Grosso no período de janeiro a junho de 2006.

Jan. Fev. Mar. Abr. Mai. Jun. Totais
351 35 14 55 501 1.424 2380

Fonte: <http://www.ibama.gov.br/proarco/relatorio/FOCOS06.htm>

Observa-se que estes meses não constituem o período mais crítico da ocorrência de focos de calor e queimadas. O período crítico abrange o período de junho a setembro. Portanto, a análise do indicador FOCOS DE CALOR NO PERÍODO DE PROIBICAO DE QUEIMA será realizada após este período crítico.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1554 - CONSTRUCAO E ESTRUTURACAO LOGISTICA DA NOVA SEDE DA DIRETORIA DE RECURSOS FLORESTAIS DA SEMA Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CRIAR ESPACO FISICO SUFICIENTE PARA ATENDER A DEMANDA CRESCENTE DAS ATIVIDADES DA DRF/FEMA.				
Descrição da Meta Física: SEDE CONSTRUIDA E APARELHADA				
Unidade de Medida: M2				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1600	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	68.994,00	26.049,00	26.031,00	0,00	37,73	99,93
Todas	68.994,00	26.049,00	26.031,00	0,00	37,73	99,93

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
-------------------------------	-------------------------

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
Em virtude da reestruturação da SEMA e da Superintendência de Gestão Florestal para assumir as atribuições da gestão compartilhada dos recursos florestais, conforme o Termo de Cooperação Técnica DOU Nº 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente, as prioridades das ações foram direcionadas para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais (SLAPR), recuperação de áreas degradadas e implantação do licenciamento dos planos de manejo florestal, reposição florestal, cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais. Dessa forma, a construção da nova sede da SGF foi prorrogada para o ano de 2007, devido à necessidade de adequações ao seu projeto inicial para dimensionamento mais condizente à realidade atual quanto ao organograma dos diferentes setores responsáveis pelo desempenho das novas atribuições de licenciamento pela SEMA. Além disso, o valor de R\$68.994,00, orçado no PTA, foi colocado somente como um valor simbólico, para que esta ação pudesse constar no PTA2006. Caso surgisse, no decorrer do processo, recursos suficientes, a ação poderia ser executada, como não foi levantado um recurso maior, não pôde ser concretizada.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO:
-Houve anulação de: R\$ 20.994,00, com transposição para a ação 3094- ampliação e modernização da sede da SEMA, conforme processo 00507/2006; R\$ 21.000,00, com transposição para a ação 2348, conforme processo 3426/2006 e R\$ 951,00, com transposição para a ação 2348, conforme processo 3433/2006.
-O valor empenhado, teve a seguinte destinação: pagamento de: aquisição de scanner, aparelhos telefônicos, móveis para o protocolo e terminal digital, totalizando R\$18.530,00; serviços mecânicos, faturas de água da Regional Sinop e certificação inicial de auditores R\$ 7.500,88.

Ação: 1557 - HOMOLOGACAO DA BASE CARTOGRAFICA 1:100.000 DO ESTADO Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: TORNAR A BASE CARTOGRAFICA DIGITAL OFICIAL PARA SUBSIDIAR A GESTAO AMBIENTAL DO ESTADO.				
Descrição da Meta Física: BASE CARTOGRAFICA HOMOLOGADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
161	7.550,00	7.550,00	0,00	0,00	0	0
240	15.550,00	12.364,00	12.364,00	0,00	79,51	100,00
Todas	23.100,00	19.914,00	12.364,00	0,00	53,52	62,09

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
-------------------------------	-------------------------



Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 O Estado de Mato Grosso possui, como base sistemática de todo o seu território, a base cartográfica na escala 1:250.000, elaborada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MT) com metodologia de confecção de cartas digitais, orientada pelo Departamento de Cartografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do Projeto Zonamento Sócio Econômico Ecológico (ZSEE). A escala de 1:250.000 recobre o Estado com 74 folhas, e suas informações subsidiariam o planejamento regional, não atendendo com detalhamento necessário, atividades como: licenciamento ambiental; fiscalização e consolidação de Unidades de Conservação e seus planos de manejo; mapeamento da evolução do arranjo territorial com a criação de áreas legalmente protegidas e municípios, aliado ao adensamento da malha viária. Atualmente a base cartográfica utilizada pelo SLAPR na escala 1:100.000 não atende a todas as especificidades do licenciamento de propriedades rurais, tendo em vista que o sistema foi implantado em caráter piloto para realizar o licenciamento de propriedades acima de 200 ha. Atualmente, em virtude do Termo de Cooperação Técnica DOU Nº 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente, o licenciamento de propriedades rurais também é realizado em propriedade com área abaixo de 200 ha, sendo necessário realizar o ajuste da base cartográfica para atender a todas as especificidades do licenciamento das atividades florestais. Dessa forma será necessário realizar a conversão e atualização das Bases Cartográficas do Estado de Mato Grosso na escala 1:100 000, em caráter oficial, uma vez que sua elaboração seguirá metodologia adotada pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Cartografia. A elaboração das Bases Cartográficas Digitais do Estado de Mato Grosso na escala 1:100 000 perfaz um total de 355 folhas atualmente dividido da seguinte forma: 260 cartas a serem convertidas do analógico para o digital; 54 cartas a serem homologadas (convertidas pelo IBGE) e, 41 cartas a serem obtidas por imagem orbital. Todas as cartas acima citadas serão atualizadas observando-se que há cerca de 30 cartas convertidas pelo DSG, cujos números das MI precisam ser confirmados, além de existirem cartas limítrofes com outros Estados da federação ou com a Bolívia. Portanto, devem ser trabalhadas até seu limite, acrescido de 5km. Para atender a este objetivo deverá ser realizado um trabalho conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN/MT) para realizar as tarefas descritas abaixo para o PTA/2007:
 -Atualização da base 1:100.000 do Estado
 -Contratação de órgão competente (IBGE/DSG) para digitalização e vetorização de acordo com as normas vigentes do IBGE;
 -compra de imagens de satélite SPOT;
 -homologação da base cartográfica 1:100.000 do Estado;
 -confirmação dos pontos de controle para ajuste da base oficial do Estado;
 -atualização do banco de dados do licenciamento de atividades florestais na base cartográfica 1:100.000 oficial do Estado;
 -atualização do banco de dados do SLAPR na base cartográfica 1:100.000 oficial do Estado;
 -atualização do banco de dados do PMFS na base cartográfica 1:100.000 oficial do Estado;
 -atualização do banco de dados do PMFS na base cartográfica 1:100.000 oficial do Estado, e
 -atualização do banco de dados do CCSEMA na base cartográfica 1:100.000 oficial do Estado.
 Essas tarefas não foram realizadas no ano de 2006 em virtude da reestruturação da SEMA e da Superintendência de Gestão Florestal para assumir as atribuições da gestão compartilhada dos recursos florestais, conforme o Termo de Cooperação Técnica DOU Nº 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente. Dessa forma, as prioridades das ações em virtude dos recursos financeiros disponíveis, foram direcionadas para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais (SLAPR) e implantação do licenciamento dos planos de manejo florestal, reposição florestal, cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais.
INFORMAÇÕES DA SUPLAN:
 - Houve anulação orçamentária de R\$ 3.186,00, transferido para a ação 2348, processo 3439/2006.
 - O valor empenhado na ação, teve a seguinte destinação: Pagamento de diárias, R\$ 450,00; aquisição de painel de teclas adicionais, R\$ 914,00; passagens aéreas, R\$ 1.000,00; serviços de terceiros pessoa física, R\$ 1.000,00 e serviços gráficos R\$ 9.000,00.

Ação: 1558 - REVISAO DA POLITICA DE GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS		Tipo de Ação: Projeto		
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: TORNAR A LEGISLACAO SOBRE A PESCA ATUALIZADA PARA A GESTAO DA PESCA.				
Descrição da Meta Física: LEGISLACAO ATUALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	59.050,00	58.889,00	58.889,00	0,00	99,73	100,00
Todas	59.050,00	58.889,00	58.889,00	0,00	99,73	100,00

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 A revisão da política de gerenciamento dos recursos pesqueiros do estado de Mato Grosso está sendo implementada de maneira participativa, com objetivo de levar seus usuários ao entendimento das medidas elaboradas para o ordenamento do uso deste recurso. Para alcançar este objetivo realizamos oficinas de trabalho com a participação dos diferentes usuários dos recursos pesqueiros, sendo definido e publicado um decreto que disciplina a captura, a comercialização e o transporte do pescado, isca viva e do peixe ornamental, e um decreto que institui e disciplina o funcionamento do campeonato estadual de pesca. Construímos e implantamos, em parceria com a EMBRAPA / Pantanal e a Federação dos Pescadores de MT, o Sistema de Controle e Monitoramento da Pesca, SISCO/MT, abrangendo



a pesca amadora e profissional, que tem os objetivos de coletar, analisar e disponibilizar informações sobre a pesca nas três bacias hidrográficas do Estado, tais como quantidade de pescado capturado por espécie, por rio, por mês, número mensal e rendimento dos pescadores que atuaram nos diferentes rios, entre outras. Com o acúmulo de dados, será possível identificar as tendências das populações de peixes exploradas em resposta à pressão de pesca e aos fatores ambientais, assim como as tendências dos aspectos sociais e econômicos da atividade. Finalmente, os conhecimentos produzidos servirão como subsídios para o ordenamento e a gestão dos recursos pesqueiros do Estado. No primeiro semestre após a sua implantação realizamos algumas atividades visando a sua consolidação. Neste sentido, fizemos reuniões em algumas Colônias de Pescadores Profissionais com o intuito de apresentar aos pescadores profissionais e os presidentes de Colônia os objetivos e importância do Sistema além de orientar os pescadores profissionais sobre o modo como as DPIs devem ser preenchidas. Os participantes destas reuniões são membros ativos do Sistema, atuando na distribuição, preenchimento e recolhimento das Declarações de Pesca Individuais (DPIs). Este Sistema está sendo divulgado, e algumas vezes elogiado pelo número de parceiros envolvidos e o modo participativo como está sendo conduzido, em eventos dentro e fora do Estado: Feira Ambiental da Região Hidrográfica do Paraguai, Cuiabá - MT e Reunião do Grupo Temático Pesca e Turismo, Campo Grande - MS. Também foi realizado o II Seminário para Implantação do SISCO/MT - Pesca Amadora, onde discutimos, em conjunto com a SEDTUR, CPP, Embrapa Pantanal e representantes do setor turístico-pesqueiro, os moldes do Sistema para esta modalidade de pesca. Neste encontro foi implantado, em escala piloto, a primeira versão experimental que nos subsidiará na elaboração de sua versão final. Foram coletados exemplares do peixe "Matrinchá" na sub-bacia do rio Guaporé com objetivo de resolver impasse entre pescadores profissionais locais e fiscais da SEMA-MT, aqueles alegam que o tamanho mínimo de captura para o "Matrinchá" local não deveria obedecer ao determinado para o restante do Estado na Resolução do Consema nº 0009/1996, que é 40 cm, por se tratar de uma variedade diferente dentro do gênero Brycon. Tais exemplares foram encaminhados à um especialista para a devida classificação e, no momento, sua resposta para uma eventual proposta de alteração da legislação para aquela sub-bacia. A SEMA foi convidada a participar de reunião em Barão de Melgaço, em 05 de dezembro de 2006, para discutir o uso da estaca para pesca, uma vez que o uso do anzol de galho é permitido para pescadores profissionais e que há trechos de rio sem vegetação para colocação deste apetrecho. Participaram da discussão a Colônia Z 05, FEPESEC, SEMA (CFP e CFRP) e DRT. Posterior à reunião elaboramos uma minuta de resolução para normatizar o uso da estaca que foi encaminhada ao CONSEMA. Realizamos cinco reuniões na Comunidade Tarumã e três reuniões na Comunidade São Gonçalo Beira Rio com o objetivo de propor uma portaria para normatizar o uso dos trechos do rio Cuiabá utilizados por estas comunidades de pescadores profissionais, sendo elaboradas duas minutas de portaria. A SEMA, Polícia Ambiental, Colônia Z 02, COORIMBATA, FEPESEC, Ibama-MT estiveram presentes na primeira nas discussões com a Comunidade Tarumã. Já na comunidade São Gonçalo Beira Rio participaram a SEMA Polícia Ambiental, Colônia Z 01, Colônia Z 14, FEPESEC, Ibama-MT, Marinha, Cooperaria. Algumas atribuições, não previstas no PTA 2006, foram delegadas à Coordenadoria de Fauna e Recursos Pesqueiros (CFRP), para o cumprimento de tais ações foi necessário o remanejamento de recursos previstos anteriormente para outras ações. Com a transformação da CDRP em CFRP surgiu a necessidade de organizarmos um evento visando levantar dados e definir diretrizes para o ordenamento da fauna no Estado, para tanto se fez necessário o enquadramento orçamentário dessas ações na ação 1558, medida 1. Esse reequacionamento não comprometeu e execução das demais metas físicas anteriormente previstas, mostrando-se compatível com os recursos disponíveis e ainda permitindo que fosse produzido um Relatório do 1º Workshop para o ordenamento da fauna em Mato-Grosso com a definição de ações prioritárias que começaram ser implementadas em 2006.
 Dentre as ações preliminares derivadas do Workshop destacamos a criação do grupo técnico de trabalho para a Fauna (GTT-Fauna), que reúne diversas instituições e especialistas da área ambiental e tem o objetivo de implementar um banco de dados da Fauna mato-grossense. Esse banco de dados subsidiará as ações da SEMA no que diz respeito às ações de manejo e conservação das espécies animais silvestres e orientação dos processos de licenciamento ambiental para a conservação da biodiversidade no Estado. Estivemos presentes no "VII Congresso Internacional sobre Manejo de Fauna Silvestre na Amazônia e América Latina", realizado no Centro de Convenções de Ilhéus, Ilhéus-BA, de 03 a 07 de setembro de 2006, com o objetivo de conhecer as pesquisas e agregar informações sobre manejo e conservação da fauna e ictiofauna no bioma Amazônia, visando gerar subsídios técnicos para o gerenciamento da fauna e dos recursos pesqueiros no Estado de Mato Grosso. Obtivemos os resumos dos trabalhos apresentados no Congresso; participamos como ouvintes das sessões orais, palestras, simpósios e workshops; participamos dos mini-cursos "Introdução a etnozootologia" e "Medicina da Conservação aplicada ao manejo da fauna silvestre"; constatamos autoridades e outros pesquisadores relacionados ao tema e divulgamos as atividades desenvolvidas pela SEMA. Participamos da Oficina Técnica "Áreas Relevantes para a Biodiversidade no Bioma Amazônia", realizada no Centro de Eventos do Pantanal, Cuiabá-MT, de 11 a 15 de setembro de 2006, visando a atualização das áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade no bioma amazônico. Os resultados desta oficina foram a definição dos objetos e metas de conservação; elaboração do mapa de áreas relevantes para a biodiversidade, com base nas características biológicas; recomendação dos próximos passos, que envolverão análise de custos, benefícios e oportunidades, e do grau de ameaças e pressão antrópica das áreas relevantes para a biodiversidade. Participamos na 7ª Reunião do GT "Criação, Termo de Guarda e Proteção contra Maus Tratos a Animais Silvestres" do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, realizada no auditório do Ministério do Meio Ambiente, Brasília-DF, onde estavam presentes diversas organizações, nos dias 02 e 03 de agosto de 2006, com o objetivo de representar a SEMA-MT e subsidiar a elaboração de uma proposta de Resolução relativa a maus tratos de animais. Comparecemos às reuniões de trabalho na Câmara Setorial Temática da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, instalada para diagnosticar, discutir e propor ações de combate à Biopirataria no Estado, com a participação de diversas organizações (SEMA, PGE, Procuradoria Geral de Justiça, UFM, UNEMAT, UNIVAG, Unic, Unirondom, Ibama-MT, Famato, Fiemt, SEJUSP, FAPEMAT, OAB, EMPAER, FUNASA e outras). A Câmara recomendou as seguintes ações: incluir na grade curricular das universidades uma disciplina sobre o tema; visitas à Organizações não Governamentais (Ongs) para saber sobre seu funcionamento, criar um banco de dados, planilha e mapear as Ongs; realizar a fiscalização referente ao fluxo de estrangeiros nas pousadas e outros estabelecimentos voltados para o serviço de turismo e pesquisa; elaboração e confecção de uma cartilha educativa e de conscientização, para ajudar no combate aos crimes de biopirataria; cobrança das autoridades para uma maior fiscalização nos aeroportos, portos, rodovias e outros meios de transportes do Estado; subsídio à elaboração de um relatório que será enviado ao Governo Federal. Participamos da Oficina de Trabalho "Implementando o Corredor de Biodiversidade Cuiabá - São Lourenço", realizada no Parque Massairô Okamura, Cuiabá-MT, no dia 28 de novembro de 2006, promovido pela Fundação Ecológica e pela Conservação Internacional - Brasil, com o objetivo de envolver ativamente os atores locais e desenvolver a capacidade de planejamento e habilidade de implementação de ações de conservação e consolidação deste corredor através da identificação dos principais problemas e fragilidades para a conservação do Corredor de Biodiversidade Cuiabá - São Lourenço e definição de prioridades para atuação, conforme atividades já desenvolvidas pelas instituições/pesquisadores na área do Corredor. Realizamos a produção de 39 banners com imagens e informações, tais como, tamanho mínimo de captura e nomes científicos e populares dos peixes mais comercialmente explorados nas bacias do Alto Paraguai, Amazônia e Araguaia. Este material foi distribuído a todas as Diretorias Regionais da SEMA-MT e será usado para atividades de educação ambiental desenvolvidas pelo órgão.
INFORMAÇÕES DA SUPLAN: Houve anulação orçamentária de R\$ 161,00, conforme processo 3439/06, sendo o recurso transferido para a ação 2348-Licenciamento de Propriedades Rurais.



Ação: 1559 - REALIZACAO DE PESQUISAS SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS DO ESTADO. Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: SUBSIDIAR O GERENCIAMENTO CONTINUADO COM INF. S/ CONDICÕES LIMNOLÓGICAS E SOBRE OS RECURSOS PESQUEIROS.				
Descrição da Meta Física: PESQUISA REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	1	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	15.164,00	11.805,00	11.805,00	0,00	77,85	100,00
Todas	15.164,00	11.805,00	11.805,00	0,00	77,85	100,00

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO				1
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:				
Informamos que, dos gastos previstos, apenas 77% do valor total foi efetivamente disponibilizado para esta ação. Esse valor foi empregado na aquisição de materiais de consumo, diárias, passagens e num curso de capacitação para o técnico responsável pela pesquisa. Todos os usos foram direcionados, única e exclusivamente, à realização da pesquisa que proporcionou o acúmulo de dados para o ordenamento do 3º Campeonato de Pesca Estadual de Mato Grosso. Ressaltamos ainda que outras atividades previstas no Plano Anual de Trabalho de 2006 e que teriam grande importância para o alcance do objetivo, não foram executadas por indisponibilidade financeira, ficando os resultados e o produto esperado comprometidos.				
INFORMAÇÕES DA SUPLAN: Houve anulação orçamentária de R\$ 3.359,00, sendo: 3.195,00, conforme processo 3426/06, e 164,00, conforme processo 3439/06, sendo os recursos transferidos para a ação 2348.				

Ação: 1560 - GERENCIAMENTO DOS RECURSOS PESQUEIROS DA BACIA DO ALTO PARAGUAI (PROGRAMA PANTANAL). Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: ORDENAR O SETOR PESQUEIRO NA BACIA DO ALTO PARAGUAI.				
Descrição da Meta Física: BACIA GERENCIADA.				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	0	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
174	9.400,00	9.400,00	605,00	0,00	6,44	6,44
240	2.200,00	1.995,00	1.995,00	0,00	90,68	100,00
Todas	11.600,00	11.395,00	2.600,00	0,00	22,41	22,82

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física
Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:				
O Programa Pantanal encontra-se em negociação para sua reativação, por isso as tarefas previstas para serem executadas nesta ação não foram realizadas. Ressaltamos que esta programação orçamentária é de grande importância para garantir a sustentabilidade dos recursos pesqueiros do Pantanal, tendo em vista que as informações geradas por esta ação subsidiarão os tomadores de decisão a implementarem medidas que venham a promover o uso sustentável da ictiofauna do Pantanal. Informamos, ainda, que esta atividade detém um potencial para geração de emprego e renda advindas da pesca profissional e amadora, criando novas alternativas para o desenvolvimento, crescimento e melhoria da qualidade de vida da população desta região.				
Para subsidiar as ações de mapeamento e monitoramento de ninhas, previstas para 2007, realizamos visitas para reconhecimento dos sítios de reprodução de aves aquáticas (ninhas) no Pantanal de Barão de Melgaço, visando delimitar a área de proibição de captura de iscas vivas e apoiar as ações de fiscalização da SEMA. Realizamos duas viagens de campo com o apoio da equipe de fiscalização da SEMA e da Colônia de Pescadores da região (Colônia Z-5), com os seguintes resultados: mapeamento dos ninhas do rio Tucum e Porto da Fazenda; mapeamento dos dormitórios da baía de Siá Mariana; orientação dos pescadores sobre a área de proibição da captura de iscas vivas no entorno do ninhal; delimitação da área dos ninhas e definição dos pontos de instalação de futuras placas de sinalização.				
INFORMAÇÕES DA SUPLAN: Houve anulação orçamentária de R\$ 205,00, transferido para a ação 2348, processo 3439/06.				



Ação: 2348 - LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: CONTROLAR O USO DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL, DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE.				
Descrição da Meta Física: ÁREAS LICENCIADAS				
Unidade de Medida: HA				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1500	150	1028821.55	68.588,10	685.881,03

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	1.821.242,00	3.229.368,00	2.917.813,00	0,00	160,21	90,35
Todas	1.821.242,00	3.229.368,00	2.917.813,00	0,00	160,21	90,35

Região de Planejamento				Qtd. Meta Física
0700 - SUDOESTE				43312.62
0800 - OESTE				57361.33
0900 - CENTRO OESTE				107214.72
1000 - CENTRO				9240.13
1100 - NOROESTE II				124218.89
1200 - CENTRO NORTE				212174.42
0100 - NOROESTE				205033.28
0200 - NORTE				142981.17
0300 - NORDESTE				15184.28
0400 - LESTE				46446.55
0500 - SUDESTE				40394.02
0600 - SUL				25260.14

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Em 2005 com a criação da SEMA e a assinatura do Termo de Cooperação Técnica DOU nº 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente, o Estado passou a licenciar planos de manejo florestal sustentável, reposição florestal através de florestas plantadas e controle do cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais. Portanto, somente em 2006 através do processo de revisão do PPA foi possível inserir ações específicas referentes a estes tópicos no Programa 0181 - Gestão de Recursos da Fauna e Fauna, porém, com início previsto para 2007. Dessa forma durante o exercício de 2006 os recursos disponibilizados para a ação 2348 - Licenciamento de Propriedades Rurais não foram aplicados somente na execução do SLAPR, pois, foram canalizadas parcelas de recursos para atender a execução das atividades de licenciamento florestal: planos de manejo florestal sustentável, reposição florestal através de florestas plantadas e cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais. Todas estas atividades têm como requisito básico o licenciamento de propriedades rurais através da expedição da LAU.

Em virtude da reestruturação da SEMA e da Superintendência de Gestão Florestal-SGF para assumir as atribuições da gestão compartilhada dos recursos florestais conforme o Termo de Cooperação Técnica DOU nº 174 9/10/2005, celebrado entre o Governo de Mato Grosso e o Ministério do Meio Ambiente, as prioridades das atividades a serem desenvolvidas foram direcionadas para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais (SLAPR) concomitante com a implementação do licenciamento das atividades florestais através da SGF-SEMA com a seguinte estrutura administrativa:

COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS: responsável diretamente pelo licenciamento de propriedades rurais (SLAPR) e expedição de Licenciamento Ambiental Único - LAU das propriedades rurais de forma que sejam respeitados os percentuais de reserva legal, áreas de preservação permanente e uso alternativo do solo.

COORDENADORIA DE RECURSOS FLORESTAIS: responsável pelo licenciamento de planos de manejo florestal e reposição florestal.

COORDENADORIA DE CRÉDITOS DE RECURSOS FLORESTAIS: esta coordenadoria foi desmembrada da Coordenadoria de Recursos Florestais e é responsável pelo cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais.

COORDENADORIA DE GEOPROCESSAMENTO: tem como finalidade dar suporte logístico-operacional e gerenciar os trabalhos referentes à utilização do Sistema de Informações Geográficas, as técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto para as diversas Coordenadorias e Gerências da SGF, bem como para outras unidades da SEMA e outras entidades públicas.

Conjuntamente estas quatro coordenadorias constituem os setores administrativos responsáveis pela realização do licenciamento dos recursos florestais do Estado. O licenciamento das propriedades rurais e atividades florestais realiza-se em consonância com o Código Florestal, as legislações federais e estaduais e com a base técnico-científica florestal. Estes estudos são substanciados na forma de projetos de exploração florestal, planos de manejo florestal sustentável, projetos de reflorestamento e reposição florestal, recuperação de áreas degradadas, cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais entre outras atividades relacionadas com o setor rural e florestal. Portanto, cabe à Superintendência de Gestão Florestal a incumbência de fornecer os roteiros mínimos das atividades a serem licenciadas em consonância com os padrões estabelecidos pela legislação e pelos indicadores técnico-científicos, bem como, realizar a análise técnica e legal dos processos de licenciamento.

O desempenho destas atribuições necessita de procedimentos de análise em escritório relativamente às peças técnicas e jurídicas do processo, e, em campo através das vistorias técnicas com o objetivo de verificar a obediência aos padrões de controle e qualidade ambiental estabelecidos pela legislação. Relativamente aos trabalhos de campo as vistorias técnicas realizadas para o licenciamento possuem a propriedade de linha de partida (baseline) para fixação de desempenho futuro desejado segundo padrões e indicadores



ambientais pré-estabelecidos (responsabilização ex ante). Ou seja, possuem um enfoque diferenciado das ações de fiscalização em campo, as quais constituem instrumento fiscalizador de desempenho ambiental legal já realizado (responsabilização ex post). Também é importante observar que a análise técnica realizada em escritório não pode ser subentendida como uma mera análise burocrática do processo de licenciamento, pois constitui o instrumento para identificar e conhecer o processo de mudança de forma que seja possível modificar a ação durante a sua implementação se não estiver em conformidade com os indicadores pré-estabelecidos. Neste caso se forem constatadas irregularidades cabe ao vistoriador realizar advertências e a condução de medidas corretoras para permissão da continuidade de determinado empreendimento, tendo por base a análise técnica do estudo ambiental em escritório. O desempenho destas atribuições requer recursos financeiros para diárias, combustível, seguros de viagem para os servidores e outras despesas de viagem; equipamentos para realizar os trabalhos de campo tais como GPS, máquinas digitais, notebooks, telefone, veículos, trenas, hipsômetros; infra-estrutura e mobília adequada aos trabalhos de escritório, laboratório de sensoriamento e geoprocessamento e tecnologia da informação.

O licenciamento de propriedades rurais e expedição da Licença Ambiental única - LAU realizado pelo SLAPR é pré-condição para a efetivação das demais atividades de licenciamento (projetos de exploração florestal, planos de manejo florestal sustentável, reposição florestal, recuperação de áreas degradadas e cadastro de consumidores florestais e expedição de guias florestais). Ou seja, a agilidade na análise dos processos para expedição de LAUs é de vital importância para a continuidade do licenciamento de todas as atividades florestais. Entretanto, apesar de todos os esforços envidados para assumir o repasse de atribuições do Termo de Cooperação Técnica, a SGF tem enfrentado as seguintes dificuldades para a continuidade do licenciamento de propriedades rurais e demais atividades florestais:

- 1) Quadro de servidores insuficiente para atender a demanda administrativa das atribuições da SGF;
- 2) Estrutura física inadequada para abrigar os funcionários e para a realização das atividades de licenciamento. O prédio onde estão instalados os escritórios das diversas divisões da SGF foi projetado para funcionar como almoxarifado e constitui um ambiente insalubre devido às instalações inadequadas. Embora tenha sido realizadas algumas reformas, planeja-se sanar este problema com a construção de um prédio anexo ao atual da SGF em 2007 conforme descrito na ação 1554;
- 3) Grande fluxo de análise dos processos de licenciamento, cujo sistema de protocolo e de pendências estão foram aperfeiçoados em 2006, porém, os roteiros e a logística de licenciamento ainda precisam de aperfeiçoamento em virtude de parâmetros técnicos e jurídicos;
- 4) Insuficiência de recursos financeiros para realização das vistorias técnicas dos processos a serem licenciados para as seguintes despesas: (1) diárias, combustível e outras despesas de viagem; (2) equipamentos para realizar os trabalhos de campo: GPS, máquinas digitais, notebooks, telefone, veículos, trenas, hipsômetros, (3) Necessidade de treinamentos para georreferenciamento de imóveis rurais, (4) Necessidade de seguros de viagem para os servidores, (5) necessidade do adicional de insalubridade a ser pago nos salários dos servidores,
- 5) Insuficiência de recursos financeiros para as seguintes aquisições: (1) mesas e cadeiras, computadores e periféricos com alto desempenho (uma vez que a maioria dos equipamentos utilizados pelos técnicos são da empresa Tecnomaps); (2) imagens de satélite atuais e com resolução espacial melhor do que LANDSAT para proporcionar uma análise cartográfica rápida e precisa dos processos de Licenciamento Ambiental e Plano de Manejo; (3) Licenças de Softwares atuais de Geoprocessamento (ArcGis, AutoCad, GeoMedia, MicroEstation), Sensoriamento Remoto (Erdas Imagine) e Banco de Dados Oracle; (4) Treinamento que permita reciclar os conhecimentos em virtude da constante evolução da tecnologias disponíveis sobre os recursos de softwares, equipamentos e ferramentas de geotecnologias, sistemas de informação geográfica e sensoriamento remoto, bem como treinamentos específicos para a análise de planos de manejo, LAUs e reposição florestal.
- 6) Necessidade do ajuste da base cartográfica na escala 1:100:000 ou em escala superior para atender com precisão o licenciamento de propriedades rurais e das atividades florestais.

Apesar das dificuldades encontradas os resultados obtidos para o licenciamento de propriedades rurais são exposto no campo referente à meta física da ação. Foi planejado, como meta para 2006, o licenciamento propriedades rurais em uma área de 1.500.000 ha. Apesar das dificuldades listadas acima, foram licenciados 375 processos durante o ano de 2006, o que perfaz um total de 1.028.821,55 ha, valor abaixo da meta a ser atingida para o período considerado. Tal fato, porém, não representa uma ineficiência na aplicação dos recursos financeiros e na avaliação técnica da ação quanto à contribuição desta ação aos objetivos do Programa 0181- Gestão de Recursos da Fauna e Flora. Conforme relatado no presente documento, a SGF-SEMA deu continuidade ao SLAPR conjuntamente com o desempenho das novas atribuições de licenciamento florestal. Relativamente ao licenciamento de atividades florestais vinculadas ao Termo de Cooperação Técnica os resultados apresentados nas tabelas 01, 02 demonstram o produto dos esforços investidos pela SEMA para assumir as novas atribuições para gestão dos recursos florestais do Estado:

Tabela 01: Relatório geral do licenciamento de planos de manejo florestal sustentável realizados pela SEMA no ano 2006:

FASE DO LICENCIAMENTO TOTAL

1. Nº total de Projetos Protocolados 381,00
 2. Nº total de projetos protocolados (Processos analisados) 204,00
 3. Nº total de documentos emitidos (AUTEX 30% e AUTEX 70% ou 100%) 199,00
 4. Nº total de POA1-2006 concluídos e autorizados 100% e 70% 150,00
 5. Nº total de POA-2006 com AUTEX 30% emitidas 49,00
 6. Área total de PMFS solicitada 752.591,18
 7. Área total de POA 2006 solicitada e analisada..... 256.020,13
 8. Área total autorizada nos POAs 2006 aprovados..... 94.074,18
 9. Volume de madeira em tora autorizado nos POAs 2006 aprovados 2.760.146,29
- 1 POA: Plano Operativo Anual, peça técnica do Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS onde constam as informações técnicas sobre a área a ser explorada anualmente.

Tabela 02: Licenciamento de florestas plantadas realizado pela SEMA no ano 2006:

FASES DO LICENCIAMENTO TOTAL

1. Nº total de Projetos Protocolados 64
2. Área total de florestas plantada licenciada (Levantamento Circunstanciado) 12.653,01 ha

O licenciamento dos planos de manejo florestal sustentável e a reposição florestal são regulamentados em Mato Grosso através da Lei 233 de 21/12/2005 e pelo Decreto 6958 de 29/12/2005. De acordo com a legislação os planos manejo florestal sustentável - PMFS de uso múltiplo visa a administração da floresta para a obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, respeitando-se os mecanismos de sustentabilidade do ecossistema objeto do manejo, e considerando-se, cumulativa ou alternativamente, a utilização de



múltiplos produtos e subprodutos madeireiros e não madeireiros, bem como a utilização de outros bens e serviços de natureza florestal. A reposição florestal é obrigatória nos desmatamentos em área de vegetação natural e poderá ser efetuada pelo consumidor de matéria-prima florestal oriunda de desmatamento; pelo detentor da autorização de desmatamento, caso não seja dada destinação para consumo da matéria – prima florestal extraída; ou pelo proprietário ou possuidor da área desmatada sem autorização. Observa-se pelos dados da tabela 01 que durante o ano de 2006 foram protocolados 381 PMFS que perfaz o total de 752.591,18 ha. Na tabela 02 observa-se que foram protocolados 64 processos para levantamento circunstanciado de florestas plantadas que perfaz 12.653,01 ha. Estes percentuais são relativamente baixos em relação à área total do Estado, porém, a gestão dos recursos florestais começou a ser implantada em 2006. Planeja-se aumentar este percentual de forma a garantir o uso sustentável dos recursos florestais e redução dos índices de desmatamento. Dessa forma planeja-se para 2007 o fortalecimento das ações iniciadas em 2006 de forma a garantir o desenvolvimento econômico de Mato Grosso em bases sustentáveis quanto à capacidade suporte do uso dos recursos naturais e atendimento a demanda de matéria-prima para as indústrias de base florestal. No PTA/2007 as atividades referentes ao licenciamento de planos de manejo florestal sustentável e florestas plantadas serão desenvolvidas através da implementação da ação 2947: Licenciamento de Projetos de Manejo Florestal Sustentável. Entretanto, conforme já relatado estas atividades começaram a ser realizadas em 2006. Ao assumir estas atribuições e realizar o ordenamento do uso dos recursos florestais no Estado a direção da SEMA espera reduzir a exploração predatória e degradação ecológica dos recursos naturais, principalmente pela redução das taxas de desmatamento e fomento às atividades de manejo e reposição florestal.

Também merece destaque o Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais (CC-Sema) criado de forma pioneira pela Sema, o qual tem sido visto como projeto-piloto pelo ministério de Meio Ambiente, pois, Mato Grosso está sendo utilizado como modelo para implantar a Guia Florestal, documento que substitui a ATPF (Autorização para transporte de produtos florestais). Qualquer empresa que dependa da atividade madeireira deve ser cadastrada no CC-Sema e cumprir uma série de requisitos legais para obter autorização de funcionamento. Desde 3 de janeiro de 2006, data que a Sema assumiu a Gestão Florestal em Mato Grosso todas as empresas que utilizam produtos florestais devem realizar o seu cadastro no CC-Sema. Tal requerimento abrange desde padarias e pizzarias até empresas que realizam o beneficiamento da madeira. Para desempenhar tais atividades com segurança foi implementado um rigoroso sistema de vigilância eletrônica sobre a comercialização de madeira no Estado. Trata-se do Sistema de Cadastro, Comercialização e Transporte de Produtos Florestais – SISFLORA, sistema que permite acompanhar todo o processo de produção, desde a retirada da madeira na floresta até o seu destino final com a matéria prima já beneficiada. O sistema funciona com a inserção de créditos e as guias são retiradas pelo próprio empreendedor, desde que tenha saldo em sua conta corrente. O controle automatizado favorece também a fiscalização. Nos postos fiscais a Guia Florestal é conferida através de leitura ótica feita pelo computador o que permite obter todo o histórico da madeira transportada desde sua extração na floresta até a entrega do produto já beneficiado no seu destino final. Mato Grosso, portanto, é o primeiro Estado brasileiro a implantar um sistema eletrônico de gestão florestal e a política criada especificamente para o setor é referência nacional. Relativamente ao PPA, também foi criada uma ação específica no PTA – 2007 para acompanhar o desenvolvimento da atividade Cadastro de Consumidores de Produtos Florestais através da Ação 2946: Cadastro de empreendedor de produtos ambientais.

Além das atividades rotineiras do licenciamento também merecem destaque a formação a criação do Programa de Transparência Florestal, do Fundo de Desenvolvimento Florestal de Mato Grosso (MT Floresta) e da câmara técnica de gestão florestal. O Programa de Transparência Florestal e a criação de um Comitê envolvendo o setor empresarial e entidades ambientalistas permitirão acompanhar a execução da gestão florestal, além de disponibilizar no site da SEMA as imagens e informações sobre desmatamentos e planos de manejo florestal sustentável licenciados.

O Fundo de Desenvolvimento Florestal de Mato Grosso (MT Floresta) instituído por meio da Lei Complementar 233, de 21 de dezembro de 2005, tem a finalidade de apoiar as atividades de florestamento, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente, manejo florestal sustentável, pesquisa florestal, assistência técnica, extensão florestal, monitoramento e controle e da reposição florestal obrigatória. Entre os objetivos do Fundo está o de assegurar ao Estado a oferta de matéria-prima para a indústria madeireira, para os utilizadores de matéria-prima florestal energética e para os demais consumidores, de forma sustentada e permanente. Dessa forma, a aplicação de recursos do fundo deverá estimular a produção de madeira, lenha e produtos não madeireiros e evitar a supressão de áreas florestais nativas. Porém, para garantir tal objetivo faz-se necessário o aperfeiçoamento constante das atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento dos recursos naturais através dos setores competentes da SEMA.

A câmara técnica compõe-se por representantes de entidades públicas, da sociedade organizada e do setor produtivo e foi instituída para aperfeiçoar o sistema eletrônico que controla a comercialização e transporte de madeira em Mato Grosso e para discutir assunto técnico pertinentes ao licenciamento e à gestão florestal no Estado. Esta é uma das medidas adotadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), como parte do acordo feito com representantes do setor madeireiro para dar celeridade ao atendimento aos empreendedores e buscar a regularização das empresas que atuam neste ramo. Fazem parte da câmara técnica representantes da Fiemt, Secretaria de Desenvolvimento Rural (Seder), UFMT, Unemat, Secretaria de Indústria, comércio e Mineração (Sicm), Associação dos Engenheiros Florestais (Amef) e Associação das Empresas Reflorestadoras (Arefloresta).

Em virtude deste relato sobre a evolução do processo de descentralização do licenciamento de atividades florestais da esfera federal para a estadual, verifica-se que embora não tenha sido atingido o percentual máximo para a meta do licenciamento de propriedades rurais, a execução das atividades de licenciamento para florestamento, reflorestamento, recuperação de áreas degradadas e de preservação permanente, manejo florestal sustentável, monitoramento e controle e da reposição florestal obrigatória, compensam e até superam o planejamento das metas para atingir o indicador do Programa 0181- Gestão de Recursos da Fauna e Fauna que consiste na redução de desmatamentos no Estado. Efetivamente o licenciamento ambiental das atividades florestais contribui de maneira relevante para atingir o objetivo estratégico do Programa 0181, pois, o ordenamento do uso dos recursos florestais favorece o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental no Estado de Mato Grosso para um público alvo composto por população rural, populações tradicionais, indústrias de beneficiamento e consumo de matéria prima florestal, recursos pesqueiros, turistas e transformação da madeira. Portanto, a despeito de não ter sido atingido percentual máximo de execução da meta planejada, a SGF-SEMA tem cumprido rigorosamente o seu papel institucional de gestão florestal no Estado conforme pode ser comprovado pelos dados do licenciamento florestal. Porém, conforme relatado neste documento este desempenho não pode ser mais eficiente em virtude das dificuldades referentes insuficiência de recursos financeiros para custeio de equipamentos, vistorias técnicas, construção da nova sede da SGF e recursos humanos. Planeja-se o saneamento destes problemas através da execução do PTA-2007 de forma que todas as metas e indicadores possam atingir o seu percentual máximo.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO:

- Houve anulação orçamentária de R\$ 23.000,00 neste projeto, visando atender insuficiência orçamentária no programa administrativo da SEMA (0036), processo 00863/2006,
- Suplementação orçamentária de R\$ 1.431.126,00, conforme a seguir:
- * R\$67.589,00, processo 3446/2006, ações/valores anulados:2349=4.210,00; 2353=700,00; 2513=600,00; 2811=60.777,00 e 2352=1.302,00
- *R\$127.241,00, processo 3426/2006, reduções nas ações:1554=21.000,00;1559=3.195,00;1563=2.480,00; 2048=14.235,00;



2334=6.729;2335=12.006,00;2337=10.102,00 e 2349=57.494,00
 *R\$ 43.343,00, processo 3439/2006, reduções nas ações:1557=3.186,00;1558=161,00;1559=164,00;1560=205,00
 ;1562=132,00;1563=64,00;1565=410,00;1570=937,00;1573=445,00;2048=1.477,00;2333=589,00;2334=429,00;
 2338=340,00;2339=614,00;2341=748,00;2344=325,00 e 2346=33.117,00
 *R\$ 7.983,00, processo 3455/06, reduções nas ações: 3091=1.683,00 e 3507=6.300,00
 *R\$ 200.000,00, processo 3429/06, reduções nas ações:2350=82.826,00;2352=19.390,00;2354=7.275,00;
 2357=3.696,00;2358=29.575,00;2513=16.500,00; 2653=2.750,00;2811=5.754,00 e 3091=32.234,00
 *R\$ 309.566,00, processo 3433/06, reduções nas ações:1528=1.267,00;1529=548,00;1530=630,00;1531=159,00;
 1540=3.754,00;1550=600,00;1554= 951,00; 1561=2.000,00;2005=170.401,00;2006=100.000,00; 2358=4.595,00; 3091=21.261,00
 E 3672 =3.400,00
 *R\$675.404,00,processo 3145/06, reduções nas ações:2350=69.969,00;2354=28,00;2356=8.040,00;2357=79,00
 ;2358=9.759,00;2006=8.480,00;2457=26.445,00;2459=24.745,00;3070=4.600,00;3091=353.067,00;3094=
 169.987,00 e 3672=205,00.

Ação: 2349 - FISCALIZACAO DE DESMATAMENTO Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: COIBIR O DESMATAMENTO ILEGAL.				
Descrição da Meta Física: OPERACAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Fisica Prevista LOA 2006	Meta Fisica Prevista Após Créditos	Meta Fisica da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Fisica prevista	% Realizado em Relação a Meta Fisica após créditos
100	10	243	243,00	2.430,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	0,00	771.981,00	631.727,00	0,00	0	81,83
161	191.640,00	3.232.221,00	2.006.147,00	0,00	1.046,83	62,07
240	470.835,00	409.131,00	400.772,00	0,00	85,12	97,96
247	0,00	587.366,00	530.916,00	0,00	0	90,39
Todas	662.475,00	5.000.699,00	3.569.562,00	0,00	538,82	71,38

Região de Planejamento	Qtd. Meta Fisica
0500 - SUDESTE	5
0600 - SUL	186
0700 - SUDOESTE	3
0800 - OESTE	0
0900 - CENTRO OESTE	3
0200 - NORTE	19
0400 - LESTE	6
0300 - NORDESTE	0
1000 - CENTRO	0
1100 - NOROESTE II	1
0100 - NOROESTE	11
1200 - CENTRO NORTE	9

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Visando coibir o desmatamento ilegal no Estado, a Coordenadoria de Fiscalização de Floresta (CFF) atuou em diversas frentes como: vistoria de desmatamentos "in loco", autuações por carta imagem (ambos através do sistema compartilhado de fiscalização florestal), fiscalização de transporte de madeira e fiscalização para controle de estoque de madeiras. Com estas frentes de ação pretendeu-se fiscalizar todo o setor madeireiro, desde o desmatamento em si até o transporte da madeira para o seu consumidor final, de forma a inibir ações ilegais que causem danos ao meio ambiente.
 O objetivo do sistema compartilhado de fiscalização florestal é identificar as áreas ilegalmente desmatadas obtendo a localização e a quantificação através de sistemas de informação geográfica e imagens de satélite, orientando as fiscalizações de campo, organizando e acompanhando os desdobramentos advindos desta ação.
 Essas informações são plotadas em cartas imagem que são levadas para campo através das quais se permite um melhor acompanhamento e a aferição sistemática da remoção da vegetação. Foram realizadas 45 operações para fiscalização "in loco" totalizando R\$37.035.685,80 de multas aplicadas. Dentre as cidades fiscalizadas estão: São José do Rio Claro, Sinop, Guarantã do Norte, Aripuanã, Juína, Juruena, Colniza, Rondolândia, Alta Floresta, Nova Monte Verde, Carlinda, Nova Bandeirantes, Querência, Feliz Natal, Cláudia, Vera, Marcelândia, Apicacés, Cáceres, Pontes e Lacerda, Nobres, Rosário Oeste, Chapada dos Guimarães, Barão do Melgaço, Poconé, Santo Antônio do Leverger, Juara e Paranaita atingindo assim as principais regiões de ocorrência de desmatamento, concentrando as ações principalmente no chamado arco do desmatamento (26 operações realizadas), o qual engloba as regiões Norte, Noroeste, Noroeste II e Centro Norte.
 Além da fiscalização "in loco", as cartas imagens geradas são utilizadas para a lavratura de Autos de Infração relativos à áreas de Reserva Legal degradadas em propriedades licenciadas, nos anos de 2002, 2003, 2004 e 2005 através da dinâmica de desmatamento abrangendo o estado como um todo. Foram lavrados a partir desta dinâmica de desmatamento 461 autos de infração sendo aplicados



R\$133.814.960,23 em multas no período de janeiro a julho de 2006. Durante este período foram realizadas vistorias visando a adesão de madeiras ao Pró- Regularização, totalizando 26 madeiras vistoriadas e 23.121,485 m³ de madeira apreendidos. Seriam aplicados R\$3.520.464,12 de multa, entretanto este programa foi suspenso por recomendação do Ministério Público Estadual.
 Em outra frente de ação é realizada a fiscalização do transporte de madeira nas cidades de Cuiabá, Várzea Grande, Jangada e Diamantina (Posto Gil). Para realizar a fiscalização de transporte de madeira é necessário o deslocamento dos técnicos até os postos de fiscalização onde os caminhões serão apreendidos (Posto Fiscal do Indea do Distrito Industrial, Posto fiscal Flávio Gomes, Posto fiscal da polícia Rodoviária Federal no Trevo do Lagarto, Posto Fiscal de Jangada e Posto Gil) para a verificação da ocorrência e posterior acompanhamento dos caminhões até o Barracão SEMA/SEFAZ ou à Delegacia especializada do meio ambiente, ambos localizados no Distrito Industrial de Cuiabá. Após o encaminhamento do caminhão são lavrados os autos e feito o relatório. Neste período foram apreendidos 160 caminhões transportando madeira de forma irregular, carregados de 2.224,21 m³ de madeira, sendo gerados R\$1.112.108,32 de multa.

Durante o primeiro semestre de 2006 esta Coordenadoria (CFF) aplicou um total de R\$171.962.754,30 em multas e apreendeu 25.345,695 m³ de madeira.
 Vale ressaltar que algumas operações foram realizadas nas cidades de Peixoto de Azevedo e Vila Rica, e a fonte utilizada foi a do PPG7, assim como a operação Pica Pau realizada no município de Colniza, Juruena e Aripuanã e vistorias nas 47 madeiras suspensas pelo CC-SEMA não sendo necessário utilizar a fonte 240.

As operações tiveram um impacto positivo sobre a sociedade, o que é demonstrado pela redução do desmatamento no estado, entretanto ainda não foram suficientes para combater de forma realmente efetiva o desmatamento ilegal e suas ramificações no estado. Isto se deve principalmente ao reduzido número de técnicos desta coordenadoria, o que dificulta a atuação em todo o estado de forma mais ostensiva, existindo ainda regiões onde crimes contra a natureza continuam ocorrendo livremente. Além disso, outros fatores também contribuíram para este fato como a dificuldade de se obter carros para a realização de viagens, falta de equipamentos, distância das cidades-alvo e dificuldade de acesso devido às más condições das estradas.

O valor previsto para as ações de fiscalização no período de janeiro à junho de 2006, supriu as necessidades da CFF, porém as futuras operações terão necessidade de contratação de mais técnicos ambientais para que sejam cumpridas todas as metas estabelecidas. O apoio da Superintendência de Ações Descentralizadas, da Polícia Militar Ambiental, do INDEA, da SEFAZ e da Polícia Rodoviária Federal foram fatores de suma importância que subsidiaram as ações da CFF no sentido de preservar a vegetação e fazer cumprir a Legislação Ambiental em vigor.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO:
 - houve suplementação orçamentária de R\$ 4.486.512,00, sendo: R\$ 858.565,00, através de anulação na ação 1534, em face da urgência na apresentação de contrapartida para o convênio com o PPG7, processo 00645/2006; R\$ 2.497.852,00, conforme convênio MMA/SDS/SPRN, NR. 2005CV00018/SDS e processo 0212/2006; R\$ 542.729,00, para atender convênio MMA/SDS/SPRN NR. 2005CV00018/SDS/ PPG7, conforme processo 0651/2006; R\$ 45.866,00, conforme processo 3648/2006, face excesso de arrecadação; R\$ 25.110,00, transferido da ação 2352, processo 3507/2006; R\$ 331.390,00, processo 2987/2006, face excesso de arrecadação e R\$ 185.000,00, processo 1941/2006, face excesso de arrecadação.
 - houve anulação orçamentária de R\$ 148.288,00 sendo: R\$ 57.494,00 transferido para a ação 2348, processo 0342; R\$ 86.584,00 transferido para a ação 2007, processo 3424/2006 e R\$ 4.210,00 transferido para a ação 2348, processo 3446/2006.

No período compreendido entre julho a dezembro/06, a Coordenadoria de Fiscalização de Floresta (CFF) continuou seu intenso trabalho fiscalizador, coibindo o desmatamento ilegal no Estado de Mato Grosso, e realizando trabalho de fiscalização no transporte de madeira no controle de estoque deste produto.

No mencionado período, foram expedidos 533 Autos de Inspeção, tendo sido emitidos 562 Autos de Infração, 36 Autos de Embargos, 121 Autos de Notificação, 08 apreensões de objetos diversos e 198 apreensões de veículos. No segundo semestre de 2006, esta Coordenadoria (CFF) aplicou um total de R\$63.172.648,44 em multas. Foram realizadas atividades em diversos municípios do estado, tais como, Juara, Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Alta Floresta, Nova Monte Verde, Carlinda, Paranaita, Nova Maringá, Sinop, Brasnorte, Campo Novo dos Parecis, Juína, Thapura, Colniza, Rosário, Barão de Melgaço, Poconé, Matupá, Nova Guarita, Peixoto de Azevedo, Marcelândia, Nova Santa Helena, Acorizal, Canarãna, Querência, São Félix do Araguaia, Feliz Natal, Vera, Marcelândia, Nova Uiratã, Aripuanã, União do Sul, Cláudia, bem como nas regiões circunvizinhas destes municípios e baixada Cuiabana. Além disso, também foram realizados trabalhos em parques e estações ecológicas.

A realização deste trabalho foi possibilitada através de um trabalho conjunto entre a SUAD, a SUDEC, a CUCO, o INDEA, a Polícia Militar Ambiental, a SEFAZ, e a Polícia Rodoviária Federal, que despenderam esforços para a consecução dos objetivos buscados por toda a sociedade, no que concerne ao meio ambiente. Outro fator a ser destacado, que contribuiu significativamente para a obtenção dos mencionados resultados positivos, foi a utilização de mecanismos tecnológicos, notadamente o Sistema Compartilhado de Fiscalização Florestal (SISFLORA), que identifica as áreas ilegalmente desmatadas, possibilitando a obtenção da localização e a quantificação da área prejudicada.

Não é despidendo salientar sobre a possibilidade de melhoria deste trabalho, por meio da contratação de mais técnicos ambientais, tendo em vista o enorme território do Estado de Mato Grosso. Além disso, outro fator que dificulta a atuação da CFF é a falta de equipamentos apropriados suficientes, tais como, máquina fotográfica digital, GPS, dentre outros, sem prejuízo da deficiente malha rodoviária, que por não raras vezes impossibilita o acesso a determinadas localidades. Conclui-se, outrossim, que a disponibilização de mais recursos, sem sombra de dúvidas, também seria um fator potencializador das atividades da CFF.

Em breve síntese, estas foram as atividades realizadas pela CFF no período compreendido entre julho a dezembro/06. Ressalta-se que, apesar das mencionadas deficiências, esta coordenadoria continuará dependendo esforços para alcançar os objetivos visados pelo Estado de Mato Grosso.

Ação: 2350 - FISCALIZACAO DE FOCOS DE CALOR ILEGAIS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: REDUZIR AS QUEIMADAS ILEGAIS.				
Descrição da Meta Física: OPERACAO REALIZADA				
Unidade de Medida: UN				
Meta Fisica Prevista LOA 2006	Meta Fisica Prevista Após Créditos	Meta Fisica da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Fisica prevista	% Realizado em Relação a Meta Fisica após créditos
3	0	8	266,67	



Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	910.000,00	548.005,00	547.806,00	0,00	60,20	99,96
Todas	910.000,00	548.005,00	547.806,00	0,00	60,20	99,96

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	1
0200 - NORTE	1
1200 - CENTRO NORTE	1
0300 - NORDESTE	1
0700 - SUDOESTE	2
0400 - LESTE	2

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Foram realizadas 07 operações, nas regiões: Noroeste, Norte, Leste e Centro-Norte, sendo fiscalizadas as seguintes cidades: Sinop, Marcelândia, Querência, Feliz Natal, Juína, Aripuanã, Colniza, Guarantã do Norte, São Felix do Araguaia e Cáceres. Porém convém frisar a época de maior incidência de queimadas (de julho a setembro, devido ao clima seco) bem como os períodos proibitivos de queimadas (15 de julho a 15 de setembro) concentram-se no segundo, sendo portanto este período em que é dedicada maior atenção a fiscalização das queimadas.

A dotação orçamentária para o primeiro semestre de 2006 mostrou-se suficiente para esta operação no período de janeiro a junho, entretanto para o segundo semestre (julho a dezembro), quando são necessárias mais operações para se ter uma fiscalização mais efetiva estas serão insuficientes. São necessários também um maior investimento no corpo técnico (especialmente a contratação e capacitação de técnicos qualificados) para que as metas estabelecidas possam ser cumpridas.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO: houve anulação orçamentária de R\$361.995,00 sendo: R\$ 209.200,00, com transposição para as ações 2005, 2006 e 2007, a fim de atender necessidades administrativas da SEMA (atender despesas serviços de divisórias e material de consumo), conforme processo 00863/2006; R\$ 82.826,00, transferido para a ação 2348, processo 3429/2006 e R\$ 69.969,00 para a ação 2348, processo 3145/2006.

No segundo semestre no mês de outubro de 2006 foi feita uma operação de fiscalização de focos de calor no município de Querência através dos dados/pontos emitidos pela Defesa Civil, que foram cruzados com a base de Licenciamento Ambiental Único (LAU) da SUAD do Sistema Compartilhado de Fiscalização Ambiental - FISDESMATE. Na ocasião foram autuados dois proprietários, porém a grande maioria dos focos de calor se encontravam dentro do Assentamento Pingo D'água. Como os assentados não tinham documentação o INCRA foi notificado e enviamos o relatório para o Ministério Público. A Diretoria Regional de Canarana também fez um trabalho de fiscalização de focos de calor com maior intensificação no referido assentamento. Foram realizados trabalhos conjuntos com algumas regionais no sentido de prevenção através de educação ambiental. Vale ressaltar que algumas operações foram realizadas na Baixada Cuiabana.

Ação: 2352 - MONITORAMENTO DA COBERTURA VEGETAL E DOS FOCOS DE CALOR Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp. Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: DISPONIBILIZAR DADOS DA COBERTURA VEGETAL E DE FOCOS DE CALOR.				
Descrição da Meta Física: RELATORIOS DISPONIBILIZADOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
13	7	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	146.000,00	246.194,00	240.623,00	0,00	164,81	97,74
161	23.200,00	23.200,00	1.485,00	0,00	6,40	6,40
240	185.200,00	164.508,00	163.826,00	0,00	88,46	99,59
247	0,00	167.532,00	142.587,00	0,00	0	85,11
Todas	354.400,00	601.434,00	548.521,00	0,00	154,77	91,20

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 A Coordenadoria de Geoprocessamento tem como finalidade fornecer suporte logístico-operacional e gerenciar os trabalhos referentes à utilização do Sistema de Informações Geográficas e técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto para todas as Superintendências da SEMA. No laboratório de Geoprocessamento são realizadas a confecção de relatórios, mapas e controle de dados, bem como, sua leitura, interpretação e análise, utilizando imagens e cartas geográficas.

Atividades Desenvolvidas:



- Análise Técnica e supervisão dos processos de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (mapa digital e analógico);
 - Inserção, na Base cartográfica, das propriedades rurais do Estado de Mato Grosso (Licenciamento Ambiental);
 - Gerenciamento, administração e supervisão da Base Cartográfica da SEMA;
 - Emissão de documentos do Licenciamento Ambiental Único de Propriedades Rurais - LAU (Licença Ambiental Única); ADES (Autorização de Desmatamento); AEF-PEF (Autorização de Exploração Florestal); AUTEX-PEF (Autorização de Exploração Florestal); CLCF-PEF (Certidão de Liberação do Crédito Florestal); TCMFM (Termo de Compromisso de Manutenção de Floresta Manejada); TRMFM (Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada)
 Devido à reestruturação da SEMA entre 2005 a 2006 e a contratação de novos servidores efetivos através da realização do concurso público, a ação monitoramento da Cobertura Vegetal não foi executada pela Coordenadoria de Geoprocessamento no ano de 2006. Os 13 relatórios da cobertura vegetal previstos no PTA de 2006 serão remodelados e ajustados para o PTA de 2007. Para execução dessa ação planeja-se o treinamento dos novos servidores contratados e realização de termos de cooperação técnica com instituições de ensino nas áreas de sensoriamento remoto, geoprocessamento e tecnologia da informação para permitir a contratação de estagiários.
 No ano de 2006 o monitoramento dos focos de calor foi executado pela Defesa Civil com o apoio logístico da Coordenadoria de Geoprocessamento através da confecção de mapas temáticos e disponibilização da Base Cartográfica Digital do SLAPR, para subsidiar ações de autorização de queima controlada e fiscalização dos focos de calor no período proibitivo.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL - os trabalhos de monitoramento dos focos de calor no Estado de Mato Grosso utilizaram os dados do Banco de Dados de Queimadas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC/INPE, mais precisamente os dados do satélite NOAA 12 Noite que realiza o acompanhamento e divulgação dos seguintes dados: número de focos de calor, coordenadas geográficas, nome de municípios, risco de incêndios, dias sem chuva. A seguir, conforme exposto nas tabelas abaixo, os dados de focos de calor registrados no Estado no período de 2001 a 2006 e os 10 (dez) Municípios com maior número de focos de calor no período de 01/01/2006 a 31/12/2006.

Tabela 01: Números de focos de calor observados no Estado de Mato Grosso durante o período de 2001-2006

ANO TOTAL
2001 27.570
2002 49.799
2003 49.166
2004 66.284
2005 43.714
2006 25.175

Fonte: Banco de Dados de Queimadas do Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos - CPTEC/INPE.

Tabela 02: Municípios do Estado de Mato Grosso com maiores registros de focos de calor de janeiro a dezembro de 2006.

Nº de ORDEM MUNICÍPIOS Nº de FOCOS

- 01 Colniza 1.774
- 02 Nova Ubiratã 1.031
- 03 Tapurah 932
- 04 Nova Bandeirantes 877
- 05 Querência 854
- 06 Vila Rica 814
- 07 Peixoto de Azevedo 739
- 08 Cotriguaçu 632
- 09 Feliz Natal 620
- 10 Gaúcha do Norte 600

Fonte: INPE/CPTEC - Dados do Satélite NOAA 12 Noite.

- IDENTIFICAÇÃO DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO QUE TIVERAM MAIOR OCORRÊNCIA DE FOCO DE CALOR

- 1º REGIÃO NORTE
- 2º REGIÃO NOROESTE
- 3º REGIÃO NORDESTE

Posteriormente realiza-se o cruzamento destes dados com a base de propriedades rurais licenciadas pela SEMA para gerar uma tabela com a identificação das propriedades que registraram focos de calor. Portanto, a atividade de monitoramento de focos de calor foi cumprida conforme pode ser observado pelos dados colocados abaixo. O seu principal indicador, consiste no número de focos de calor avaliado em relação ao banco de dados do próprio sistema para possibilitar medir a evolução do número de áreas que são consumidas pelo fogo. A maior dificuldade para realização do monitoramento consiste no pequeno número de propriedades licenciadas dentro do banco de dados, fator que não permite uma avaliação de todos os responsáveis pelos focos de calor.

- LEVANTAMENTO DAS PROPRIEDADES QUE QUEIMARAM NO PERÍODO PROIBITIVO (PP) ATRAVÉS DO CRUZAMENTO DO BANCO DE PROPRIEDADES DO SLAPR COM A LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS FOCOS DE CALOR

- 700 PROPRIEDADES IDENTIFICADAS COM FOCOS NO (PP)
- 200 PROCESSOS DE NOTIFICAÇÃO ENVIADOS.

Não foi possível enviar todos os processos gerados em função do número limitado de técnicos responsáveis para responder às notificações.

- RELATÓRIOS ENVIADOS PARA SUAD INDICANDO MUNICÍPIOS CRÍTICOS NO PERÍODO PROIBITIVO.

Relatório contendo informações do nº e localização de focos de calor, por município.

OBS: Os dados de focos de calor foram retirados do Banco de Dados de Queimadas do CPTEC/INPE, o satélite utilizado foi o NOAA - 12 Noite.



- AUTORIZAÇÕES DE QUEIMA CONTROLADA (AQC)
 AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS: 745 un
 ÁREA AUTORIZADA: 89.064 Ha
 NÚMERO DE PROCESSOS QUE DERAM ENTRADA EM AQC: 800 un
 TOTAL ARRECADADO: R\$1.048.721,12

Para fortalecer ainda mais esta atividade é intenção da Superintendência inserir as informações sobre as Autorizações de Queimada Controlada, atribuição assumida pela SEMA no início do ano de 2006 através da Coordenadoria de Atendimento a Acidentes Ambientais da Superintendência de Defesa Civil. O cruzamento de dados permitirá a verificação da localização dos focos de calor em áreas autorizadas ou não. Porém, para a realização da atividade, até o momento, não foram adquiridos imagens de satélite e equipamentos suplementares à nossa infra-estrutura atual.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO:

- Ocorreu a suplementação de R\$ 130.000,00, com anulação orçamentária nos projetos 1547, 1561 e 1568, para manutenção do helicóptero no monitoramento da cobertura vegetal, conforme processo 0858/2006 e de R\$ 192.642,00, conforme processo 1941/06, face excesso de arrecadação.
 - Houve anulação orçamentária de R\$ 75.608,00, sendo: 29.806,00, conforme processo 3424/06, transferido para a ação 2007, para atender despesas administrativas; R\$ 1.302,00, processo 3446/06, transferido para ação 2348, para atender CC-SEMA; R\$ 25.110,00, processo 3507, transferido para ação 2349, a fim de atender fiscalização ambiental e R\$ 19.390,00, processo 3429/06, transferido para ação 2348-licenciamento de propriedades rurais.

Ação: 2353 - MONITORAMENTO DA ATIVIDADE REPRODUTIVA DA ICTIOFAUNA **Tipo de Ação:** Atividade

Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: DEFINIR PRECISAMENTE OS PERÍODOS DE RESTRICAO A PESCA DAS ESPÉCIES DE PEIXES MIGRADORES. ,

Descrição da Meta Física: OPERACAO DE COLETA REALIZADA

Unidade de Medida: UN

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1	0	1	100,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	22.600,00	21.900,00	17.700,00	0,00	78,32	80,82
Todas	22.600,00	21.900,00	17.700,00	0,00	78,32	80,82

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Realizamos coletas de espécies de peixes reofílicos (que se reproduzem na piracema após migração), durante os meses de outubro novembro e dezembro, nos municípios de Barão de Melgaço, Cáceres e Várzea Grande, a fim de realizar o monitoramento da atividade reprodutiva dos mesmos. Nestas coletas, as amostras são capturadas com auxílio de diferentes apetrechos de pesca (redes e tarrafas de diferentes tamanhos e malhas) e por meio de contratação de serviços de pessoas físicas que normalmente são pescadores que conhecem a região facilitando a localização dos cardumes dos peixes de interesse. Os exemplares coletados têm seus pesos e comprimentos mensurados e em seguida são dissecados e por meio de visualização macroscópica das gônadas (órgãos do aparelho reprodutivo responsáveis pela produção das células reprodutoras masculinas e femininas, ou gametas) para determinação do estágio de maturação destas. Seguindo este método, os peixes podem ser classificados em cinco estágios diferentes: imaturo, em maturação, maduro, esvaaziado e em repouso. No período mencionado, coletamos exemplares de quinze espécies reofílicas, sendo elas: *Mylossoma paraguayensis* (Pacu peva), *Piaractus mesopotamicus* (Pacu), *Plagioscion ternetzi* (Corvina), *Potamorhina squamoralevis* (Sairú), *Leporinus friderici* (Piava), *Leporinus macrocephalus* (Piavuçu), *Salminus brasiliensis* (Dourado), *Prochilodus lineatus* (Corimbata), *Pseudoplatystoma corruscans* (Pintado), *Paulicea luetkeni* (Jauú), *Pseudoplatystoma fasciatum* (Cachara), *Pinarampus pirinampu* (Barbado), *Ageneiosus brevifilis* (Palmito), *Hemisorubim platyhynchus* (Jurupoca) e *Oxydoras kneri* (Abotoado). Em outubro, observamos que os peixes analisados encontravam-se em repouso (estágio em que os peixes se encontram quando já reproduziram uma vez, mas que ainda não iniciou o processo de maturação gonadal) e em maturação (iniciando o processo de desenvolvimento dos óvulos). Quase a totalidade de indivíduos de peixes de escama como o *Potamorhina squamoralevis* e *Prochilodus lineatus*, já se encontravam, neste mês, iniciando o processo de maturação, enquanto que peixes lisos como o *Pseudoplatystoma corruscans*, encontravam-se em repouso. Em novembro, observamos que tanto os peixes lisos como os de escama encontravam-se, em sua grande maioria, em processo de maturação gonadal (maturação do aparelho reprodutivo). Um indivíduo de *Piaractus mesopotamicus* encontrava-se esvaaziado e alguns poucos indivíduos das espécies de peixes coletados ainda encontravam-se em repouso. Já em dezembro, vimos os peixes de escama, principalmente *Prochilodus lineatus*, ainda em estágio de maturação, porém cerca de 40 % deles já estavam esvaaziados, tendo portanto, realizado o processo de desova e liberação de espermatozoides no meio externo. Quanto aos peixes lisos, todos os exemplares coletados ainda encontravam-se em processo de maturação gonadal. Nossos resultados mostraram para os últimos meses de 2006 que os peixes de piracema, conhecidos como reofílicos, reproduziram-se temporariamente segundo o que era esperado, baseado em observações de comportamento reprodutivo destas espécies reportadas em anos anteriores. Além disto, indicam que o período de defeso de piracema estabelecido a partir do mês de novembro foi capaz de proteger, nas áreas monitoradas, estas espécies de peixes no início do seu processo de maturação de gônadas. Ressaltamos que apesar das reduções orçamentárias observadas, a execução da meta física e a entrega dos produtos foram alcançados.



INFORMAÇÕES DA SUPLAN: Houve anulação orçamentária de R\$ 700,00, conforme processo 3446/2006, transferidos para a ação 2348, a fim de atender necessidade orçamentária junto ao licenciamento/monitoramento e CC-Sema.

Ação: 2354 - FISCALIZACAO DA PESCA **Tipo de Ação:** Atividade

Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE

Objetivo Específico: COIBIR AS ATIVIDADES CONSIDERADAS PREDATORIAS S/ OS RECURSOS PESQUEIROS E MANTER OS ESTOQUES PESQUEIROS.

Descrição da Meta Física: OPERACAO DE FISCALIZACAO REALIZADA

Unidade de Medida: UN

Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
24	0	120	500,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	664.560,00	337.257,00	334.257,00	0,00	50,30	99,11
Todas	664.560,00	337.257,00	334.257,00	0,00	50,30	99,11

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE	5
0200 - NORTE	10
0300 - NORDESTE	8
0400 - LESTE	11
0500 - SUDESTE	10
0600 - SUL	50
0700 - SUDOESTE	9
0800 - OESTE	6
0900 - CENTRO OESTE	2
1000 - CENTRO	3
1100 - NOROESTE II	2
1200 - CENTRO NORTE	4

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Visando coibir a caça e pesca predatórias, a Coordenadoria de Fiscalização de Pesca, realizou 24 (vinte e quatro) operações, onde foram lavrados 60 (sessenta) Autos de Infração e 107 (cento e sete) Termos de Apreensão nas seguintes cidades: Alta Floresta, Arenópolis, Barão de Melgaço, Barra do Bugres, Cáceres, Chapada dos Guimarães, Colider, Cuiabá, Guarantã do Norte, Guiratinga, Indivaí, Itanhanga, Juara, Lambari D'Oeste, Lucas do Rio Verde, Nobres, Poconé, Porto Estrela, Rondonópolis, Santo Antônio do Leveger, Sinop, Sorriso, Tesouro, Várzea Grande.

Os referidos Autos de Infração, aplicados equivalem a um valor total de R\$ 361.957,00 (Trezentos e sessenta e um mil novecentos e cinquenta e sete reais) de multas aplicadas e 7.155 Kg (Sete mil cento e cinquenta e cinco quilos) de pescado de diversas espécies apreendidos, além de apreensão dos seguintes materiais: anzol de galho, arpão, balança, barcos de alumínio, bicicletas, caixas de isopor, caixas térmicas, canoas de madeira, espinhéis, freezers, iscas vivas, Iquij, molinetes, motocicletas, motores de popa, redes, tarrafas, veículos.

A CFP realiza operações permanentes de prevenção e proteção das Baías de Chacororé e Siá Mariana, na região de Barão de Melgaço. O valor previsto para as ações de fiscalização no período de Janeiro à Junho de 2006, supriu as necessidades da CFP, porém o valor previsto para o segundo semestre de 2006, não será suficiente para a realização dos trabalhos, tendo em vista que no período da Piracema haverá um acréscimo na quantidade de técnicos envolvidos na operação o que consequentemente aumenta as despesas com diárias e combustíveis.

Houve falhas na prestação de serviços de locação de veículos do tipo caminhonete por parte da empresa fornecedora dos automóveis. Importante salientar ser imprescindível a aquisição de veículos exclusivos para atender esta Coordenadoria.

Com a criação da Coordenadoria de Fiscalização de Pesca houve contratação de 29 agentes ambientais e implantação de 05 Postos avançados de fiscalização (Estrão Comprido, Porto da Fazenda, Sesc Pantanal, Porto Jofre e Barra do Bugres)e, com o apoio de suma importância da Superintendência de Ações Descentralizadas, Superintendência de Administração, Assessoria de Comunicação, Ouvidoria e do Fundo Estadual do Meio Ambiente, as ações da CFP puderam ser subsidiadas no sentido de preservar a ictiofauna e fazer cumprir a Legislação Ambiental em vigor.

Nos meses de julho à dezembro do ano de 2006 a CFP intensificou a fiscalização de pesca, lavrando 89 Autos de infração, que somados aos autos do período anterior totalizou 149 autos anuais, numa média de 12,41 autos mensais que geraram multas no valor total de R\$ 699.346,00 (Seiscentos e Noventa e Nove Mil, Trezentos e Quarenta e Seis Reais) no ano de 2006. No período de junho a dezembro de 2006 foram apreendidos 6.463 Kg de pescados, totalizando, anualmente 12.354 Kg no ano. Vale salientar que os pescados foram encaminhados à DEMA - Delegacia de Meio Ambiente para a devida doação, visto que este órgão se tornou responsável por tais doações a partir de fevereiro de 2006. Além das apreensões dos pescados, houveram também as apreensões de vários materiais conforme tabela posterior.

Foram lavrados 119 Termos de Apreensão, somando 225 anual. Salientamos que os "Diversos" refere-se à: Armação de ferro, arpão, armadilha fixa, arco, balança, barco de alumínio, bicicleta, bóias, botijões, caixas de isopor, caixas térmicas, canoas, canoas, carretéis, chumbadas, charretes, carretilhas, cubas para transportes de isca, cilímbim, cartuchos, caixas de pesca, espingardas, facões, fogões, fisga, freezers, garrafas térmicas, galões, iscas vivas, jiquis, lanterna, linhas, molinetes, motocicletas, motores de popa, motores rabeta, moto



serra, malas, máscaras, macaco, triângulo, espete, nadadeiras (par), puçá, peneira, panela, rádio amador, remos, rolos de arame, rolos de corda, sacos de tela, tridentes, telas, tambores, varas de pescar, veículos, vasilhas de plástico. Tivemos também um cuidado especial de conferir as carteiras de pesca, apreendendo as que se encontravam irregular.

Além da época de piracema e proteção das baías de Chacororé e Siá Mariana, realizamos ações para coibir as atividades consideradas predatórias. Nessas ações de fiscalização em período de defeso fora feita também em relação à caça de animais. Sequencialmente fiscalizamos no período de 01 de março à 30 de maio 2006 a lufada, movimento de retorno dos peixes para o leito dos rios em alvoroço, que designa migrações laterais de peixes vindos dos lagos em direção ao rio principal. Durante curto período se concentram em grandes cardumes na boca dos lagos e são muito vulneráveis à captura.

No período de 20 de abril à 20 de julho de 2006 fora feito o trabalho de fiscalização de migração de cardumes nas Bacias Amazônica e Araguaia/Tocantins.

As Diretorias Regionais, aliadas a esta coordenadoria, têm papel fundamental no apoio à fiscalização, atuando de forma a coibir a pesca predatória, controlar o estoque pesqueiro e educar a população ribeirinha, agindo como agente preventivo, que é a grande meta da fiscalização.

Apesar de termos tido resultados positivos na fiscalização de pesca, as dificuldades foram inúmeras. Conforme previsão os recursos destinados foram insuficientes, impedindo a realização de nossos trabalhos como o planejado.

INFORMAÇÕES DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO: Houve anulação orçamentária de R\$ 327.303,00: R\$170.000,00, sendo a importância utilizada para suplementação das ações 2005,2006 e 2007 para atender necessidades administrativas da SEMA (construção de divisórias), conforme processo 00863/2006; R\$ 150.000,00, com suplementação na ação 1540, levantamento das áreas degradadas no Estado, em face de necessidade urgente de viabilizar assinaturas de convênios com Municípios e Instituições para construção de viveiros, conforme processo 00656/2006; R\$ 7.303,00, transferido para a ação 2348, conforme processos 3429/2006 e 3145/2006.

Ação: 2553 - ANATOMIA E IDENTIFICACAO DE MADEIRAS	Tipo de Ação: Atividade			
Unidade Resp.Ação: 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: AVALIAR A PRESSAO EXERC. S/ AS ESPECIES DE MADEIRA EXP.E TRANS., SUBSIDIAR AS ATIVIDADES DE FISCALIZACAO.				
Descrição da Meta Física: MADEIRA IDENTIFICADA				
Unidade de Medida: M3				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
1900000	1500000	1250000	65,79	83,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	300.026,00	245.518,00	245.205,00	0,00	81,73	99,87
Todas	300.026,00	245.518,00	245.205,00	0,00	81,73	99,87

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1250000

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A execução da meta física não foi atingida no exercício de 2006, devido a interdição de várias empresas madeireiras pelos órgãos de meio ambiente, reduzindo o transito de madeiras e conseqüentemente a demanda pelo serviço. A execução orçamentária e financeira está dentro do previsto, conforme apresenta o percentual PPD e COFD e o excedente de recursos desta atividade foi remanejada para outras atividades técnicas e administrativas.



Programa

Programa: 0183 - GESTAO DE RESIDUOS SOLIDOS	PROMOVER O GERENCIAMENTO DOS RESIDUOS SOLIDOS, DE FORMA SUSTENTAVEL E INTEGRADA, ENTRE OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E A CAPACITACAO DE RH ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE COLETA,SEPARACAO E DISPOSICAO ADEQUADA DE RESIDUOS SOLIDOS NOS MUNICIPIOS DO ESTADO							
Objetivo do Programa:	PROMOVER O GERENCIAMENTO DOS RESIDUOS SOLIDOS, DE FORMA SUSTENTAVEL E INTEGRADA, ENTRE OS DIVERSOS SEGMENTOS DA SOCIEDADE E A CAPACITACAO DE RH ENVOLVIDOS NAS ATIVIDADES DE COLETA,SEPARACAO E DISPOSICAO ADEQUADA DE RESIDUOS SOLIDOS NOS MUNICIPIOS DO ESTADO							
Und.Resp.Programa:	27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE							
Resp. Programa:	Marcos Henrique Machado							
Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2006	MUNICIPIOS C/DISPOSICAO ADEQUADA DOS RESIDUOS SOLIDOS	ANUAL	município	0	10	07	30/12/2006
	2006	MUNICIPIOS COM MAIS DE 90% DE RESIDUOS SOLIDOS COLETADOS	ANUAL	município	0	10	29	30/12/2006

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
266.520,00	802.180,00	397.379,00	0,00	149,10	49,54

Avaliação de resultados e da execução do programa:
A Gestão de Resíduos Sólidos (GRS) é um conjunto de atitudes (comportamentos, procedimentos, propósitos) que apresenta, como objetivo principal, a eliminação dos impactos ambientais negativos, associados à geração e à destinação do lixo. Na ausência do gerenciamento de resíduos sólidos, a geração e a destinação do lixo podem conduzir a problemas, tais como: contaminação do solo, das águas de chuva e do lençol freático; aumento da população de ratos, baratas e moscas, disseminadoras de doenças diversas; aumento dos custos de produtos e serviços; entupimento das redes de drenagem das águas de chuva; assoreamento dos córregos e dos cursos d'água; incêndios de largas proporções e de difícil combate; etc.

A gestão de resíduos sólidos pode diminuir, e em alguns casos evitar, esses impactos negativos, propiciando níveis crescentes de qualidade de vida, saúde pública e bem estar social, além de gerar uma redução das despesas de recuperação das áreas degradadas, da água e do ar poluídos, possibilitando a aplicação desses mesmos recursos (econômicos) em outras áreas de interesse da população. Além disso, a GRS aplicada às indústrias e às fábricas reduz os custos de produção, possibilitando a recuperação de matérias-primas, aproveitáveis no processo de fabricação, ou comercializáveis para terceiros.

Conscientes da grave problemática quanto à Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos em Mato Grosso, desde sua geração, coleta e disposição final, e do desafio colocado aos municípios e à sociedade como um todo no equacionamento dos problemas, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente desenvolve o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos.

Com a finalidade de minimização desse quadro, esta Secretaria tem desenvolvido 05 (cinco) ações, a saber: Fomento a elaboração de planos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (Ação 1568), Fomento a elaboração de projetos de engenharia de aterros sanitários (Ação 1569), Fomento a implantação de aterros sanitários e a recuperação das áreas degradadas pelos lixões (Ação 1570), Capacitação para atividades profissionais relacionadas à coleta/tratamento/destinação de resíduos sólidos (Ação 1571) e Apoio a implantação de coleta seletiva de materiais recicláveis.

No decorrer do programa durante o ano de 2006, apesar da não utilização de todos os recursos orçamentários e financeiros previstos, foram realizadas vistorias aos municípios para notificá-los e orientá-los quanto às vantagens sócio-ambientais de implantação do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGRS) para os municípios. As vistorias realizadas para orientações e notificações contribuíram substancialmente para as cumprimentos dos nossos propósitos; como por exemplo, a apresentação de 04 (quatro) planos de gerenciamento, projetos executivos e manejo para recuperação de área, por parte dos municípios. Assim como sugestão, ressaltamos a que será necessário a ampliação no quadro de técnicos e também aquisição de equipamentos para que possamos alcançar melhores resultados neste Programa. Na oportunidade, temos a destacar que os municípios carecem de pessoal técnico qualificado para tal trabalho. Assim sendo, sugerimos que esta secretaria intensifique ações para custear serviços de terceiros, considerando pré-requisitos definidos, para a realização de oficinas com vistas a elaboração de planos de gerenciamento, projetos executivos e recuperação de áreas degradadas por lixões.

Vale ressaltar que muitas das nossas ações decorreram de articulações com instituições governamentais e não-governamentais.

Indicadores:
No ano de 2006 pode-se constatar que sete municípios possuem aterro sanitário em operação (Cuiabá, Tangará da Serra, Jaurú, Denise, Alta Floresta, Matupá e Cotriguaçu). Já os municípios que possuem a coleta seletiva realizando a separação (triagem) dos resíduos sólidos urbanos, mesmo de forma incipiente, são apenas 04 (quatro): Cuiabá, Tangará da Serra, Primavera do Leste e Alta Floresta; sendo . Quanto a coleta total do lixo urbano, conforme o Inventário de Resíduos Sólidos Urbanos que está sendo realizado, dos 48 Municípios que já responderam ao questionário aplicado, 29 afirmaram que possuem 100% de coleta dos resíduos sólidos urbanos e informaram que aproximadamente 500 pessoas trabalham nos lixões com a triagem de materiais. Desta forma entendemos que para o próximo PPA, os indicadores deveriam ser repensados para uma melhor avaliação da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos dos Municípios e um melhor controle social. Por exemplo, com a inclusão de um relacionado à indústria de reciclagem e a mão-de-obra



absorvida por esta.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:

É necessário um incremento os recursos orçamentários para uma maior abrangência das ações. Recomendamos, também, a ampliações no quadro técnico e de equipamentos desta coordenadoria. Visto que esta tem como atribuições a gestão de resíduos urbanos, de serviços de saúde, agrícolas e industriais.

Em decorrência dos resultados obtidos sugerimos, também, intensificação das vistorias para orientações técnicas e se for o caso, notificações nos municípios por pessoal desta coordenadoria. Além da realização de oficinas para elaboração dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos - em articulação com as Superintendências de Educação Ambiental e de Ações Descentralizadas - por consultores contratados por esta secretaria.

Sugerimos para a sema que ao contratar serviços de terceiros para elaboração dos projetos executivos para implantação de Aterros Sanitários ou Centrais de "Triagem, de Compostagem e Reciclagem" e de Tratamento, considere como um dos pré-requisitos que o município tenha a priori o devido Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

Como forma de consolidar essa ação de fomento a implantação de Aterros Sanitários, Centrais de Triagem, Compostagem e Reciclagem e a Recuperação de Áreas Degradadas por lixos (1570), sugerimos a viabilização de projeto como parceiro o Programa MT Regional de estímulo a implantação e fortalecimento dos consórcios intermunicipais de desenvolvimento econômico e sócio-ambiental, como também, a viabilização de projetos articulados com incremento de consciência ambiental da população mato-grossense. Quanto a ação de Apoio a Implantação de Coleta Seletiva de Materiais Recicláveis (1573) sugerimos que seja incentivada a implantação de empresas e organizações atuantes nesse setor e uma maior articulação com a Superintendência de Educação Ambiental.

Concluindo, recomendamos dar continuidade ao Fórum Lixo e Cidadania.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1568 - FOMENTO A ELABORACAO DE PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESIDUOS SOLIDOS (PGIRS). Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Especifico: ORGANIZAR AS ATIVIDADES DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINA CAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS DOS MUNIC. DO ESTADO.				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO COM PLANOS ELABORADOS				
Unidade de Medida: MUNIC				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
2	0	4	200,00	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	32.824,00	8.846,00	7.986,00	0,00	24,33	90,28
174	11.000,00	188.000,00	0,00	0,00	0	0
Todas	43.824,00	196.846,00	7.986,00	0,00	18,22	4,06

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
1200 - CENTRO NORTE	1
0500 - SUDESTE	1
0200 - NORTE	1
0400 - LESTE	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

No ano de 2006, no Estado de Mato Grosso, 04 (quatro) municípios apresentaram o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS para análise na SEMA, a saber: Colíder, Campo Verde, Feliz Natal e Canarana - este último de forma incipiente-, sendo que Colíder tem incluso o Plano de Manejo/re-vegetação. Este número supera a meta física que eram 02 (dois) municípios. Esse resultado (dentre outros que estão descritos neste relatório) decorreu das vistorias técnicas realizadas em 104 municípios, com a finalidade de sensibilizar e notificar as Prefeituras municipais da necessidade de "elaboração e apresentação do PGIRS"; além da realização de palestras. Os municípios vistoriados/visitados foram:

- Região Noroeste: Juína e Cotriguaçu.
- Região Norte: Alta Floresta, Apiacás, Nova Monte Verde, Paranaíta, Carlina, Nova Canaã do Norte, Colíder, Nova Santa Helena, Guarantã do Norte, Matupá e Peixoto de Azevedo.
- Região Nordeste: Vila Rica, Confresa, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Novo Santo Antônio e Novo Santo Antônio.
- Região Leste: Barra do Garças, Querência, Ribeirão Cascalheira, Canarana, Nova Nazaré, Água Boa, Cocalinho, Campinápolis, Novo São Joaquim, Araguaiana, General Carneiro, Pontal do Araguaia, Torixoréu, Ribeirãozinho, Ponta Branca e Araguaína.
- Região Sudeste: Rondonópolis, Paranaíta, Santo Antônio do Leste, Campo Verde, Primavera do Leste, Dom Aquino, Poxoréu, Tesouro, Jaciara, São Pedro da Cipa, Juscimeira, Pedra Preta, Guiratinga, São José do Povo, Alto Garças, Itiquira, Alto Araguaia e Alto Taquari.
- Região Sul: Cuiabá, Várzea Grande, Acorizal, Jangada, Planalto da Serra, Nova Brasilândia, Chapada dos Guimarães, Nossa senhora do Leverger, Barão de Melgaço e Poconé.
- Região Sudoeste: Cáceres, Porto Esperidião, Mirassol D'Oeste, Glória D'Oeste, São José dos Quatro Marcos, Curvelândia, Araputanga, Rio Branco, Reserva do Cabaçal, Jauru, Vale de São Domingos, Pontes e Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Conquista D'Oeste, Nova Lacerda, Comodoro, Campos de Júlio e Sapezal.
- Região Centro-Oeste: Diamantino, São José do Rio Claro e Nova Maringá.
- Região Noroeste II: Juara, Porto dos Gaúchos, Novo Horizonte do Norte e Tabaporá, Tangará da Serra, Porto Estrela, Barra do Bugres, Denise, Santo Afonso, Campo Novo do Parecis e Brasnorte.
- Região Centro: Sorriso, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Tapurah e Ipiranga do Norte.
- Região Centro- Norte: Sinop, Nova Ubiratã, Feliz Natal, Vera, Cláudia, União do Sul, Itaúba e Marcelândia.

Em Cuiabá foi realizado o 1º Seminário Estadual de Resíduos Sólidos, de 24 a 26 de maio, no Centro de Convenções Pantanal no qual a Política Estadual de Resíduos Sólidos foi apresentada e discutida, enfatizando-se os Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos.

Foi elaborado um Termo de Referência para Apresentação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), por um grupo de trabalho instituído pela Portaria Conjunta SEMA/SES nº 02/2006. A partir desse trabalho o grupo instituído realizou diversas palestras com a finalidade de divulgar o termo de referência que indica diretrizes básicas para a elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos de Saúde dos estabelecimentos do setor, no Estado de Mato Grosso.

Os recursos financeiros utilizados para a realização das vistorias técnicas foram da dotação orçamentária do programa 177 - Ação 23331 (fiscalização e monitoramento de Atividades Poluidoras no Estado - fonte 100). Destaca-se que não houve repasse da fonte 174 referente ao Programa Pantanal. A superação da meta, supracitada, refere-se ao trabalho de sensibilização realizado nos municípios, não se tratando de repasse financeiro para a elaboração do PGIRS.

Para execução da ação, elaborou-se um termo de referência para contratação de consultoria com a finalidade de elaborar o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS. Este foi submetido à aprovação pela Casa Civil, com parecer favorável para que



os técnicos da Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos/SEMA elaborassem os referidos planos. Este foi analisado, posteriormente, pela citada Coordenadoria que justificou insuficiência de técnicos e de equipamentos para a elaboração do referido plano. Destaca-se que os custos, para contratação da consultoria para elaboração dos 02 (dois) Planos de Gerenciamento, seriam do Estado. Porém, ressalta-se que os municípios têm uma grande importância no levantamento dos dados/informações para elaboração, visto as especificidades locais. Assim, os municípios devem ser co-participes nessa elaboração. Considerando a dotação orçamentária final de R\$ 8 846,00 (na fonte 100), foram executados cerca de 90 %. Vale ressaltar que os custos para elaboração dos planos, com pagamento de serviços de terceiros, não tiveram origem desta secretaria.

Vale ressaltar:

Foram implementados Grupos de Trabalho, para elaboração de roteiros e de termos de referência para elaboração e apresentação de planos de gerenciamento, em parceria com as Secretarias de Estado de Saúde – SES e de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, com a Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT, Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM, Faculdade de Engenharia Florestal da Universidade Federal de Mato Grosso, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Assembléia Legislativa – AL, Agência Nacional de Saúde – ANVISA, Prefeitura Municipal de Cuiabá, Sindicato da Indústria da Construção Civil - SINDUSCON e Instituto de Processamento de Embalagens – InPEV;

Foram realizadas reformulações dos roteiros e termos de referências para elaboração e apresentação das diretrizes para gerenciamento de resíduos sólidos;

Foi dado continuidade ao Inventário da Situação dos Resíduos Sólidos nos municípios do Estado, realizado por meio de um questionário, tendo sido respondidos por 50 municípios;

Foi realizada, em janeiro, uma palestra na Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM para prefeitos/gestores municipais, a fim de sensibilizá-los quanto aos impactos negativos decorrentes dos lixões (depósito de lixo à céu aberto) e da ocorrência dos positivos com a implantação e operacionalização adequada dos Aterros Sanitários;

Realização de palestras: estimulando a Criação de Consórcios Intermunicipais de Gestão de Resíduos Sólidos em 11 (onze) regiões: Jaciara, Barra do Garças, Barra do Bugres, Nova Lacerda, Alto Floresta, Porto dos Gaúchos, Mirassol D'Oeste, Várzea Grande, Rondonópolis, Poconé e Campo Novo dos Parecís;

Estudou-se a Lei 7 862/02, da Política de Resíduos Sólidos, objetivando sua regulamentação;

Participação no Seminário Nacional de Resíduos Sólidos, promovido e financiado pelo Ministério do Meio Ambiente, realizado nos dias 29 e 30/11 e 01 e 02/12, em Brasília, com o objetivo de trocar experiências sobre a situação da gestão de resíduos sólidos em todos os Estados do Brasil;

Foi realizada uma viagem à Belo Horizonte e Viçosa, em Minas Gerais, de 25 a 27/04, por três membros desta secretaria, para conhecer o Programa Minas de Lixões, projeto UTC da Universidade Federal de Viçosa, e o processo de descentralização/desconcentração do licenciamento ambiental para os municípios. Foi produzido um Relatório e encaminhado ao Secretário, sugerindo algumas recomendações;

Foi elaborado um Projeto de Erradicação dos Lixões em Mato Grosso, a partir da elaboração de uma Instrução Normativa, fazendo distinção e entre Municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes) dos de médio a grande portes, inclusive com soluções tecnológicas e prazos distintos;

Foram produzidos 05 (cinco) artigos publicados em diversos sites e jornais de circulação regional: "Novo Paradigma na Gestão Ambiental: Produzir sem Degradar!", "Municípios e a Gestão de Resíduos Sólidos", "Consórcios Intermunicipais, PGRS e Inventário dos Resíduos Sólidos em Mato Grosso" e "Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde".

Participação em Reuniões mensais na Câmara Técnica Setorial de Resíduos vegetais da Assembléia Legislativa, com ênfase para o aproveitamento econômico de resíduos de madeira.

Participação em Audiência Pública sobre Gestão de Resíduos Sólidos em Mato Grosso em Mato Grosso, de autoria do Deputado Zeca D'Água, com realização de palestra do Coordenador de Gestão de Resíduos Sólidos da SEMA.

Criação do Fórum Estadual de produção mais limpa, durante o objetivo de estimular o setor industrial a minimizar a geração de resíduos sólidos no processo produtivo.

As atividades realizadas são de suma importância para a elucidação sobre as consequências de um lixão para o meio ambiente. Atividades que foram intensamente realizadas neste primeiro ano de coordenadoria.

Identificamos como obstáculos a falta de pessoal qualificado nos municípios para a elaboração dos seus PGIRS; além do baixo número de técnicos desta coordenadoria. Assim sendo, sugerimos a contratação de um consultor para a elaboração de um manual e para a realização de oficinas, visto o mencionado reduzido número de técnicos.

Ação: 1569 - FOMENTO A ELABORACAO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE ATERROS SANITARIOS	Tipo de Ação: Projeto			
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: PROMOVER A DESTINACAO FINAL ADEQUADA DOS RESIDUOS SOLIDOS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO.				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO COM PROJETOS TECNICOS ELABORADOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	12	6	50,00	50,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	150.012,00	150.012,00	0,00	0,00	0	0
Todas	150.012,00	150.012,00	0,00	0,00	0	0



Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0400 - LESTE	2
0200 - NORTE	1
1000 - CENTRO	2
1200 - CENTRO NORTE	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
AÇÃO 1569 - FOMENTO A ELABORACAO DE PROJETOS DE ENGENHARIA DE ATERROS SANITARIOS

No decorrer do ano tivemos totalizados 06 (seis) municípios com projetos elaborados, a saber: Alto Taquari e Alto Araguaia, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Alta Floresta e Tapurah). Sendo que os 04 (quatro) últimos citados foram custeados pelas respectivas prefeituras. Não houve repasse de recursos da fonte 260 (PNMA 2) no primeiro semestre para o pagamento da elaboração dos mesmos. Fato que inviabilizaria esta ação da mesma forma que a Ação 1571, pois devido à inadimplência do Estado, não houve o repasse do recurso do convênio - PNMA II -, e quando o Estado tornou-se adimplente o tempo que havia para realizar a ação foi insuficiente tendo em vista o encerramento do convênio em 30 de junho de 2006.

Nesse quadro, a meta física foi superada, já que era de 02 (dois) municípios na região sudeste.

É interessante ressaltar que para elaboração e apresentação de projetos de Engenharia à SEMA é preciso que os municípios indiquem áreas que atendam aos requisitos para identificação e escolha (para obtenção de licença prévia) e caracterização para, posteriormente, elaboração e apresentação do projeto executivo (licença de instalação).

Identificam-se como obstáculos à elaboração desse projeto, a falta de recursos técnicos no município e a carência de informações sobre os pré-requisitos ambientais para licenciamento, por parte dos gestores municipais. Assim sendo, propomos para o próximo ano (2007), a elaboração de um manual e a realização de oficinas - por parte de um consultor - para execução desta ação.

Ação: 1570 - FOMENTO A IMPLANTACAO DE ATERROS SANITARIOS E A RECUPERACAO DE LIXOES	Tipo de Ação: Projeto			
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: PROMOVER A DEST. FINAL ADEQUADA DOS RESID. SOLIDOS E A RECUP. DAS AREAS DEGRADADAS PELOS LIXOES.				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIOS COM PROJETOS TECNICOS IMPLANTADOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	0	1	8,33	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	6.100,00	389.183,00	388.874,00	0,00	6.374,98	99,92
Todas	6.100,00	389.183,00	388.874,00	0,00	6.374,98	99,92

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0200 - NORTE	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
AÇÃO 1570 - FOMENTO A IMPLANTACAO DE ATERROS SANITARIOS E A RECUPERACAO DAS AREAS DEGRADADAS PELOS LIXOES

Foi firmado um convênio com a Prefeitura Municipal de Colíder/MT, tendo sido repassado o valor de R\$ 202.218,75 no elemento de despesa 44905100-240 (obras), R\$ 29.604,54 no elemento de despesa 339039-240 (STPJ) e R\$ 400,00 no elemento de despesa 33903000-240 (material de consumo), conforme demonstrativo da despesa orçamentária - FEMAM/SEMA. valores estes que foram suplementados na fonte 240 (recursos próprios).Este convênio está sendo executado conforme Plano de Trabalho do convênio. Informações adicionais da Superintendência de Planejamento da SEMA: Foi aberto um crédito adicional, para atender ao projeto de fomento e implantação de aterro sanitário no município de Colíder.

O município de Colíder, além de apresentar o PGIRS apresentou, também, o Plano de Manejo para Recuperação de área.

Foram executadas cerca e melhorias nas vias de acesso à área do Aterro Sanitário de Colíder. Para continuidade das obras, a Prefeitura aguarda o término do período chuvoso.

Esta ação é muito importante visto os municípios não possuem recursos financeiros para implantação e operacionalização adequados; além, de recursos humanos qualificados para a realização de diagnósticos e elaboração de planos de recuperação de área devido as especificidades de acordo com a localização. Assim, o fato do município de Colíder ter apresentado o citado plano de recuperação contribuiu e muito para o trabalho.

Acreditamos que esse quadro, poderia ser modificado com a articulação interinstitucional com outro órgão, como por exemplo, a EMPAER, SEDUC e universidades. E como forma de consolidar essa ação, sugerimos um Projeto de Educação Ambiental, cujo instrumento seja recuperação de área degradada por lixões e assim, obtenção deste produto.



Ação: 1571 - CAPACITACAO P/ ATIVIDADES PROFISSIONAIS RELACIONADAS A COLETA/TRATAMENTO/DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: QUALIFICAR MAO DE OBRA PARA ATIVIDADES DE COLETA, TRATAMENTO E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS SOLIDOS.				
Descrição da Meta Física: CURSO REALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	12	1	8,33	8,33

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
260	40.020,00	40.020,00	464,00	0,00	1,16	1,16
Todas	40.020,00	40.020,00	464,00	0,00	1,16	1,16

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 AÇÃO 1571- CAPACITAÇÃO PARA ATIVIDADES PROFISSIONAIS RELACIONADAS A COLETA/TRATAMENTO/DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS.

Esta ação não foi executada em decorrência do não repasse dos recursos da fonte 260 (Plano de Trabalho do convênio Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II) que beneficiaria as regiões nordeste e sudeste (R\$ 26.064,00). E as atividades, previstas com a fonte 240 para todo o estado, não foram executadas em virtude dos recursos orçados serem insuficientes para sua realização (R\$ 500,00) e não ter ocorrido suplementação para viabilizá-la. A execução desta ação estava vinculada a execução da ação 1568 - FOMENTO A ELABORACAO DE PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS)-, sendo que ela seria efetivada em uma etapa posterior a elaboração dos PGIRS visando o gerenciamento integrado de resíduos sólidos de acordo com os objetivos do Programa.

Quanto aos planos apresentados pelos municípios (cuja origem da fonte de recurso não decorreu da SEMA), conforme citado nos resultados da ação 1568, estão em fase de análise pela SEMA.

Sugerimos para o próximo ano que seja incrementada uma maior articulação com o setor de Educação Ambiental e Ação Descentralizada e a realização de convênios com Organizações não-governamentais que atuam no ramo; além do aumento no número de técnicos da coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos.

Em destaque, foi realizado em Cuiabá o curso de Capacitação em Fundamentos, conceitos e Metodologia em Produção mais limpa, pelo CNTL (Centro Nacional de Tecnologias Limpas), realizado de 08 a 10/05/2006, no SEBRAE, com recursos do Ministério do Meio Ambiente.

Ação: 1573 - APOIO A IMPLANTACAO DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLAVEIS Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 27601 - FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE				
Objetivo Específico: FOMENTAR A ORGANIZACAO E IMPLEMENTACAO DA COLETA E SEPA RACAO DE MATERIAIS RECICLAVEIS NOS MUNIC. DO ESTADO.				
Descrição da Meta Física: MUNICIPIO ATENDIDO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
12	8	1	8,33	12,50

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	500,00	55,00	55,00	0,00	11,00	100,00
260	26.064,00	26.064,00	0,00	0,00	0	0
Todas	26.564,00	26.119,00	55,00	0,00	0,21	0,21

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
0600 - SUL	1



Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação: AÇÃO 1573- APOIO A IMPLANTAÇÃO DE COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLAVEIS	
<p>Esta ação não foi executada em decorrência do não repasse dos recursos da fonte 260 (Plano de Trabalho do convênio Programa Nacional de Meio Ambiente - PNMA II) que beneficiaria as regiões nordeste e sudeste (R\$ 26.064,00) e as atividades previstas com a fonte 240 para todo o estado não foram executadas em virtude de recursos orçados serem insuficientes para sua realização (R\$ 500,00) sendo que, não houve nenhuma suplementação para viabilizá-la. A execução desta ação estava vinculada a execução da ação 1568 FOMENTO A ELABORACAO DE PLANOS DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos - PGIRS), sendo que ela seria efetivada em uma etapa posterior a elaboração dos PGIRS visando o gerenciamento integrado de resíduos sólidos de acordo com os objetivos do Programa.</p> <p>Com a finalidade de contribuir para a realização desta ação, a Coordenadoria de Gestão de Resíduos Sólidos participou da análise, emitindo um Parecer Técnico, a respeito de um Projeto de Lei de fomento ao setor, e sobre a proposta de convênio entre o Governo do Estado e uma organização não-governamental (Aleris Latasa). Foram, também, realizadas palestras sobre a referida coleta em Cuiabá, durante a realização do I Seminário de Resíduos Sólidos de Mato Grosso. Atividades que contribuíram para a implantação de uma Central de Reciclagem em Cuiabá e outra em Tangará da Serra.</p> <p>Outra atividade desenvolvida nesta área foi a participação da SEMA na elaboração do Programa Ambiente Saudável, incluindo o projeto de coleta seletiva nos órgãos do Centro político Administrativo do Estado, em vias de implantação.</p> <p>A implantação de Grupos de Trabalho com a finalidade de definir diretrizes para a coleta e tratamento dos "resíduos da construção civil", de "resíduos vegetais", de "resíduos de serviços de saúde" e de "embalagens de agrotóxicos", foi outra atividade desenvolvida no setor que muito contribuirá para a efetivação desta ação.</p>	



Programa

Programa: 0200 - MELHORIA DO USO DOS SOLOS E INSUMOS AGRICOLAS NO ESTADO							
Objetivo do Programa: PROMOVER A MELHORIA DO USO DE SOLOS E INSUMOS AGRICOLAS							
Und.Resp.Programa: 12101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL							
Resp. Programa: Cloves Felício Vettorato							
Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
2006	AREA CULTIVADA COM A CULTURA DE SOJA EM PLANTIO DIRETO	informar	percentual	83	90	informar	
2006	EMBALAGENS VAZIAS DE AGROTOXICOS DEVOLVIDAS	informar	percentual	50	70	informar	
2006	PEQ PROPRIEDADES QUE ADOTAM PRATICAS CONSERVACIONISTAS	informar	unidade	0	15	informar	

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
641.627,00	550.117,00	328.751,00	2.400,00	51,24	60,02

Avaliação de resultados e da execução do programa:

Indicadores:

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1886 - TREINAMENTO DE APLICADORES TERRESTRES DE AGROTOXICOS E AFINS					Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO									
Objetivo Específico: HABILITAR APLICADORES TERRESTRES DE AGROTOXICOS E AFINS EM ATENDIMENTO A LEGISLACAO.									
Descrição da Meta Física: APLICADOR TERRESTRE DE AGROTOXICOS E AFINS HABILITADOS									
Unidade de Medida: PES									
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos					
130	130	125	96,15	96,15					

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	13.018,00	10.508,00	10.190,00	0,00	78,28	96,97
Todas	13.018,00	10.508,00	10.190,00	0,00	78,28	96,97

Região de Planejamento			Qtd. Meta Física
0100 - NOROESTE			30
0500 - SUDESTE			20
0600 - SUL			40
0900 - CENTRO OESTE			35

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A meta física prevista foi praticamente alcançada e a execução orçamentária e financeira ficou abaixo do previsto, sendo que os recursos excedentes foram remanejados via suplementação para atender as atividades administrativas. Já a execução da dotação após crédito foi satisfatória.

Ação: 1907 - RECUPERACAO E CONSERVACAO DA BACIA DO RIO CUIABA					Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 12501 - EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA, ASSISTENCIA TECNICA E EXTENSAO RURAL S/A									
Objetivo Específico: RECUPERAR E CONSERVAR A BACIA DO RIO CUIABA									
Descrição da Meta Física: AREAS DE MATA CILIAR RECOMPOSTAS E PROTEGIDAS									
Unidade de Medida: HA									
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos					
350	340	246	70,29	72,35					

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
282	500.000,00	445.000,00	226.117,00	2.400,00	45,22	51,09
Todas	500.000,00	445.000,00	226.117,00	2.400,00	45,22	51,09

Região de Planejamento			Qtd. Meta Física
0600 - SUL			246

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
O Projeto de Recuperação e Conservação da Bacia do Rio Cuiabá é resultado de uma ação da Procuradoria de Mato Grosso, junto ao Ibama, pela aplicação dos recursos de reposição florestal. Os recursos são provenientes da reposição florestal recolhido pelo Ibama e retido em juízo pela Justiça Federal para aplicação no Projeto, da Fonte 282, por força de convênio. O Projeto é acompanhado por dois peritos designados pela Justiça Federal: Perito técnico e perito contábil.
O orçamento plurianual elaborado pela Empaer-MT sendo apresentado ao juiz federal que determina o valor a ser aplicado no período, inicialmente a dotação orçamentária programada é de R\$ 500.000,00 na Fonte 282.
Para atingir a meta de 350 ha de matas ciliares recompostas foram produzidas e distribuídas 170.000 mudas. Sendo que esse total de mudas foi suficiente para que 246 ha de matas ciliares fossem recompostas e protegidas, representando 72% da meta. A meta física bastante superior, não é compatível com a meta financeira com 51,09% em relação à dotação final, sendo altamente deficiente. Justifica-se pela filosofia do programa em buscar a participação da comunidade através das entidades representativas, em firmar parcerias entre as Prefeituras Municipais-Produtor-Associações e a Empaer.
A construção de açudes, objeto de licitação sob a modalidade de Pregão para a construção de 45 açudes conforme Edital do Processo nº 090/2006, efetuou a construção de 84 açudes atendendo diretamente a 40 produtores, auxiliando a recuperação das matas ciliares.



Ocorreu ainda, a continuidade do controle de 03 voçorocas inicialmente trabalhadas. Ressaltamos que da dotação inicial foi remanejado para atender as necessidades do projeto o valor de R\$ 40.000,00 equivalentes a 8% da dotação, passado para o projeto Remuneração de Pessoal Ativo e Encargos para manutenção de contrato temporário de trabalhadores braçais, na produção das mudas. Podemos concluir que os trabalhos não foram prejudicados, a meta menor que o esperado não trouxeram prejuízos ao público beneficiário, e nem aos trabalhos da empresa.

Ação: 2430 - INTENSIFICACAO DO CONTROLE DE AGROTOXICOS E AFINS Tipo de Ação: Atividade				
Unidade Resp.Ação: 12302 - INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUARIA DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: PROMOVER O USO CORRETO E SEGURO DE AGROTOXICOS E AFINS.				
Descrição da Meta Física: ESTABELECIMENTO FISCALIZADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
250	250	1283	513,20	513,20

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
240	128.609,00	94.609,00	92.444,00	0,00	71,88	97,71
Todas	128.609,00	94.609,00	92.444,00	0,00	71,88	97,71

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	1283

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
A Meta física realizada supera a prevista, uma vez que as atividades de fiscalização foram realizadas em conjunto com outras atividades desenvolvidas em propriedades rurais principalmente, e como a meta física prevista projetava apenas visitas aos estabelecimentos comerciais, ela ficou subestimada em razão da fiscalização das propriedades rurais e das prestadoras de serviços do ramo. Outro fato que contribuiu para o aumento das visitas, foi a implantação de um sistema de controle nas empresas do ramo, que exige uma manutenção muitas vezes fora do programado. Quanto a execução orçamentária e financeira foi dentro do previsto, embora tenha cedido dotação para atender as atividades administrativas, uma vez que as despesas de material de consumo desta atividade no primeiro semestre foram supridas pelo programa de apoio administrativo.



Programa

Programa: 0186 - DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM AREAS NATURAIS
Objetivo do Programa: DESENVOLVER O TURISMO EM AREAS NATURAIS DE FORMA SUSTENTAVEL PROMOVENDO O BEM-ESTAR DAS POPULACOES ENVOLVIDAS,
Und.Resp.Programa: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO
Resp. Programa: Yêda Marli de Oliveira Assis

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2006	RECEITA LIQUIDA GERADA PELO TURISMO RECEPTIVO NO ESTADO	103.248.000	milhões reais	63	250	103.24	24/2/2007

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
321.775,00	74.263,00	50.817,00	19.904,00	15,79	93,48

Avaliação de resultados e da execução do programa:
Os resultados deste programa não foram tão satisfatórios. As ações executadas ficaram bem abaixo da previsão para o período. A ausência de recursos financeiros oriundos do Governo Federal e de outras fontes extra-orçamentárias, e o contingenciamento orçamentário, contribuíram para esse tão baixo desempenho. O Projeto de desenvolvimento de Produtos Turísticos de Mato Grosso, que contou com mais recursos, inclusive provenientes de convênios, teve um bom desempenho.

Indicadores:
Houve um acréscimo de 12,90% no desembarque de passageiros no Aeroporto Marechal Rondon e Rodoviária de pessoas que vieram para usufruir a estrutura turística instalada no Estado, atividade que vem crescendo a cada ano como tendência de novo mercado. Este desempenho ocorreu em meio as crises da madeira e do agronegócio.

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:
Em áreas naturais ficamos a mercê de Programas Federais que não tiveram êxito inclusive com poucas ações práticas financeiras, exemplo: PROECOTUR GUAPORÉ E CRISTALINO E PNMA II, e em contra partida o Governo Estadual fez contingenciamento de recursos próprios - (fonte 100) não abrindo oportunidades para se desenvolver ações mais eficazes - o Turismo em áreas Naturais está sendo beneficiado quando se analisa que o mesmo é permeado em outros programas, projetos e ações não só da SEDTUR, nas de outras órgãos e entidades de Governo.



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 1395 - GESTAO E IMPLEMENTACAO DO PROGRAMA DE ECOTURISMO DA AMA ZONIA LEGAL NO ESTADO DE MT (PROECOTUR).				
Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: DESENVOLVER O ECOTURISMO NA AMAZONIA MATOGROSSENSE.				
Descrição da Meta Física: PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A AMAZONIA LEGAL ELABORAD O E EXECUTADO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
50	50	6	12,00	12,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	21.408,00	12.096,00	3.638,00	8.108,00	16,99	91,22
170	27.200,00	3.651,00	3.651,00	0,00	13,42	100,00
Todas	48.608,00	15.747,00	7.289,00	8.108,00	15,00	95,42

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	6

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Não houve grandes realizações quanto aos resultados qualitativos e de execução em virtude da falta de recursos financeiros e ainda devido ao contingenciamento de parte do orçamento, as ações foram limitadas em deslocamentos de técnicos aos municípios de Alta Floresta, Paranaíta, Carlinda, Aripuanã, Colniza, Guarantã do Norte, para levantamentos e estudos relativos ao desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal.

Ação: 1396 - ORDENAMENTO E PROMOÇÃO DO ECOTURISMO NA BACIA DO ALTO PARAGUAI				
Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: IMPLEMENTAR E PROMOVER O ECOTURISMO COMO ALTER.P/ DESEN E MONIT. DOS RECUR.NATURAIS E CULTURAIS.				
Descrição da Meta Física: PRODUTOS TURISTICOS VIABILIZADOS				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	3	0		

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	26.598,00	13.651,00	1.152,00	11.796,00	4,33	62,10
Todas	26.598,00	13.651,00	1.152,00	11.796,00	4,33	62,10

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	0

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Todas as previsões de realizações de execução física, orçamentária e financeira desta ação, no primeiro e segundo semestre foram comprometidas em função do contingenciamento da dotação orçamentária inicial. Os valores empenhados e gastos limitaram-se aos custos de diárias, hospedagem, alimentação dos técnicos que deslocaram aos municípios de Cáceres, Poconé, Barão de Melgaço e Santo Antônio do Leverger, com objetivo de promover o ecoturismo.



Ação: 1398 - DESENVOLVIMENTO DE TURISMO NO MEIO RURAL - PRODETUR				
Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: INCENTIVAR O DESENV. DO TURISMO NO MEIO RURAL, COM O PROPOSITO DE DIVERSIF. E INCREMENTAR AS ATIV. REALIZADAS.				
Descrição da Meta Física: PROPRIEDADE ATENDIDA COM ACOES DE TURISMO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
15	15	3	20,00	20,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	93.310,00	2.103,00	1.155,00	0,00	1,24	54,92
170	40.810,00	13.721,00	12.680,00	0,00	31,07	92,41
Todas	134.120,00	15.824,00	13.835,00	0,00	10,32	87,43

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	3

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Ocorreu o contingenciamento das dotações orçamentárias, foi necessário uma reprogramação nas ações do programa, os recursos financeiros utilizados foram para pagamentos de despesas de custeio dos técnicos em ações de Seminários, visitas técnicas, palestras, Inventários. Embora tenha ocorrido uma limitação quanto aos resultados quantitativos das ações, com poucos recursos se obteve bons resultados qualitativos e de ótimo padrão técnico.

Ação: 1399 - FOMENTO DO ECOTURISMO EM AREAS INDIGENAS				
Tipo de Ação: Projeto				
Unidade Resp.Ação: 24101 - SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO DE MATO GROSSO				
Objetivo Específico: DESENVOLVER ACOES DE ECOTURISMO NAS ALDEIAS INDIGENAS.				
Descrição da Meta Física: ALDEIA INDIGENA COM ACOES DE ECOTURISMO				
Unidade de Medida: UN				
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos
3	2	4	133,33	200,00

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	24.459,00	21.868,00	21.368,00	0,00	87,36	97,71
170	87.990,00	7.173,00	7.173,00	0,00	8,15	100,00
Todas	112.449,00	29.041,00	28.541,00	0,00	25,38	98,28

Região de Planejamento	Qtd. Meta Física
9900 - ESTADO	4

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:
 Foram executadas visitas no Xingu através do Município de Gaúcha do Norte para participação do Quarupe, no Refúgio Xingú através do Município de Feliz Natal para apoio na promoção e Divulgação do Produto Turístico, participação de reuniões para realização do VI Festival de Cultura e Jogos Indígenas de Campo Novo dos Parecis. Visitas nas Aldeias Ericibatça de Juína e Contatos com Índios Ericibatça em Brasnorte, Juína, Juruena e Castanheira por ocasião da realização do 3º CEP - MT. Resultados alcançados em mais de 3 aldeias com atividade de ecoturismo, superando inclusive, as metas previstas, sendo as seguintes: Wuaurá, Trumai, Reserva Indígena do Xingu, Parecis, Wenerã e outras.



Programa

Programa: 0261 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO
Objetivo do Programa: ASSEGURAR A EFICIÊNCIA DAS AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL NA GESTÃO AMBIENTAL COM VISTA À REDUÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS NO MEIO NATURAL URBANO
Und.Resp.Programa: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Resp. Programa: Paulo Roberto Jorge do Prado

Indicadores:	Ano	Descrição	Periodicidade da Apuração	Unidade de Medida	Índice Início PPA	Índice Final PPA	Índice Atual	Dt. Apuração
	2006	NUMERO DE ACAO CIVIL E CRIMINAL PUBLICA PROPOSTA	informar	unidade	0	0	informar	
	2006	NUMERO DE PROCEDIMENTO INVESTIGATORIO INSTAURADO	informar	unidade	0	0	informar	
	2006	NUMERO DE TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA FIRMADOS	informar	unidade	0	0	informar	

Quadro da Realização Financeira do Programa

Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação a Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação a Dotação Final) - Valor contingenciado
375.000,00	1.110.136,00	891.950,00	0,00	237,85	80,35

Avaliação de resultados e da execução do programa:

As ações ambientais conquistaram a força necessária para o trabalho que conta com parcerias com a SEMA, IBAMA, INCRA e Organizações não governamentais, com a interligação de informações por meio de um sistema on line de banco de dados para a melhoria de acesso pelas Promotorias do Meio Ambiente dos Pólos regionais. O Plano de trabalho contou com a realização de inúmeras perícias em áreas degradadas identificadas mediante o uso de geo tecnologia e estruturação do CAOP. Estas ações contribuíram como um suporte especial contra os crimes ambientais na medida em que a Instituição obteve melhoria em sua infra-estrutura para fiscalizar e acionar àqueles que infringem a legislação ambiental.

Indicadores:

Outros produtos entregues no programa

Produto	Unidade Medida	Qtd. Entregue	Valor

Recomendações:



Ações do Programa

Quadro da Realização Física / Orçamentária / Financeira das Ações

Ação: 3520 - INTEGRACAO DAS PROMOTORIAS DE JUSTICA DO MEIO AMBIENTE NO COMBATE AO DESMATAMENTO					Tipo de Ação: Projeto
Unidade Resp.Ação: 08101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA					
Objetivo Específico: EXPANDIR SISTEMA DE INFORMACOES RELATIVAS AO SLAPR, OVIGIA, E-TRAMITE, GEAP E GEDOC COM CRIACAO DO PORTAL AMBI					
Descrição da Meta Física: PROMOTORIAS COM ATUACAO INTEGRADA					
Unidade de Medida: UN					
Meta Física Prevista LOA 2006	Meta Física Prevista Após Créditos	Meta Física da Ação Realizada	% Realizado em Relação a Meta Física prevista	% Realizado em Relação a Meta Física após créditos	
30	36	100	333,33	277,78	

Fonte	Dotação Inicial LOA 2006	Dotação Final (após os créditos)	Valor Empenhado	Valor Contingenciado	% PPD (Empenhado em relação à Dotação Inicial 2006)	% COFD (Empenhado em relação à Dotação Final) - Valor Contingenciado
100	100.000,00	245.136,00	245.136,00	0,00	245,14	100,00
162	275.000,00	865.000,00	646.814,00	0,00	235,21	74,78
Todas	375.000,00	1.110.136,00	891.950,00	0,00	237,85	80,35

Região de Planejamento

9900 - ESTADO

Qtd. Meta Física

100

Análise da execução física, orçamentária e financeira da ação:

Foram firmadas parcerias com Instituições não governamentais, dentre as quais o "Instituto do Homem e do Meio Ambiente", "Instituto Centro de Vida" e "Instituto de Conservação Ambiental the nature conservancy do Brasil". Com o objetivo de expandir o sistema de informações relativas ao SLAPR, OVIGIA, E-TRAMITE, GEAP E GEDOC foi criado o Portal Ambiental para acesso das Promotorias, bem como a criação do núcleo de geoprocessamento dentro do CAOP, incluindo o desenvolvimento de sistemas exclusivos do MP - Sistema de Foco de calor e Sistema de desmatamento. Ressaltamos as aquisições de veículos e as capacitações em perícia ambiental além de equipamentos de informática e mídia necessários para realização de web conferência.